

Mátria



A emancipação da mulher

MULHERES NA POLÍTICA
Um voto de
confiança na mulher

PÁG. 7

DIVERSIDADE
Troque seu preconceito
por uma família

PÁG. 35

IGUALDADE
Mais espaço
para a mulher negra

PÁG. 65



**MERCEDES
SOSA**
GRACIAS A LA VIDA

ENCARTE TEÓRICO PÁG. 15
O significado do trabalho e a
emancipação da mulher

EDITORIAL

1 Cem anos de emancipação

Diretoria Executiva da CNTE

ARTIGOS

5 A luta das mulheres colombianas pela paz e contra a guerra

Por: Glória Inés Ramírez Ríos

13 Mulher e política

Por: Raquel Felau Guisoni

25 Mulheres trabalhadoras e a luta por igualdade no trabalho

Por: Rosane Silva

29 Vigiar, intervir e protagonizar a comunicação

Por: Ana Cláudia Araújo

33 Saúde, questão de gênero, cidadania e direitos humanos

Por: Télia Negrão

40 A educação saindo do armário - Fios e tramas do arco-íris

Por: Silvana Conti

48 O protagonismo das mulheres nos Pontos de Cultura

Por: Juana Nunes

52 Trabalhadoras do campo e da floresta na luta por direitos

Por: Carmen Foro

59 A defesa da vida no pensamento católico

Por: Regina S. Jurkewicz

63 Para pensar em gênero no cotidiano da sua escola

Por: Jeane Félix e Rosilea M. Wille

68 Política e trabalho: desafios de sexo e cor

Por: Olivia Santana

74 Laço Branco – envolvendo homens pelo fim da violência contra as mulheres

Por: Ricardo Castro, Benedito Medrado e Hemerson Moura

77 Mulheres em movimento: em direção à equidade

Por: Juçara Vieira

REPORTAGENS

MULHERES PELA PAZ

2  Amanhã vai ser outro dia

MULHERES NA POLÍTICA

7  Lugar de mulher é na política

DIA INTERNACIONAL DA MULHER

11  Um século de luta

ENCARTE TEÓRICO

15  O significado do trabalho e a emancipação da mulher

Por: Ana Rocha

MERCADO DE TRABALHO

21  Com a mão na massa


MÍDIA

27  Beleza não é fundamental

POLÍTICAS PÚBLICAS

31  À saúde de nossas mães

DIVERSIDADE

35  Dois pais ou duas mães também formam uma família

80  GIRO PELO BRASIL E PELO MUNDO



Capa: Mercedes Sosa
Ilustração Digital: Chico Regis


CULTURA

42  Gracias a La vida


TRABALHADORAS DO CAMPO E DA FLORESTA

50  Operárias do campo


POLÊMICA

54  Aborto: uma discussão pela vida

EDUCAÇÃO

61  Educação cidadã: além do currículo escolar

IGUALDADE

65  Brasil em preto e branco

VIOLÊNCIA

70  Infância interrompida

HOMENAGEM

79  Zilda Arns: a história continua...

82  INTERAGINDO

Matria : a emancipação da mulher / Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) – a. 8, 2010 – Brasília : CNTE, 2003-84 p. : il. ; color.

Anual
ISSN 1980-8984

1. Direitos da mulher. 2. Gênero. 3. Feminismo. I. Título. II. Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE).

CDD 305.42
CDU 396(05)

Esta edição foi fechada em Brasília no dia 12 de fevereiro de 2010. Confira também a versão eletrônica no site:

www.cnte.org.br

A CNTE autoriza a reprodução do conteúdo desta revista com a devida citação da fonte.

Cem anos de emancipação

A revista **Mátria** deste ano tem um motivo a mais para ser distribuída no dia 8 de Março. Há exatamente cem anos, em 1910, durante a II Conferência de Mulheres Socialistas, realizada em Copenhague, foi aprovado ter um dia internacional das mulheres, todos os anos, no mês de março.

Dentro desta perspectiva, o encarte teórico deste ano trata do significado do trabalho e a emancipação da mulher. Esta edição foi planejada para ser utilizada durante todo o ano. São 12 artigos escolhidos de acordo com o calendário de lutas das mulheres pela sua emancipação, podendo ser trabalhados mensalmente em sala de aula.

Este ano teremos eleições. Será decisivo na definição dos rumos da nação nos próximos anos. Os movimentos sociais, sindical e de mulheres não podem ficar indiferentes, pois estará em questão a continuidade e o aprofundamento do ciclo de mudanças iniciado em 2002 ou o retrocesso neoliberal.

Tudo indica que teremos duas candidatas à Presidência da República: a ministra Dilma e a senadora Marina. É um fato positivo, mas é preciso garantir mais mulheres candidatas, tanto para o Poder Executivo estadual, quanto para o Legislativo.

Discutimos o que foi feito até hoje e como vivem as mulheres brasileiras em pleno século XXI. Apesar dos avanços, a estrada ainda é bem longa.

As mulheres ainda morrem vítimas de abortos clandestinos,

sofrem a violência dentro e fora de casa, mas já temos a participação dos homens nesta luta. Mostramos a realidade das mulheres no mundo do trabalho, com destaque das trabalhadoras rurais e da floresta. Aprofundamos o tema da livre orientação e expressão sexual.

Percebemos que o Brasil evoluiu e a presença feminina ganha espaço. Nossas mulheres, na hora de enfrentar a crise, buscaram alternativas e descobriram um novo nicho para a mão de obra feminina: o da construção civil.

As mulheres negras também estão cada vez mais conscientes de seu papel na sociedade. Quanto à mídia, precisamos vigiar, intervir e protagonizar a comunicação.

Neste ano de centenário, **Mátria** relembra a luta das mulheres pela paz na América Latina. Destaca a participação das mulheres na área dos pontos de cultura e apresenta a belíssima trajetória da intérprete argentina Mercedes Sosa, revelada em sua simplicidade e ternura, que fizeram de “La Negra”, como era chamada, um dos ícones na luta pela democracia latino-americana.

Diferentes ou iguais, na saúde e na adversidade, **Mátria** propõe o debate sobre a mulher em todos os seus papéis: profissional, mãe, lutadora, guerrilheira, branca, negra, em postos de comando ou servindo o cafezinho. Todas mulheres que fazem deste país uma nação 51% feminina.

Boa leitura!

Direção Executiva da CNTE



Amanhã vai ser outro dia

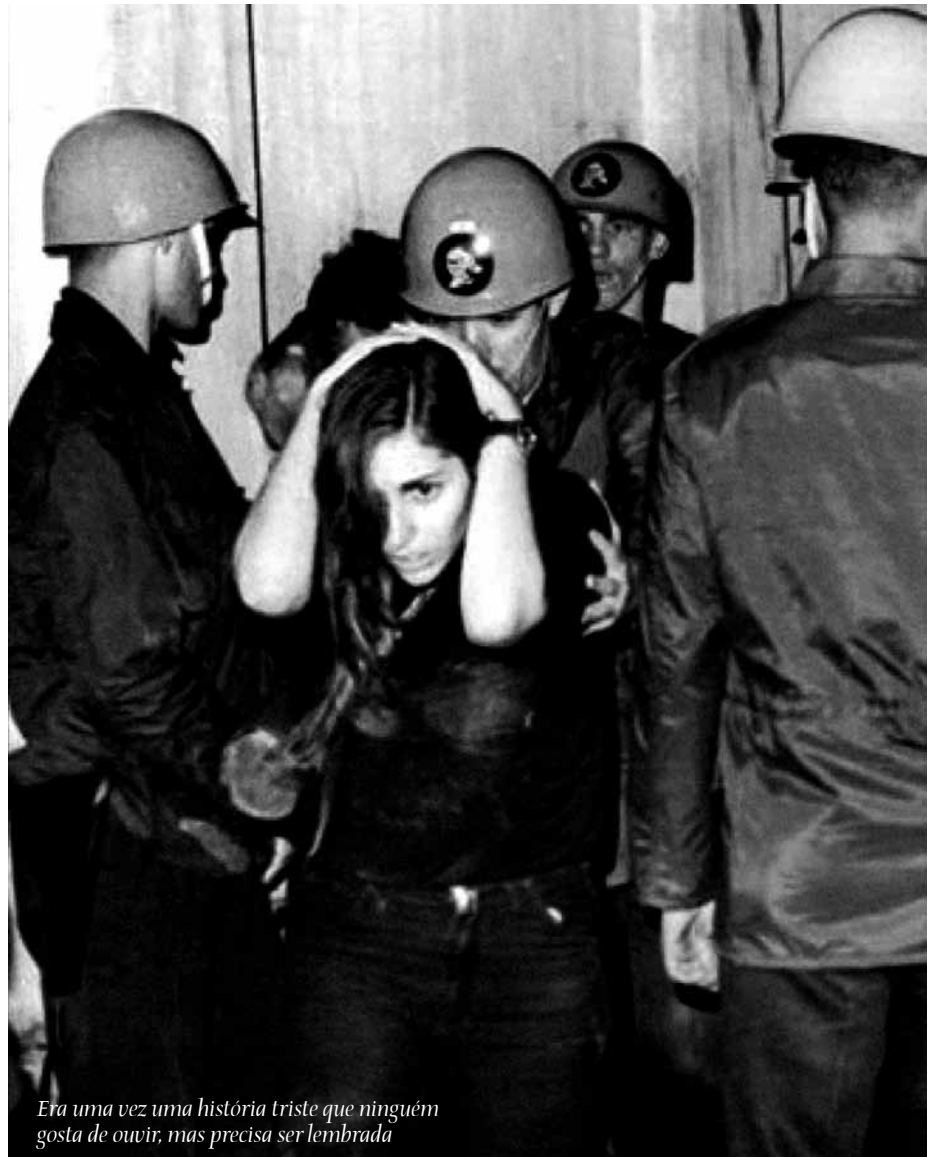
Texto: João Paulo Rabelo

Participação das mulheres em conflitos na ditadura do Brasil e nas recentes crises instauradas na Colômbia e em Honduras mostra que a luta pela democracia também é pelo fim da discriminação de gênero

Na América Latina, se ser mulher em tempos de paz já é difícil em diversos aspectos da vida social, o que acontece quando elas participam de conflitos armados para restaurar a democracia, acalmar nas ruas por iguais condições de gênero ou simplesmente para se defender? Pois elas lutaram. E, mesmo após serem humilhadas, torturadas, mortas e terem filhos arrancados de seus braços, continuam acreditando na força de sua militância para acabar com qualquer forma de repressão.

Muitas não sobreviveram para deixar seu testemunho para a História. Nilda Carvalho Cunha, que entrou jovem no Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), tinha acabado de completar 17 anos quando foi presa em Salvador e, lá, foi brutalmente torturada. Ao ser libertada, perdeu o equilíbrio mental e entrou em depressão. Cega e delirante, morreu por asfixia duas semanas depois de sair da cadeia. Sua mãe, Esmeraldina Carvalho Cunha, denunciou a morte da filha como consequência das torturas e apareceu como morta em sua casa um ano depois.

Segundo Ana Maria Colling, doutora em História do Brasil pela PUC do Rio Grande do Sul e autora



Era uma vez uma história triste que ninguém gosta de ouvir, mas precisa ser lembrada

do livro “A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil”, as transformações sociais ocorridas na sociedade brasileira a partir de 1962 criaram as condições para a constituição da mulher como

agente político. Mas revela que elas quase nunca foram tratadas dessa forma pelos opressores.

“Na visão dos torturadores, a mulher raramente era classificada como militante. Para eles, as

mulheres que participavam de atos políticos iam porque procuravam homens. É a mulher sexuada frente ao torturador. A repressão caracteriza a mulher como ‘puta comunista’, lamenta a professora.

Um dos episódios que ilustra essa realidade é o 30º Congresso da União Nacional dos Estudantes, em Ibiúna (SP), em 1968, quando 900 participantes de uma manifestação popular foram presos: uma das maiores prisões em massa do Brasil. “As forças policiais mostravam caixas de pílulas anticoncepcionais apreendidas”, afirma Colling. A intenção era provar à opinião pública que as moças estavam preparadas para outras coisas além das discussões estudantis.

Uma das estudantes era a líder estudantil paulista, dirigente da UNE, Helenira Resende. Devido à perseguição política, não teve alternativa senão entrar para a clandestinidade para continuar a luta contra a ditadura. Participou da Guerrilha do Araguaia, a maior resistência armada à ditadura no Brasil nos anos de 1972 a início de 1975.

Foi uma das mais conhecidas combatentes desse movimento que atuou na selva amazônica e travou três grandes combates contra as tropas do governo ditatorial. Sua coragem, disciplina e bravura fizeram com que ela chegasse a ser vice-comandante de um destacamento guerrilheiro.



Invasão da sede da UNE na praia do Flamengo, Rio de Janeiro

Helenira é uma heroína do povo brasileiro. Ressaltou também o papel da mulher brasileira na luta pela liberdade.

Em 2009, o presidente da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, Paulo Abrão, reconheceu a importância das mulheres para o fim do regime militar no Brasil. “As mulheres tiveram um ato corajoso na campanha pela anistia. Se não fosse a ação das mães e esposas, talvez o movimento da redemocratização não tivesse ocorrido”, disse, em referência ao Movimento Feminino pela Anistia, criado em 1975, para chamar a atenção da população contra as arbitrariedades do governo militar.

América Latina continua em guerra

Na Colômbia, meninas e mulheres são as grandes vítimas do conflito entre o Estado, as Forças Revolucionárias da Colômbia (Farc) e o Exército de Libertação Nacional (ELN). De acordo com relatório divulgado em 2009 pela ONG Intermon Oxfam, “Todos os grupos armados da Colômbia, forças de segurança do Estado, paramilitares ou grupos guerrilheiros usam a violência sexual como arma de guerra”. Desde 1995, cerca de quatro milhões de pessoas teriam abandonado suas casas por

causa do conflito. Organizações humanitárias revelam que 60% dessa população são mulheres, sendo que “dessas, duas em cada dez se deslocam para fugir da violência sexual”, informa a agência IPS.

Representantes de movimentos sociais e populares como Cebrapaz, MST e Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), entregaram, no ano passado, uma carta-denúncia ao Cônsul colombiano Edyin Ostos. O documento pede o fim das execuções e atos

arbitrários no país e manifesta repúdio ao acordo que permite aos EUA usar bases militares na Colômbia.



Consul da Colômbia, Edyin Ostos, recebe carta de entidades brasileiras

Missão em Honduras

Outro fato recente que causou revolta foi a crise política em Honduras. No dia 28 de junho de 2009, o então presidente Manuel Zelaya foi afastado por um golpe militar. Confrontos deixaram dezenas de feridos e alguns mortos na capital Tegucigalpa. Bernadete Esperança foi uma das brasileiras que estiveram em missão de paz em Honduras, um mês após o golpe. Bernadete relatou sua experiência à revista *Mátria*.



Foto: Divulgação

MÁTRIA – As hondurenhas protestaram para restabelecer a paz na região?

BERNADETE – Sim. Quando chegamos lá, encontramos o grupo *Feministas em Resistência*, formado por mulheres que realizavam manifestações e atos contrários ao golpe. Todas iam desarmadas, mas na maioria das vezes recebiam represálias do Exército.

M – Que tipo de represálias?

B – Agressões físicas e verbais eram muito comuns. Ouvimos relatos de mulheres que recebiam ofensas das pessoas, que diziam que elas deveriam estar em casa e não na rua, pois aquilo não era atividade para mulher. E, mesmo desarmadas, recebiam golpes em partes

íntimas, como nádegas e genitais. Na fronteira com a Nicarágua, onde houve toque de recolher, tivemos conhecimento de casos de estupro de mulheres pelos soldados.

M – Como foi para você participar e ver tudo isso de perto?

B – Nossa missão era mostrar ao resto do mundo o que estava acontecendo e denunciar a violação dos direitos humanos. É muito importante prestar solidariedade nesses momentos; fizemos visitas nos hospitais, mobilizamos a imprensa e participamos de conferências. Depois que fomos embora de lá, outros grupos internacionais continuaram prestando assistência.

À memória e à verdade

O governo do presidente Lula criou o prêmio Direitos Humanos de 2009 para destacar pessoas e entidades pela atuação em defesa dos Direitos Humanos.

Inês Ethiene foi homenageada na categoria dos que lutaram pelo direito à memória e à verdade. Ao entregar o prêmio à amiga e companheira de luta contra a ditadura, a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, disse: “Ela é o testemunho da generosidade, da coragem e da dignidade de uma geração”.

“Quem viveu aquele tempo em que até a palavra democracia era proibida, quando não era, muitas vezes, perversamente deturpada, compre-

ende com mais sentido e importância o resgate dos fatos e a conservação da memória do que ocorreu no nosso país naquele período. Quem viveu aquele tempo é capaz de compreender com a razão, com a memória e com o coração”, emocionou-se a ministra.

Segundo a ministra, na luta contra a ditadura, “A opressão deles e a nossa esperança foram companheiras cotidianas”.

Inês foi presa em São Paulo em 1971. Foi sequestrada e submetida à violência em cárcere privado. Condenada, teve a pena interrompida pela anistia.



Dilma Rousseff se emociona durante cerimônia

Foto: Roosevelt Pinheiro / ABr

A luta das mulheres colombianas pela paz e contra a guerra

Gloria Inés Ramirez Rios

Senadora da República da Colômbia, Coordenadora da Comissão de Paz e Acordo Humanitário do Senado, integrante do Conselho Nacional de Paz, feminista, docente de profissão, dirigente nacional do Polo Democrático Alternativo



Foto: Raimundo Paez

O conflito social e armado colombiano possui uma longa história que afunda suas raízes na persistência da injustiça, da iniquidade, da pobreza, da antidemocracia e do despojo. Os camponeses e as comunidades originárias indígenas com seus territórios hereditários, sua cultura e sua visão de mundo foram submetidos a essas espoliações impostas pelas classes detentoras do poder político e econômico, que no desejo de defender perversos interesses seguem insistindo na solução militar do conflito.

Além disso, o conflito colombiano foi atravessado pela interferência dos interesses geopolíticos do império norte-americano, que no final do século XX, sob o pretexto do combate ao terrorismo, à produção e ao tráfico de entorpecentes impôs o Plano Colômbia e a Iniciativa Regional Andina. Imposições agora reforçadas pelo acordo da utilização de sete bases militares colombianas para a instalação dos Centros Operativos Avançados (FOL), que aprofundarão o conflito interno e que constituem uma verdadeira ameaça à paz no continente, visto que os reais objetivos são apoderarem-se

dos nossos recursos naturais, intimidar e desestabilizar governos democráticos da região para recuperarem a hegemonia perdida.

É preciso apontar que os setores mais reacionários do regime dominante na Colômbia, ligados ao capital financeiro, ao latifúndio, à indústria, ao comércio e à agroexportação, em parceria com

“Porque a guerra é uma vergonha, todos e todas à negociação política do conflito, já!”

grupos emergentes ligados ao tráfico de drogas, propiciaram o surgimento dos grupos paramilitares. Os grupos paramilitares são responsáveis pelos crimes mais hediondos contra a humanidade, à sombra protetora do quartel militar, posicionam-se contra todas as formas de oposição político-democrática que atinjam o regime autoritário que pretende se perpetuar no poder.

A resposta que já há um tempo vem sendo construída nas entranhas das forças democráticas e progressistas, nas quais a presença do Movimento das Mulheres desempenha um papel significativo na elaboração de iniciativas de paz, tem sido a indiscutível e urgente busca para uma **solução política negociada do conflito social e armado interno**. A perspectiva de realização envolve o acompanhamento da comunidade internacional e uma grande mobilização de solidariedade dos povos da América Latina e do mundo para que um acordo de paz estável e duradouro seja possível na Colômbia.

As estatísticas¹ sobre os efeitos devastadores do conflito colombiano falam por si: 70.000 pessoas mortas nos últimos 20 anos; 4 milhões de deslocados internos; 3.500 prisões em massa e ilegais, entre os anos de 2004 e 2009; 54.000 pessoas vítimas de assassinatos seletivos desde 2002; 7 pessoas mortas ou desaparecidas diariamente, fora de combate.

Além disso, a Colômbia tem a maior taxa de vítimas de minas terrestres no mundo; nos últimos 30 anos desapareceram

forçadamente ou foram executados extrajudicialmente 500.000 colombianos, por razões de caráter político; desde 2002 houve um aumento de mais de 67% nos registros de execuções extrajudiciais atribuídas à Força Pública; 932 pessoas foram vítimas de tortura e somos o país mais perigoso para os defensores dos direitos humanos e para os sindicalistas.

Por sua vez, o impacto do conflito armado na vida e nos corpos das mulheres não foi dimensionado em suas graves e irreparáveis consequências, embora o Tribunal Constitucional, em vasta jurisprudência, tenha reconhecido os seus efeitos desproporcionais. As graves e sistemáticas violações aos direitos humanos incitaram o Estado colombiano a dar uma resposta institucional efetiva às mulheres que foram vítimas desses crimes.

O conflito teve um grave impacto sobre o desenvolvimento humano, com consequências diretas sobre os direitos socioeconômicos da população, cujo custo chegou a dois pontos anuais do PIB, razão pela qual a conquista da paz é também ligada à luta por **uma mudança democrática** que abra as portas para a realização de uma justiça social.

A verdade é que o conflito colombiano não tem solução militar possível, pois uma política de contra-insurgência, enquanto política de Estado, tende a ser respondida por um endurecimento do ataque. Degradando e se estendendo para novas regiões e campos, com o consequente aumento

dos seus altos custos humanos, sociais, econômicos e políticos, cujas principais vítimas são crianças e mulheres.

O principal obstáculo para o fim da guerra e encontrar caminhos de paz é a política de guerra do governo. A política atual visa à rendição incondicional da guerrilha e a desarticulação de suas forças pela estimulação das denúncias e o oferecimento de recompensas para desertores ou, simplesmente, pelo seu extermínio em operações militares, onde a vigência do Direito Internacional

.....
“O principal obstáculo para o fim da guerra e encontrar caminhos de paz é a política de guerra do governo.”

Humanitário (DIH) não tem nenhuma possibilidade de execução. Embora esses recursos tenham sido úteis para provocar importantes golpes à guerrilha, a atitude triunfante do governo, que proclama que o país se encontra no final do conflito ou, na realidade, no pós-conflito, é totalmente contrária à verdade.

A impossibilidade de diálogo entre as partes e o drama do qual padecem os prisioneiros, uns nas mãos da insurgência e outros nas prisões no Estado, agrava

a crise humanitária que aflige o País, tornando cada vez mais insolúvel a guerra não declarada que nos faz sofrer. Portanto, a superação do conflito exige a participação de todos os colombianos que anseiam por paz e, que se façam grandes esforços para tornar possível a realização de um acordo humanitário, como um passo inicial em um processo de negociação que conduza à assinatura de um Acordo de Paz.

Assim, a partir de várias iniciativas, as mulheres colombianas lutam incansavelmente pela paz e contra a guerra, como a expressão de um imperativo ético que orienta a nossa vida e o acionar de nossa luta política. Esta, por meio da força vital da solidariedade dos povos irmãos da América Latina e do mundo, tornará possível alcançar a paz.

Por isso, chamamos todos os democratas do Continente para que nos acompanhem na luta pelo acordo humanitário que contribua para uma saída política negociada para o conflito social e armado e para a abertura de caminhos para uma paz estável e duradoura com justiça social.

Nota

¹ Fontes: Anistia Internacional 2008, Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do PNUD 2008, Informe para o Exame Periódico Universal da Colômbia 2008, Informe Mundial de Desenvolvimento Humano 2004.



Lugar de mulher é na política

Pela primeira vez na história do País, o eleitor brasileiro tem duas mulheres pré-candidatas com reais condições de disputar o cargo de Presidente da República do Brasil. Dilma Rousseff, do PT, que tem o apoio do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e Marina Silva, do PV, com prestígio no Brasil e no mundo por sua luta ambientalista.

Um cenário político que torna as eleições de 2010 muito importantes para definição dos rumos da nação brasileira nos próximos anos. Pois estão em pauta a continuidade e o aprofundamento do ciclo de mudanças iniciado em 2002 ou o retrocesso neoliberal, bem como a aplicação da lei 12 034/09 na parte específica das mulheres, para melhorar sua participação no poder.

Aquém – O número de mulheres que conquistaram um lugar no Legislativo nas últimas eleições

foi insignificante na avaliação de especialistas. Em 2006, apenas três governadoras foram eleitas, uma representatividade de somente 11%. Na Câmara Federal, 45 deputadas se elegeram, o equivalente a 8,9% dos congressistas da Casa.

No Senado Federal, a proporção chega a ser um pouco maior, pois existem, hoje, dez senadoras, o correspondente a 12,3% da Casa. Nas eleições municipais, foram eleitas 505 prefeitas, 9% do total.

“Não tem mais mulher dentro desse plenário, não é porque mulher não quer ser política, é porque, realmente, política nesse país sempre foi para macho, para branco e para rico. As coisas estão mudando, mas muito devagar”, declarou a senadora Serys Slhessarenko, eleita pelo PT de Mato Grosso.

Na avaliação da senadora, “A participação das mulheres na políti-

ca e em altos cargos de empresas é muito limitada por causa do preconceito”. A senadora é uma das integrantes da Comissão Tripartite, instituída pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) para elaborar proposta de revisão da Lei Eleitoral.

Tivemos em 2009 a aprovação da Lei nº 12.034 para vigorar já nas eleições de 2010. Não foi a reforma política necessária, pois foi apenas uma minireforma, restrita apenas à questão eleitoral. **(Veja box na página 10)**

Em relação às reivindicações das mulheres foi a constituição da comissão tripartite, instituída pela Portaria nº 15 de II de março, coordenada pela Secretaria Especial de Política para Mulheres (SPM) - composta por representantes do Executivo, do parlamento e da sociedade civil. Com o objetivo de discutir, elaborar e encaminhar a proposta de re-

visão da Lei nº 9.504/1997, que estabelece normas para as eleições.

Raquel F. Guisoni, membro desta comissão, representando o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, afirmou que se não fosse a insistência da comissão em pautar o tema da ampliação política das mulheres no debate da reforma eleitoral, com o apoio da bancada feminina e a ação das organizações do movimento feminista não teríamos o resultado alcançado.

Em dezembro, a Comissão apresentou seu relatório final e o Anteprojeto de Lei para ampliar a participação política das mulheres. Segundo a ministra Nilcéa Freire, da SPM, o texto produzido pela Comissão “tem a marca do sonho”, disse, ao explicar que o anteprojeto traz o ideal que se quer para o futuro.

De acordo com Liége Rocha, do Fórum Nacional de Instâncias de Mulheres dos Partido Políticos, a Comissão Tripartite cumpriu uma difícil missão. “Mas agora é preciso garantir que o que foi conquistado, que não é o ideal, mas foi o possível, seja cumprido”, afirmou.

Lista fechada – Uma pesquisa realizada pelo Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfemea) no Congresso Nacional revelou o pensamento dos parlamentares – homens e mulheres – sobre vários temas, entre eles o que trata da participação das mulheres na política.

O resultado demonstrou que 63% das parlamentares concordam com a adoção da lista fechada com alternância de sexo, e 74% delas concordam com punição para os partidos que não preencherem as cotas de candidaturas.

Em contrapartida, 72% dos parlamentares homens discordam de adotar lista fechada com alternância de sexo, e 60% discordam da punição para os partidos que não cumprirem as cotas.

“A Argentina usa o sistema de cotas/lista fechada e tem que haver uma mulher pelo menos no terceiro, quinto e sétimo lugar da lista. Sendo assim, se você elege quatro deputados, uma vai ser mulher. Se elege seis, duas serão do sexo feminino e assim por diante”, explica o professor da Universidade de Brasília, David Fleischer. Ele avalia que essa abertu-



Lançamento do relatório final da Comissão Tripartite

ra que o país vizinho proporciona às candidatas do sexo feminino, “tem muito a ver com a história cultural do país e com o envolvimento das mulheres na vida nacional”, diz.

Defensora do sistema de lista, a deputada Alice Portugal (PCdo B-BA) avalia que é preciso que haja mudanças no sistema brasileiro, pois o número de mulheres eleitas no Brasil é pequeno quando comparado a outros lugares do mundo. “Se não tivermos a regra de um homem e uma mulher, a tendência é irmos sempre para o fim da lista”, afirmou Alice.

Para a deputada Luíza Erundina (PSB-SP), há várias razões para que o número de mulheres que militam na política ainda seja muito pequeno. Ela cita desde o condicionamento cultural, social e econômico que se impõe à presença feminina na sociedade, o machismo presente nas esferas pessoal, social e política, além de um impedimento natural da própria mulher que “ainda não tomou plena consciência do seu papel na sociedade; dos seus direitos de cidadania e da participação política como condi-



A deputada Luíza Erundina fala no seminário sobre Reforma Política no Brasil e as Mulheres

ção para garantir seus direitos”, diz.

Segundo a União Interparlamentar (UIP), organização internacional com sede em Genebra, na Suíça, em setembro de 2009, a participação de mulheres na Câmara dos Deputados argentina equivalia a 40%. Bem à frente dos 9% brasileiros. O levantamento indica que o Brasil ocupa a 142ª colocação do ranking que envolve 182 países de todo o mundo.

Cotas – No Brasil, a Lei nº 9.100/1995 estipulou uma reserva de 30% dos cargos políticos às mulheres. “Mas aqui, isso não funciona”, lamenta o professor Fleischer. O Brasil tem o pior resultado de participação

das mulheres na política, dentre todos os da América Latina que adotaram o sistema. Perdemos para países como Peru (29,2%), Equador (25%) e Venezuela (18,6%), entre outros.

“Você conversa com as próprias mulheres e elas dizem que a lei não funciona porque os partidos controlam o tempo na TV e o dinheiro para campanha e eles não dão nem muito tempo na propaganda e nem dinheiro. Talvez a exceção seja o PT, que tem sistema de cota no seu diretório nacional e regional”, explica ele.

Uma pesquisa feita pelo Ibope/Instituto Patrícia Galvão/Cultura



Foto: Divulgação

Alice Portugal: é preciso estabelecer regras

A COMISSÃO TRIPARTITE ELABOROU UMA SÉRIE DE RECOMENDAÇÕES DE POLÍTICAS E AÇÕES QUE, CONJUGADAS COM O ANTEPROJETO DE LEI, PODEM CONTRIBUIR PARA A AMPLIAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NOS ESPAÇOS DE PODER E DECISÃO.

» CAMPANHAS DE DIVULGAÇÃO

Realização de campanha da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres em parceria com o Tribunal Superior Eleitoral para divulgar a nova legislação e esclarecer sobre a participação política das mulheres. Partidos políticos, movimentos sociais e sociedade em geral devem divulgar e debater o conteúdo da minireforma em relação à participação das mulheres.

» COMISSÃO DE MONITORAMENTO

Criação de um comitê de acompanhamento e monitoramento da implementação da Lei no Fórum Nacional de Instâncias de Mulheres de Partidos Políticos, para que seja reservado às mulheres o que determina a Lei: 5% do fundo partidário; mínimo de 10% do tempo de propaganda e um mínimo de 30% das vagas.

» PARTIDOS POLÍTICOS

Implementação de uma política interna de cotas nos partidos para aumentar a presença das mulheres nas suas instâncias de direção e representação partidárias.

Alterações na Lei dos Partidos Políticos para possibilitar a ampliação da participação das mulheres.

• Bancada Feminina

Promoção de debates sobre a participação das mulheres nos espaços de poder fundamentais para que o tema esteja sempre em pauta e a busca por novas conquistas não cesse.

• Responsabilidades familiares

Oferta de creches de qualidade próximas ao trabalho ou moradia para que as mulheres possam desempenhar, sem culpa, um papel diverso àquele que lhe foi inicialmente ensinado.

Adoção de educação em tempo integral, licenças maternidade e paternidade, suportes para uma convivência familiar igualitária.

» ADOÇÃO, NAS FICHAS DE CANDIDATURA, DOS QUESITOS RAÇA/COR

Incluir nas fichas de inscrição de candidatura partidária o quesito raça e cor.



mostrou que a grande maioria da população brasileira, 75%, apoia a política de cotas para as mulheres e um número ainda maior, 86%, declarou concordar com a atual legislação, que pune os partidos políticos que não cumprem a meta de 30% de candidaturas femininas.

Os resultados revelaram, ainda, que 83% dos entrevistados concordam que a presença de mulheres no poder melhora a política nesses espaços; 75% admitem que só há democracia, de fato, se elas estiverem nos espaços de poder e 73% confirmam que a população brasileira ganha com a eleição de um maior número de mulheres.

Não é o que pensam os parlamentares. De acordo com a pesquisa do Cfemea, no Congresso Nacional, uma grande parcela de deputados e senadores não tem intenção alguma

de realizar esforços para aumentar a participação política das mulheres. Mais da metade, 60%, não concordam que os partidos políticos sejam punidos por descumprirem a lei que define a participação feminina.

Se a política levar em conta o que apontam as pesquisas, o estudo do Ibope/Instituto Patrícia Galvão apontou ainda que 90% dos brasileiros elegeriam uma mulher para cargo público.

“A sociedade brasileira certamente ganharia muito com a inclusão de mais da metade da população na vida política, pois passaria a contar com a participação das mulheres nas decisões e na busca de soluções para os graves problemas do País, além de contribuir para elevar o nível de democracia e de civilização no Brasil”, avalia a deputada Luiza Erundina.

PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES (Linha do Tempo)

- 1927** » O Rio Grande do Norte torna-se o primeiro estado a permitir o voto feminino.
- 1928** » Uma mulher é escolhida para um cargo eletivo no Rio Grande do Norte.
- 1932** » O direito ao voto torna-se nacional, mas com restrições.
- 1933** » Eleita a primeira deputada federal.
- 1934** » Acabam as restrições ao voto feminino, mas ainda não é obrigatório.
- 1946** » O voto feminino torna-se obrigatório.
- 1982** » Primeira ministra de estado. Foi na pasta da Educação.
- 1979** » Primeira mulher a ocupar o cargo de senadora (suplente).
- 1990** » Eleitas as primeiras mulheres senadoras.
- 1994** » Eleita a primeira governadora.

Lei nº 12.034/2009

A Lei nº 12.034/2009, no tema da ampliação da participação política das mulheres, traz as seguintes mudanças:

1. O § 3º do artigo 10 da Lei nº 9.504/1997 passa a vigorar com a seguinte redação: “Do número de vagas resultante das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo”.

Na redação anterior, a palavra utilizada era reservar. Com a mudança, os partidos têm de, necessariamente, manter a proporcionalidade de um mínimo de 30% e um máximo de 70% por sexo na sua lista de candidaturas.

2. São acrescentados o inciso V e o § 5º ao artigo 44 da Lei nº 9.096/1995, que regula a aplicação de recursos do Fundo Partidário:

“V – Na criação e manutenção de programas

de promoção e difusão da participação política das mulheres conforme percentual que será fixado pelo órgão nacional de direção partidária, observado o mínimo de 5% (cinco por cento) do total”. (NR)

“§ 5º O partido que não cumprir o disposto no inciso V do caput deste artigo deverá, no ano subsequente, acrescer o percentual de 2,5% do Fundo Partidário para essa destinação, ficando impedido de utilizá-lo para atividade diversa”.

3. O artigo 45 da Lei nº 9.096/1995, que trata da propaganda partidária gratuita fica acrescido do inciso IV:

“IV – promover e difundir a participação política feminina, dedicando às mulheres o tempo que será fixado pelo órgão nacional de direção partidária, observado o mínimo de 10% (dez por cento)”.

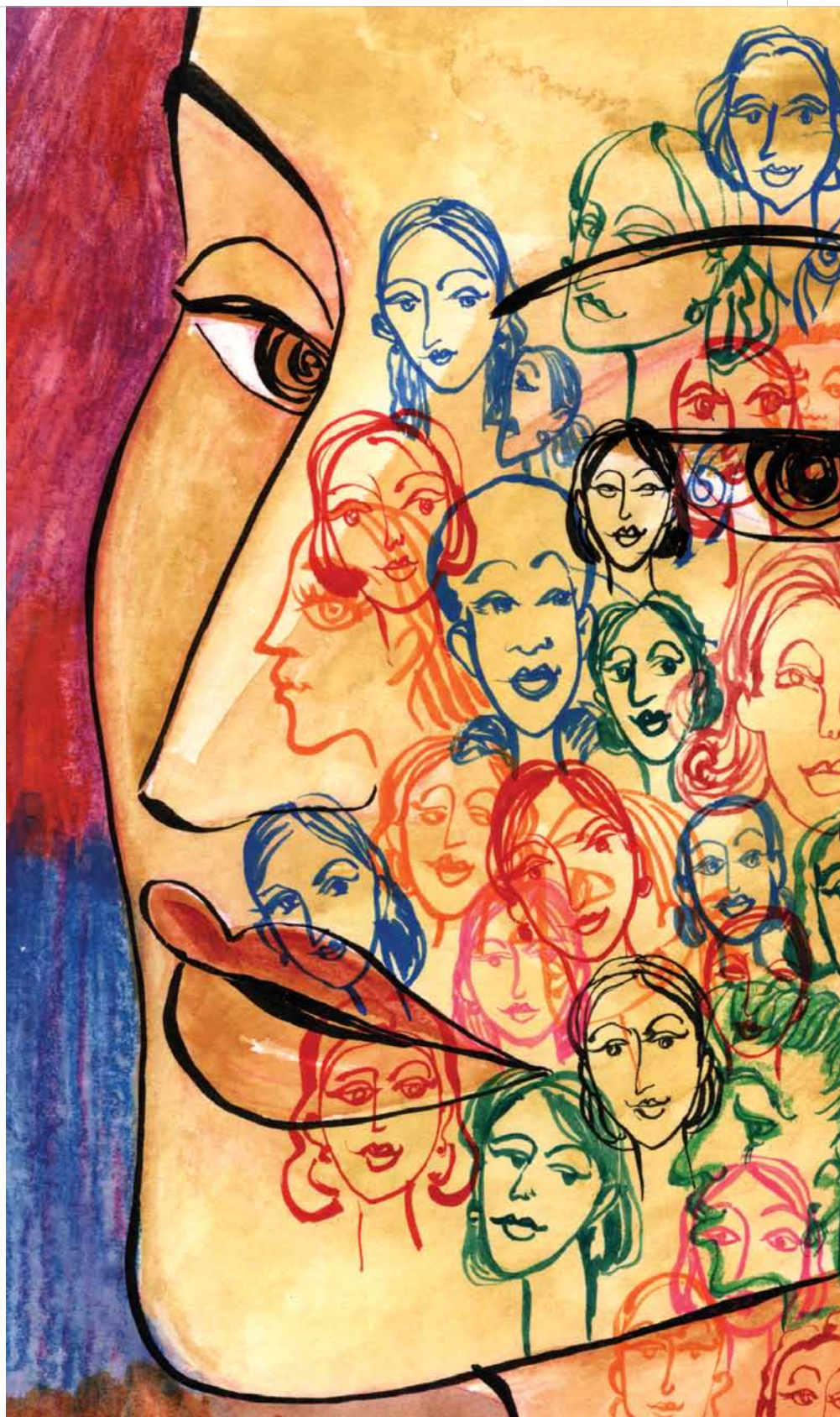
Um século de luta

Não foi por acaso que a data 8 de março foi escolhida como Dia Internacional da Mulher. Ela marca o dia em que mulheres norte-americanas foram covardemente assassinadas dentro de uma fábrica de tecidos na cidade de Nova Iorque.

No dia 8 de março de 1857, as operárias fizeram uma greve. Ocuparam a fábrica para reivindicar melhores condições de trabalho. O movimento foi duramente reprimido. As mulheres foram trancadas dentro da fábrica que terminou incendiada. 130 tecelãs morreram carbonizadas.

Em 1910, durante a 1ª Conferência Internacional de Mulheres, em Copenhague, na Dinamarca, a socialista alemã Clara Zetkin propôs a criação de um dia Internacional da Mulher. A data foi adotada pelas Nações Unidas, em 1975, para marcar as conquistas sociais, políticas e econômicas das mulheres, apesar das discriminações e das violências a que ainda estão sujeitas em todo o mundo.

De lá para cá, a luta das mulheres tem produzido avanços consideráveis na trajetória de conquistas femininas. Embora as mulheres ainda sofram violência, desrespeito e descaso em todo o mundo. O que só fortalece a sua luta.



Com a palavra... Elas!



“O 8 de março nasceu para contrapor toda forma de opressão às mulheres do mundo. No Brasil, ainda temos grandes desafios a vencer. Uma combinação de fatores opressivos, de classe, gênero e etnia estão presentes na sociedade e a mudança dessa cultura exige muito de nós. Como educadores e educadoras, devemos contribuir para criar situações de igualdade, superando a divisão de papéis entre meninos e meninas.”

MARIA DO ROSÁRIO
Deputada Federal PT/RS

Apesar das conquistas legais, ao comemorarmos os 100 anos do Dia Internacional da Mulher, mesmo com o reconhecimento de que o privado é de responsabilidade pública nas questões como: violência, saúde, trabalho, educação, participação política, ainda enfrentamos a sub-representação das mulheres nos espaços públicos, a violência e um alto índice de morte de mulheres decorrente da violência doméstica e de causas como o aborto. Entretanto, continuaremos na luta para garantir os direitos conquistados e outros mais e a aplicação da “lei na vida” cotidiana com mais poder, autonomia e emancipação para as mulheres na construção de uma sociedade justa, de igualdade e de paz”.



ELINE JONAS

Socióloga, Presidenta do Conselho Estadual da Mulher/CONEM Goiás e Coordenadora Nacional da União Brasileira de Mulheres (UBM)



“Nos 100 anos desde a instituição desta data, muitas lutas e muitas histórias como as que lhe deram origem se sucederam em todo o mundo. Gerações de mulheres combateram a opressão capitalista e a discriminação de gênero, muitas vezes sob as mais violentas formas de repressão, obtendo conquistas de grande vulto, que mudaram radicalmente o papel desempenhado pela mulher na sociedade na busca da superação dos conceitos históricos de inferioridade e submissão ao homem, ao mesmo tempo em que abriram caminho para a compreensão das causas da opressão de gênero.”

ABGAIL PEREIRA

Secretária da Mulher da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB)

“Mudanças profundas, sejam na ideologia dominante, sejam na prática cotidiana, dependem essencialmente de nós, mulheres. Miremo-nos no exemplo daquelas mulheres que em 1988 foram em caravanas a Brasília para garantir que nossos direitos estivessem inscritos na Constituição do Brasil; daquelas brasileiras presentes em 1995, na histórica Conferência de Beijing, que disse um sonoro não a todas as formas de violência e discriminação, reafirmando a necessidade de reconhecimento pelos direitos da mulher como direitos humanos.”



IDELI SALVATTI
Senadora PT/SC



“O centenário do 8 de março é um marco na luta emancipacionista da mulher. Há exatamente 100 anos, iniciou-se a contestação e rebeldia à forma mais antiga de discriminação que a humanidade tem notícia: a discriminação contra a mulher. O século passado foi determinante para a consolidação de muitas conquistas, mas temos muito a conquistar. Temos que trazer, por exemplo, a força da mulher para o ambiente político. Agora em 2010 trazer as mulheres para a política faz parte dessa busca para mudar a face do poder. É importante dizer, ainda, que a maioria dos educadores é mulher e o educador como arquiteto de pessoas pode ajudar a construir uma sociedade mais livre de discriminação e violência contra a mulher.”

ALICE PORTUGAL

Deputada Federal PCdoB/BA

“Nossa luta é para termos direitos iguais, por respeito, segurança e mais participação nas instâncias políticas. A desigualdade existente na política é um dos fatores que impedem o fortalecimento de nossa democracia.”



FÁTIMA CLEIDE
Senadora PT/RO

Mulher e Política

Raquel Felau Guisoni

Professora de Geografia da prefeitura de São Paulo, secretária de Relações de Gênero da CNTE, membro do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, membro da União Brasileira de Mulheres (UBM) e da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB).



Foto: Júlia Salustiano

Para alguns, a **participação política** está relacionada apenas ao processo político eleitoral. Para outros, entre os quais me incluo, a definição é mais abrangente e se refere ao sistema eleitoral propriamente dito – às formas mais simples de participação, como votar, comparecer a comícios, até ocupar cargos públicos eletivos e a participar de organizações sociais, como partidos políticos, entidades comunitárias e de classe, associações e movimentos de mulheres.

Entender a participação política como um espaço *a priori* da igualdade é uma visão liberal. É uma igualdade formal e, sobretudo, uma falsa ideia de igualdade. Porque há relações econômicas, sociais e políticas. É preciso compreender a força das estruturas que sustentam e reproduzem as desigualdades de gênero, as condições sociais de acesso à esfera política.

A participação das mulheres brasileiras na vida política ainda é bastante limitada. Esse fato não pode ser visto isoladamente. Devemos partir da análise da realidade econômica, social, cultural do nosso país com o recorte de gênero, raça/etnia, classe e geração. As insti-

tuições políticas do País também precisam se analisadas.

Ao conferir os resultados do PNAD 2008 sobre as condições de vida da população feminina em dez anos, verificamos que houve avanços em relação à participação das mulheres na vida econômica, social e política. Os piores índices estão na questão do trabalho e da participação política.

“A participação das mulheres brasileiras na vida política ainda é bastante limitada.”

Há sub-representação das mulheres em todos os **espaços de poder**. Os homens são hegemônicos nos espaços institucionais, nos partidos políticos e nos movimentos sociais mistos. E mesmo quando as mulheres são majoritárias, o poder é hegemonzado pelos homens.

Ano passado retornou o debate sobre a **reforma política**. Já existiam vários projetos de lei no Congresso Nacional e o governo en-

caminhou mais alguns relacionamentos apenas com a questão eleitoral. Foi aprovado pelo Congresso apenas uma minireforma eleitoral. A Lei nº 12.034/2009, sancionada pelo presidente Lula e publicada em 29 de setembro de 2010.

Em relação às propostas para garantir maior presença das mulheres no parlamento houve muita resistência quanto à punição aos partidos políticos que não cumprissem as cotas. A alteração alcançada foi apenas no texto. Ficou mais explícita a redação. Pois, antes constava apenas **reserva das vagas**, agora ficou: “Do número de vagas resultantes das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação **preencherá** no mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo.” A expressão “preencherá” dá um sentido de obrigatoriedade, apesar de não definir punição para quem a descumprir.

Foi aprovado também que “Os partidos têm que destinar 5% do Fundo Partidário à criação e manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres. O partido que não cumprir essa disposição deverá, no ano subsequente, adicionar mais 2,5% do fundo partidário para

tal destinação”. Além disso, os partidos devem reservar 10% do tempo de propaganda partidária para promover e difundir a participação política feminina.

Tivemos um avanço na questão da ampliação da participação feminina no âmbito político. Não o desejado, mas, se concretizado, será um fator favorável para o aumento quantitativo da representação política das mulheres nos partidos e no Poder Legislativo nacional e estadual.

Para aprovar o que foi explicitado, foi necessária muita unidade das forças democráticas e feministas junto com a bancada feminina da Câmara e do Senado, da Secretaria Especial de Política para Mulheres, e do fórum de instâncias de mulheres de partidos políticos junto aos parlamentares.

Atuação nos partidos políticos é fundamental, pois são eles que constroem a chapa dos candidatos e candidatas. Investir na formação e mobilização das mulheres para que elas saiam candidatas é uma necessidade imediata.

Participar ativamente do processo eleitoral a fim de impedir o retrocesso e lutar para ampliar os direitos e a igualdade para as mulheres é um grande desafio.

A reforma política não pode ser apenas uma forma de abrir mais espaço para as mulheres individualmente ocuparem espaços de poder nos parlamentos e partidos políticos. Essa visão não altera, de fato, a realidade de desigualdade das mulheres. A reforma política deve tratar da democracia representativa e incluir também a

“Precisamos tornar a lei nº 12.034/2009 conhecida para termos maior participação na cobrança da sua concretude.”

democracia participativa e direta – plebiscito, consulta popular e referendo – pois, assim, se criam as bases para um processo mais profundo de transformação.

Outra questão importante para ser resolvida é a **divisão sexual do trabalho**. Desde o surgimento da sociedade dividida em classes, as mulheres foram confinadas no âmbito privado (doméstico e familiar) e os homens no âmbito público. As mulheres, hoje, já participam no âmbito público do trabalho produtivo, da atividade política junto com os homens e continuam no âmbito privado. Aí as alterações são poucas e lentas, constituindo a dupla jornada trabalho.

É preciso uma nova organização entre a vida privada e o mundo do trabalho, político, cultural e ideológico para que se possa preservar o direito de ambos os sexos de usufruir ambos os mundos, do trabalho produtivo e reprodutivo, sem sacrifícios individuais. A revalorização da vida privada não deve ser responsabilidade só das mulheres, mas um desafio de toda a sociedade.

As desigualdades e discriminações existentes nas sociedades em relação à divisão sexual do trabalho funcionam como um fator que bloqueia e dificulta o acesso das mulheres à esfera pública como a atividade política. Responsabilizar ou culpar as mulheres por não participarem da política não é correto. Torna-se necessária a desconstrução/reconstrução para mulheres e homens dos valores e das práticas predominantes. A maioria das mulheres ainda não tomou plena consciência do seu papel na sociedade, dos seus direitos de cidadania e da necessidade de sua participação política para garantir seus direitos.

A alteração nos espaços de poder é muito complexa. Quem está no poder não quer sair. E o acesso dos recém-chegados à arena política implicará sempre a redefinição desse espaço político-social. A integração não se realiza por simples adesão. O poder político está vinculado ao poder econômico e aos meios privados de comunicação. Há fatores culturais, ideológicos e a divisão sexual do trabalho. Temos como pano de fundo os condicionamentos do sistema capitalista, sobretudo em seu estágio neoliberal. São necessárias mudanças estruturantes numa perspectiva de uma sociedade igualitária, socialista.

Referências

Revista do Observatório Brasil da igualdade de gênero – Secretaria Especial de Política para Mulheres, 1ª edição, 2009.

Cadernos de crítica feminista – Mulheres, participação e democracia. Ano II dez. 2008.

Revista Presença da Mulher, ano XXII, nº 57, setembro/2009.

Relatório da comissão tripartite.

O significado do trabalho e a emancipação da mulher



Ana Rocha

Psicóloga e jornalista, mestra pela UERJ em Serviço Social, na área de Gênero e Trabalho.

Tem verdade que se carece de aprender, do encoberto, e que ninguém não ensina: o beco para a liberdade se fazer.

Guimarães Rosa,
Grande Sertão: Veredas.

EXTRATOS DA DISSERTAÇÃO DE Mestrado SOBRE MULHER E TRABALHO DA ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL DA UERJ

O trabalho na formação do ser social

Não poderíamos entender se valeu ou não à pena à mulher ir trabalhar fora, sem entendermos antes de qualquer coisa o significado do trabalho no desenvolvimento da humanidade. Muitos apregoaram o fim da história e o fim do trabalho, no contexto de tentar impor o pensamento único neoliberal. Mas a recente crise financeira, contraditoriamente, chamou atenção para as consequências desastrosas da desregulamentação financeira, reolocando na ordem do dia a importância do setor produtivo da economia e do Estado, voltando a reforçar a valorização do trabalho e sua centralidade.

O trabalho é fundamental na vida humana, pois é condição para sua existência social. Como afirmou Marx em *O Capital*:

Como criador de valores de uso, como trabalho útil, é o trabalho, por isso, uma condição de existência do homem, independentemente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, vida humana. (Marx, K. *O Capital*, Vol. I, pág.50).



Engels (2004), por sua vez, chega a afirmar, que o trabalho é a condição básica de toda a vida humana. E em tal grau, que, até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem.

O desenvolvimento do trabalho, ao multiplicar os casos de ajuda mútua e de atividade conjunta, e ao mostrar assim as vantagens dessa atividade conjunta para cada indivíduo, tinha de contribuir forçosamente para agrupar ainda mais os membros da sociedade. Resumindo, diz Engels(2004),

Só o que podem fazer os animais é utilizar a natureza e modificá-la pelo mero fato de sua presença nela. O homem, ao contrário, modifica a natureza e a obriga a servir-lhe, domina-a. E aí está, em última análise, a diferença essencial entre o homem e os demais animais, diferença que, mais uma vez, resulta do trabalho. (Engels, 2004, p. 32).

É, portanto, a partir do trabalho, que o ser humano se faz diferente da natureza, se torna um ser social, com leis de desenvolvimento histórico, totalmente distintas das leis que regem a natureza. Como afirmava Marx (2004), enquanto as abelhas e as formigas produzirão por séculos exatamente da mesma forma que produzem hoje, os homens interagem com a natureza de forma totalmente diferente, porque a ação e seu resultado são sempre projetados na consciência antes de serem construídas na prática. É justamente essa capacidade de planejar antes de objetivar que para Marx difere o homem dos animais e marca a evolução humana. E, ao transformar a natureza, os homens também se transformam, pois adquirem sempre novos conhecimentos e habilidades, e estes por sua vez, impulsionam o indivíduo, a novas prévias-ideações, a novos

projetos e, em seguida a novas objetivações. Além disso, o conhecimento de um indivíduo se difunde por toda a sociedade, tornando-se patrimônio da humanidade. O trabalho é por isso mesmo o fundamento do ser social.

É ainda Marx (2004) que afirma que a história da realização da vida humana se concretiza pela produção e reprodução da sua existência, através do trabalho e as transformações no âmbito do trabalho repercutem em todas as esferas de desenvolvimento da vida.

O trabalho foi se tornando central para a sobrevivência e convivência do homem. Começando pela elaboração dos instrumentos de caça, pesca, de defesa, depois de ferramentas para a construção e confecção de vestimentas, visando à proteção de intempéries. Como afirmou Engels:

A caça e à pesca veio juntar-se a agricultura e, mais tarde, a fiação e a tecelagem, a elaboração de metais, a olaria e a navegação. Ao lado do comércio e dos ofícios apareceram finalmente, as artes e as ciências, das tribos saíram as nações e os Estados. Apareceram o direito e a política e, com eles, o reflexo fantástico das coisas no cérebro do homem: a religião. Frente a todas essas criações, que se manifestavam em primeiro lugar como produtos do cérebro e pareciam dominar as sociedades humanas, as produções mais modestas, fruto do trabalho da mão, ficaram relegadas a segundo plano, tanto mais quanto numa fase muito recuada do desenvolvimento da sociedade (por exemplo, já na família primitiva), a cabeça que planejava o trabalho já era capaz de obrigar mãos alheias a realizar o trabalho projetado por ela.. (Engels,2004,p.24)

É justamente o entendimento de que produção e reprodução estão imbricadas e que o modo de produção de uma sociedade repercute em todas as esferas da vida humana. Não é diferente no atual modo de produção capitalista.

Nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos* (2004), Marx afirma que no caso da sociedade capitalista a “força de trabalho” torna-se uma mercadoria, que embora especial, sua finalidade é criar novas mercadorias e valorizar o capital, convertendo-se em meio e não primeira necessidade de realização humana. Ao decair a uma mercadoria, o trabalhador torna-se um ser estranho, um meio da sua existência individual.

O que significa dizer que, sob o capitalismo, o trabalhador frequentemente não se satisfaz no trabalho, mas se degrada: não se reconhece, mas muitas vezes recusa e se desumaniza no trabalho (Antunes, *Os Sentidos do Trabalho*, 2001) O trabalho, como atividade vital, se configura então como trabalho alienado, expressão de uma relação social fundada na propriedade privada, no capital e no dinheiro. E como mostrou Marx, alienado frente ao produto do seu trabalho e frente ao próprio ato de produção da vida material, o ser social torna-se um ser estranho frente a ele mesmo: o homem. Estranha-se em relação ao próprio homem, tornando-se estranho em relação ao gênero humano.

Ainda segundo Antunes (2001), se por um lado, podemos dizer que o trabalho é uma atividade central na história humana, em seu processo de sociabilidade e mesmo para sua emancipação; por outro, com o advento do capitalismo, houve uma transformação essencial, que alterou e tornou complexo o trabalho humano. No livro *O Capital*, Marx afirma:

Todo trabalho é de um lado, dispêndio de força humana de trabalho, no sentido fisiológico, e, nessa qualidade de trabalho humano igual ou abstrato, cria valor das mercadorias. Todo trabalho, por outro lado, é dispêndio de força humana de trabalho, sob forma

especial, para um determinado fim, e, nessa qualidade de trabalho útil e concreto, produz valores de uso (...) De um lado, tem-se o caráter útil do trabalho, relação de intercâmbio entre os homens e a natureza, condição para a produção de coisas socialmente úteis e necessárias. É o momento em que se efetiva o trabalho concreto, o trabalho em sua dimensão qualitativa. Deixando de lado o caráter útil do trabalho, sua dimensão concreta, resta-lhe apenas ser dispêndio de força humana produtiva, física ou intelectual, socialmente determinada. Aqui aflora sua dimensão abstrata, onde desvanecem-se... As diferentes formas de trabalho concreto e onde elas não mais se distinguem umas das outras, mas reduzem-se, todas, a uma única espécie de trabalho, o trabalho humano abstrato." (Marx, 1971, p.45-54).

Foi justamente a desconsideração dessa dupla dimensão, presente no mundo do trabalho, segundo Antunes, que permitiu que muitos autores, equivocadamente defendessem o fim da atividade laborativa, o fim do trabalho. E entende que autores como Gorz, Offe e Habermas sustentam suas teses sobre a crise do mundo do trabalho sem operar essa distinção e acabam estendendo essa crise ao trabalho concreto, descartando o trabalho enquanto categoria ontológica, formadora do ser social. E pondera: se acertarmos a sociedade contemporânea regida pela lógica do capital, pelo sistema produtor de mercadorias, a crise do trabalho abstrato só poderá ser entendida, em termos marxistas, como a redução do trabalho vivo e a ampliação do trabalho morto (Antunes, 1999, p. 85) Mas não é essa visão que permeia o pensamento de Gorz, Offe e Habermas, que entendem que a crise do trabalho abstrato é dada pelo papel secundário que o trabalho desempenha na criação de mercadorias, colocando a ciência como a primeira força produtiva. Habermas vai além ao considerar as duas dimensões em uma só

e conclui que a utopia do trabalho perdeu sua força persuasiva, sua capacidade estruturante, deslocando o trabalho de sua centralidade e colocando o agir comunicativo em seu lugar. Comentando e negando essas visões Antunes afirma em seu livro *Adeus ao trabalho?*:

A recusa radical do trabalho abstrato não pode levar à recusa da possibilidade de conceber o trabalho concreto como dimensão primária, originária, ponto de partida para realização das necessidades humanas e coisas sociais. É a não aceitação dessa tese que leva tantos autores, Gorz à frente, a imaginar um trabalho sempre heterônomo, restando praticamente a luta pelo tempo liberado. Seria a realização, esta sim utópica e romântica, do trabalho que avilta o tempo (fora do trabalho) que libera. Essa concepção acaba desconsiderando a dimensão totalizante e abrangente do capital, que engloba desde a esfera da produção até o consumo, desde o plano da materialidade ao mundo das idealidades (Antunes, R. 2000, p. 85-86).

Todas essas considerações nos levam a entender que nos marcos da sociedade capitalista que vivemos produtora de mercadorias e da mais-valia para a acumulação do capital, o trabalho continua tendo centralidade. E nesse sistema de hegemonia do sistema produtor de mercadorias, o conflito entre capital-trabalho permanece central, podendo se apresentar de formas diversas, de acordo com cada País, região e cultura. E continua factível de que é através do trabalho que o ser social cria e renova as próprias condições de sua reprodução.

Pois como afirma Marx em *Salário, Preço e Lucro*:

Como o de qualquer mercadoria, o valor da força de trabalho é determinado pela quantidade de trabalho necessária para sua produção. A força de trabalho de um homem consiste, pura e simplesmente, na sua individualidade viva. Para poder se desenvolver e se manter, um homem precisa

consumir uma determinada quantidade de meios de subsistência. Mas o homem, como a máquina, desgasta-se e tem de ser substituído por outro homem. Além da quantidade de meios de subsistência necessários para o seu 'próprio' sustento, ele precisa de outra quantidade dos mesmos artigos para criar determinado número de filhos, que terão de substituí-lo no mercado de trabalho e perpetuar a classe dos trabalhadores [...] afirmamos que o valor da força de trabalho é determinado pelo valor dos meios de subsistência necessários para produzir, desenvolver, manter e perpetuar a força de trabalho. [...] Ainda que uma parte do trabalho diário do operário seja paga, enquanto a outra parte fica sem remuneração, e ainda que este trabalho não remunerado, ou sobretabalho, seja precisamente o fundo de que se forma a mais-valia ou lucro, fica parecendo que todo o trabalho é trabalho pago. Essa falsa aparência distingue o trabalho assalariado das outras formas históricas do trabalho. Dentro do sistema de trabalho assalariado, até o trabalho não remunerado parece trabalho pago. (Marx, 2004, p. 87-88).

No Capítulo VI (inédito) do *Capital*, Marx afirma:

Como o fim imediato e (o) produto por excelência da produção capitalista é a mais-valia, temos que só é produtivo aquele trabalho – e só é trabalhador produtivo aquele que emprega a força de trabalho – que diretamente produz mais-valia; portanto, só o trabalho que seja consumido diretamente no processo de produção com vistas à valorização do capital. É produtivo trabalhador que executa trabalho produtivo; é produtivo o trabalho que gera diretamente mais-valia, isto é, que valoriza o capital. A determinação do trabalho produtivo (e, por conseguinte, também a do improdutivo, como seu contrário) funda-se, pois, no fato de que a produção do capital é produção de mais-valia, e em que o trabalho empregado por aquela é trabalho produtor de mais-valia. (Marx, 1978, p. 70-80).

O entendimento sobre os diversos tipos de trabalho é fundamental ao entendimento das relações sociais dominantes, inclusive daquelas fundadas no gênero. Para Clara Araújo (2000), o conceito de gênero surge da tentativa de compreender como a subordinação é reproduzida e a dominação masculina é sustentada em suas

múltiplas manifestações, buscando incorporar as dimensões subjetiva e simbólica, para além das fronteiras materiais e das conformações biológicas.

Para Elizabeth Souza - Lobo (1989) a construção do gênero como categoria analítica tem a ver com os impasses da teoria do patriarcado e das análises marxistas, como com o desenvolvimento autônomo de abordagens psicanalíticas. O centro passa ser a busca dos significados das representações do feminino e do masculino, as construções culturais e históricas das relações de gênero. O inventário e a arqueologia desses significados desconstroí o gênero a partir dos vários espaços em que ele se constrói: a família, o mercado de trabalho, as instituições, a subjetividade. Também encara a relação de gênero como relação de poder.

Na categoria analítica de gênero há um deslocamento do foco que buscava as causas da dominação para os significados e as condições de construção das relações de gênero. Nesse contexto, a definição de Joan Scott, sobre a categoria de gênero implica dois níveis: 1 - "O gênero como elemento constitutivo das relações sociais, baseado nas diferenças perceptíveis entre os sexos"; 2 - "O gênero como forma básica de representar relações de poder em que as representações dominantes são apresentadas como naturais e inquestionáveis".

Para Clara Araújo (2000), gênero é relacional e, nesse sentido um gênero só existe em relação ao outro. Essa característica permite considerar que tanto o processo de dominação quanto o de emancipação envolvem relações de interação, conflito e poder entre homens e mulheres.

Nesse caso, o problema deixa de ser apenas das mulheres, requerendo alterações nos lugares, práticas e valores dos atores em geral.

Mas, para Clara (2000), o percurso analítico do gênero, guarda certos problemas. Um deles é a ênfase na dimensão subjetiva das relações de poder entre homens e mulheres, desvinculada de bases materiais. Nesse caso, o gênero deixa de ser um conceito meio, uma forma de ampliar o olhar e entender a trajetória em torno da qual a dominação foi se estruturando nas práticas materiais e na subjetividade humana, para tornar-se um conceito totalizador, um modelo próprio e autônomo de análise das relações de dominação-subordinação, centrado quase exclusivamente na construção dos significados e símbolos das identidades masculina e feminina. As práticas materiais e as intercessões com outras clivagens praticamente desaparecem e ou são secundarizadas.

Com o crescente "deslocamento" em direção à dimensão simbólica, o conceito de gênero vem se tornando um código cultural de representação e aparece como mero efeito discursivo, desvinculado dos contextos socioeconômicos concretos. As tentativas de achar um lugar para a dimensão subjetiva da dominação de gênero podem levar a abdicar de qualquer perspectiva estrutural de um sistema econômico-político mais amplo, só restando lugar para o "simbólico", abstraído de bases concretas. Nesse caso, como ficariam os possíveis impactos das relações de classe ou de raça sobre a situação da mulher? Como preservar as dimensões materiais e simbólicas que envolvem as relações sociais e de gênero?



Ao analisarmos o significado do trabalho na sociedade capitalista, não podemos abstrair o modo de produção, nem as relações sociais dele advindas, bem como seu impacto nas relações de gênero.

Hirata (2002) alerta para a necessidade de restabelecer os vínculos entre o que até então se havia separado, formulando uma definição mais ampla do trabalho (em que o conceito de trabalho abrange tanto o trabalho assalariado quanto o trabalho doméstico não remunerado) e providenciando sua saída do simples domínio das relações mercantis. O trabalho doméstico e as particularidades do trabalho assalariado das mulheres não são mais 'exceções' a um modelo supostamente geral: essa problemática supõe uma tentativa de refazer um *modelo geral* do qual essas mesmas especificidades seriam elementos constitutivos. (Hirata, 2002).

Parece-me que na concepção marxista se leva em conta os diversos tipos de trabalho, fazendo a distinção entre trabalho produtivo e improdutivo. Nesse caso, o trabalho doméstico, por não produzir mais-valia seria trabalho, mas improdutivo.

Foi na linha de considerar a centralidade e a importância do trabalho para a formação do ser social, seus diversos significados que Marx e Engels também analisaram o lugar da mulher na sociedade.

Muitas foram as críticas feitas às teses marxistas sobre essa questão, alegando que elas deixaram de lado sua especificidade e reduziram sua condição apenas a uma questão econômica, um apêndice das relações produtivas. No livro "*A ideologia alemã*", Marx e Engels demonstraram entender esse

aspecto como parte de um único processo. Aí eles afirmam que a reprodução e a manutenção da vida dos indivíduos, assim como as relações sociais que os mesmos estabelecem, são tão importantes quanto às relações de produção. E que tudo isso permitiu uma dimensão coletiva da subjetividade humana

Em carta a Bloch de 1890, Engels esclareceu.

Segundo a concepção materialista da história, o fator que em última instância, determina a história é a produção e reprodução da vida real. Nem Marx, nem eu afirmamos, uma vez sequer, algo mais que isso. Se alguém o modifica, afirmando que o fato econômico é o único fato determinante, converte aquela tese numa frase vazia, abstrata e absurda. A situação econômica é a base, mas os diferentes fatores da superestrutura que se levanta sobre ela – as formas políticas da luta de classes e seus resultados, as constituições que, uma vez vencida uma batalha, a classe triunfante redige etc..., as formas jurídicas e inclusive os reflexos de todas essas lutas reais no cérebro dos que nelas participam, as teorias políticas, jurídicas, filosóficas, as idéias religiosas e o desenvolvimento ulterior que as leva a converter-se num sistema de dogmas – também exercem sua influência sobre o curso das lutas históricas e, em muitos casos, determinam sua **forma**, como fator predominante. (grifos do autor). (Engels, 1985, p. 547)

E afirma mais adiante:

Se os mais jovens insistem, mais do que devem, sobre o aspecto econômico, a culpa em parte temos Marx e eu mesmo. Face aos adversários, éramos forçados a sublinhar este princípio primordial que eles negavam e nem sempre dispúnhamos de tempo, de espaço e de oportunidade para dar importância devida aos demais fatores que intervêm no jogo das ações e reações. (Engels, 1985, p. 548).

Podemos levar em conta essas críticas, sem desconsiderar o contexto histórico em que o núcleo dessa teoria foi produzido, considerando que ele permanece válido para a análise das relações sociais, incluindo as relações de gênero.

Marx e Engels demonstraram em sua obra que a opressão da mulher coincide com o surgimento da propriedade privada dos meios de produção e o surgimento das classes sociais. Indicaram que a história de submissão da mulher começa quando ela é afastada da produção social.

A primeira ideia sobre o assunto aparece no *Manifesto do Partido Comunista*, em 1848. Aí está presente a ideia de que somente a socialização da propriedade pode fazer desaparecer a situação de submissão da mulher. Também nesse documento, Marx e Engels afirmam o papel da família na reprodução da opressão da mulher e indicam a possibilidade e a necessidade de transformar essa instituição. Afirmando que a burguesia reduz as mulheres a instrumento de produção ou prostituição. Fazem uma crítica sobre a instrumentalização da burguesia das relações afetivas e do lugar socialmente reservado às mulheres.

Ao analisar os três fatos históricos (a produção da própria vida material, o surgimento de novas necessidades e a procriação), Marx afirma:

Esses três aspectos da atividade social não devem ser considerados como três degraus diferentes, mas simplesmente como três aspectos, ou como... três momentos, que coexistem desde o início da História e desde o primeiro homem e ainda hoje continuam regendo a História. (Marx, 1985, p. 229).

Em 1884, dando continuidade aos estudos de Marx sobre Morgan, Engels publica o livro *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, onde analisa as diversas fases históricas do desenvolvimento da humanidade, para comprovar que as mudanças na condição da mulher sempre corresponderam às grandes transformações

sociais, ao desenvolvimento da ciência e da técnica. Analisa a involução da situação da mulher, das condições de uma igualdade na época do considerado comunismo primitivo até a condição da chamada civilização. Mudança que se operou a partir da exclusão da mulher do processo produtivo social. Daí a conclusão de Engels:

A emancipação da mulher e sua equiparação ao homem são e continuarão sendo impossíveis enquanto ela permanecer excluída do trabalho produtivo social e confinada ao trabalho doméstico, que é um trabalho privado. A emancipação da mulher só se torna possível quando ela pode participar em grande escala, em escala social, da produção; e, quando o trabalho doméstico lhe toma apenas tempo insignificante. (Engels, 1985, p. 229).

Há questionamento com base na evolução da antropologia de que a superioridade masculina, a segregação das mulheres, teria sua origem na divisão dos papéis, que se operou nas sociedades comunitárias de caçador-coletores. As mulheres tornando-se pouco móveis, graças ao estado de gravidez e amamentação constantes, tinham dificuldades em participar de caçadas longínquas ou das guerras, e ficavam na colheita e nos trabalhos domésticos. Para os marxistas, essa divisão de papéis só passa a ter conotação de submissão com o surgimento da propriedade privada e o confinamento da mulher para garantir a herança da propriedade.

É o que discorre Arendt(2005), falando da família em seu estado primitivo:

O que distinguia a esfera familiar era que nela os homens viviam juntos por serem a isso compelidos por suas necessidades e carências. A força compulsiva era a própria vida, e a vida, para sua manutenção individual e sobrevivência como vida da espécie, requer a companhia dos outros. O fato de que a manutenção individual fosse

a tarefa do homem e a sobrevivência da espécie fosse tarefa da mulher era tido como óbvio; e ambas essas funções naturais, o labor do homem no suprimento de alimentos e o labor da mulher no parto, eram sujeitas à mesma premência da vida. Portanto, a comunidade natural do lar decorria da necessidade: era a necessidade que reinava sobre todas as atividades exercidas no lar. A esfera da *polis*, ao contrário, era a esfera da liberdade, e se havia uma relação entre essas duas esferas era que a vitória sobre as necessidades da vida em família constituía a condição natural para a liberdade na *polis*. (Arendt, 2005, p.39-40).

Marx também afirmou em *O Capital*:

De fato o reino da liberdade começa onde o trabalho deixa de ser determinado por necessidade e por utilidade exteriormente impostas. (Mas este reino) só pode florescer tendo como base o reino da necessidade (Marx, 1974, p.942).

Para Clara Araújo (fev.2001), o principal a ser destacado é que o núcleo central da teoria marxista – a concepção de um processo histórico e materialmente situado originando conflitos, hierarquia e instituições – permitiu desnaturalizar as desigualdades de gênero, superando uma abordagem essencialista, que situava na natureza humana a base da dominação e da subordinação. Mas considera necessário refletir sobre certa simplificação na análise de Engels e Marx acerca da divisão sexual do trabalho e nas consequências que tiram disso. Isto é, eles não levaram adiante a própria desnaturalização que muito bem teorizaram.

Ao considerar como dada uma divisão natural do trabalho, a análise que desenvolveram supunha a extinção de uma parte dessa divisão, a concernente às tarefas e lugares das mulheres, mas não uma redefinição dos lugares sociais de mulheres e

homens. O processo de transformação se daria a partir da coletivização das tarefas domésticas e da incorporação feminina ao trabalho industrial. Mas quem faria as atividades “domésticas” no âmbito não público ou mesmo quem assumiria aquelas profissões públicas consideradas historicamente femininas, e consequentemente desvalorizadas?

Seria possível no contexto da época eles identificarem o papel da ideologia na reprodução da subordinação da mulher mesmo no novo contexto econômico, político e social? Teria, portanto, faltado à análise marxista uma perspectiva mais clara sobre a redefinição da divisão sexual do trabalho, não bastando apenas uma incorporação das atividades privadas ao setor público. Não seria suficiente o ingresso das mulheres na esfera da produção, mas seria necessária também a redefinição da lógica dicotômica de atividades femininas versus atividades masculinas, na esfera da produção e da reprodução, incorporando o masculino à dinâmica da esfera familiar e, ou, doméstica, redefinindo o sentido dessa incorporação. Não bastaria integrar as mulheres ao padrão existente, mas redefinir e transformar esse padrão. (Araújo, 2001).

Houve por outro lado uma tendência em reduzir o papel da família à sua função econômica, ignorando o fato de que a mesma poderia tanto ser o instrumento de reprodução da subordinação de gênero (inclusive no interior da família proletária), quanto o contrário, como fonte de apoio psicológico e convivência afetiva (Bryson, 2001).



Referências

- ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, Emir, GENTILI, Pablo (orgs.). Pós-neoliberalismo: As Políticas Sociais e o Estado Democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- ANTUNES, Ricardo. Os Sentidos do Trabalho. São Paulo: Boitempo, 2001.
- _____. Adeus ao trabalho? São Paulo: Cortez, 1995.
- _____. (org.) A Dialética do Trabalho: Escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- ARAUJO, Clara, SCALON, Celi. Gênero, família e trabalho no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, FAPERJ, 2005.
- _____, PICANÇO, Felícia. Novas Conciliações e Antigas Tensões? Gênero, família e trabalho em perspectiva comparada. Bauri, SP: EDUSC, 2007
- BEBEL, August. La Mujer y El Socialismo. Madrid: Akal Editor, 1977
- COSTA, Albertina de Oliveira; DORJ, Bila; BRUSCHINI, Cristina; HIRATA, Helena (orgs.). Mercado de Trabalho e Gênero, comparações internacionais. Rio de Janeiro: FGV, 2008.
- CRÍTICA MARXISTA, nº 11, São Paulo: Boitempo, 2000.
- ENGELS, F. A Origem da Família, da propriedade privada e do Estado. In: Obras Escolhidas vol. 3, Lisboa: Ed. Avante, 1985.
- HIRATA, Helena. Nova Divisão Sexual do Trabalho? São Paulo: Boitempo, 2002.
- MARX, K. e ENGELS, F. Manifesto do Partido Comunista. Obras Escolhidas, vol.1. Lisboa: Avante, 1985.
- _____. A Ideologia alemã. São Paulo: Grijalbo, 1977.
- _____. A origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado. O.E. Vol. 3. Lisboa: Avante, 1985.
- _____. Carta a Bloch – O.E. Vol.3. Lisboa: Avante, 1
- NOGUEIRA, Claudia Mazzei. A feminização no mundo do trabalho. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.
- _____. O trabalho Duplicado: A divisão sexual no trabalho e na reprodução: um estudo das trabalhadoras do telemarketing. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- REVISTA PRINCÍPIOS, nº 26, nº 78, nº 83, São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 1992, 2005, 2006
- SAFFIOTI, Heleieth. A Mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade. Petrópolis: Vozes, 1979.
- _____. Gênero, patriarcado e, violência. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004
- THERBORN, Goran. Sexo e Poder, A família no mundo: 1900-2000. São Paulo: Contexto, 200

Com a mão na massa

Texto: Katia Maia

Elas estão ocupando cada vez mais espaço no mercado de trabalho, mas a desigualdade salarial permanece



Foto: Gabriel de Melo

Que sexo frágil, que nada! A mulher brasileira tem sido cada vez mais batalladora e, com o passar dos anos, tem ocupado progressivamente seu espaço no mercado de trabalho. Essa é a boa notícia. A má é que, mesmo tendo avançado nos indicadores de tempo de estudo, qualificação e mais postos ocupa-

dos, a mulher ainda sofre de um mal que não é exclusivo do Brasil, mas que se repete em vários outros Países: a desigualdade de renda em relação aos homens.

O ano de 2009 foi marcado pela crise financeira internacional que, impiedosamente, atingiu os países de forma globalizada. Aqui no Brasil, apesar da boa reação da

economia, que permitiu enfrentar os dissabores da crise de forma menos intensa do que no resto do mundo, as mulheres foram as principais atingidas pelo abalo econômico mundial.

“Muitas mulheres perderam seus empregos e várias delas terminaram optando pela inatividade e não retornaram ao mercado



Foto: Divulgação

Eunice Léa de Moraes: construção civil abriu espaço para a mão de obra feminina

de trabalho”, explica Eunice Léa de Moraes, Gerente de Projetos da Subsecretaria de Articulação Institucional da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

E o salário, ó... – A desigualdade entre homens e mulheres no mercado de trabalho independe de abalos financeiros internacionais. A diferença de renda entre gêneros até que diminuiu ligeiramente, como revelou a Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio (PNAD) referente ao ano de 2008, mas as mulheres ainda ganham menos que os homens.

Clarice (nome fictício) reconhece que seu salário é bem menor do que o de seu colega de trabalho. Ela se ressentida da diferença de rendimentos e prefere não se identificar para se preservar de constrangimentos no local de trabalho.

“O meu chefe nunca me falou quanto o meu colega ganha, e claro que jamais me diria. Mas eu sei que meu salário é menor do que o dele, apesar de termos as mesmas responsabilidades. Essa é uma atitude covarde da empresa”, lamenta.

Ela conta que se submete ao

que considera “uma humilhação”, porque sabe “que fora da empresa, a situação se repete e de nada vai adiantar procurar outro emprego. Então, é melhor garantir minha estabilidade por aqui mesmo”, conforma-se.

Os números revelam que a renda das mulheres até que subiu um pouco mais que a dos homens em um ano (1,9% contra 1,6%), reduzindo ligeiramente a desigualdade, mas a realidade é que ela permanece.

Sem fronteiras – O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) divulgado em 2009, e referente ao ano de 2008, comprova que não im-

A disparidade de remuneração entre homens e mulheres (média mundial) é de 17%.

Fonte: IDH/PNUD

porta em que país a mulher se encontra. De forma generalizada, no mundo, os homens ganham mais.

A Medida de Participação Segundo o Gênero (MPG), indicador que mede a participação feminina em cargos legislativos, de alto escalão e de gerência, e calcula a diferença entre o salário dos homens e das mulheres, revela que até mesmo na Islândia, país com o maior IDH do planeta, a desigualdade existe.

O Brasil ocupa a 81ª posição no ranking de 108 países onde o indicador é medido. A MPG trabalhou com dados de 2006 e revelou

que, apesar de a brasileira ser mais alfabetizada do que os homens (89,9% das mulheres com mais de 15 anos alfabetizadas contra 89,4% dos homens), frequentar mais a escola (89,4% das mulheres para 85,1% dos homens) e viver mais (75,8 anos, contra 68,4 dos homens) – a renda salarial da mulher é, em média, 56% do rendimento masculino.

Segundo Flávio Comin, consultor do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) na área de desenvolvimento humano, para reverter esse quadro é preciso que o país invista “em uma educação, que valorize o papel da mulher no trabalho e encoraje as meninas para áreas mais técnicas”.

Mãos à obra – Foi um setor essencialmente masculino que se revelou promissor para qualificação das mulheres brasileiras na hora de enfrentar a crise: o da construção civil. Em plena adversidade mundial, o setor abriu as portas para a mão de obra feminina.

“Foi um fenômeno interessante. Na construção civil, cresceu bastante a participação das mulheres, ocupando vagas de pedreiro, ferreiro, assentador de azulejo, entre outros”, comemora Eunice. O governo federal criou em 2008 o programa de capacitação Mulheres Construindo Autonomia na Construção Civil, realizado em parceria com as prefeituras.

Cátia Liane Rodrigues fez parte da primeira fase do Projeto Mulher Aprendiz em 2006 e participou do curso de Pintura Predial Interna e Externa e texturas. Gostou tanto que em 2008 fez o curso de ceramista para aumentar seus co-

nhcimentos na área da construção civil.

“O meu objetivo de início era aprender a pintar minha casa e o que eu quisesse para meu uso próprio, sem depender de outros, com capricho e zelo. Imediatamente durante o curso, percebi que podia aumentar minha renda fazendo bicos”, relata Cátia.

Ela conta que começou a ter “reconhecimento, respeito e admiração” entre os familiares amigos e clientes para quem presta serviço e agora deixou os “bicos” para trás e se tornou uma profissional da área.

Solteira e morando sozinha, Rosimeri Barbosa da Rocha, 30 anos, confessa que queria ser independente “fazendo um serviço legal” e, por isso, inscreveu-se no curso de qualificação para a construção civil. Segundo os organizadores do curso, ela logo se destacou pelo seu comprometimento e dedicação.

“A 1ª turma formou 350 mulheres e todas estão empregadas.

Há uma mulher para cada nove homens em cargos de direção nas empresas.

Fonte: IDH/PNUD

As mulheres, na verdade, não dão conta das oportunidades que aparecem”, comemora Eunice. De acordo com ela, a construção civil trouxe um espaço a mais para a mão de obra feminina e, melhor ainda, num campo reconhecidamente dominado pelos homens.

O curso de pedreira rendeu boas histórias de realização profissional e ajudou mulheres como Elizabete Zenger, de 45 anos, a se valorizar como trabalhadora. “A todos que perguntam qual minha profissão, respondo orgulhosa que sou pedreira”.

Mãe de cinco filhos, ela é chefe de família e ex-beneficiária do *Bolsa Família*. Ela se recorda que houve uma época em sua vida que “vendia o almoço para conseguir a janta”. Trabalhava como vendedora ambulante peregrinando de porta em porta, oferecendo produtos de limpeza

“Após o término das aulas fui contratada por uma empresa que presta serviços de obra para construtoras, onde continuo trabalhando com todos os direitos legais”, afirma, realizada. Ao melhorar de vida, saiu do *Bolsa Família* por entender que outras famílias precisam do programa, “até que eles também achem a luz no fim do túnel, como eu achei”.

Dupla Jornada – O trabalho doméstico é a categoria que mais ocupa as mulheres brasileiras dentro e fora de casa. Estudo feito pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) mostra que 15,8% da população feminina brasileira têm por ocupação o trabalho doméstico.

O estudo constata ainda que menos de 25% das domésticas do país têm carteira de trabalho assinada, o que significa que três quartos dessas profissionais não têm acesso a qualquer direito trabalhista ou benefício.

De acordo com Creuza Maria Oliveira, presidente da Fenatrad, “com certeza, o número de homens trabalhando no setor é bem menor. Mas, mesmo assim, ele tende a ter um salário, tratamento e condições de trabalho melhores do que as mulheres”, lamenta.

Deovacy Pereira Silva, ou Deo, como gosta de ser chama-



Foto: Gabriel Melo

Primeira turma do curso de qualificação para construção civil

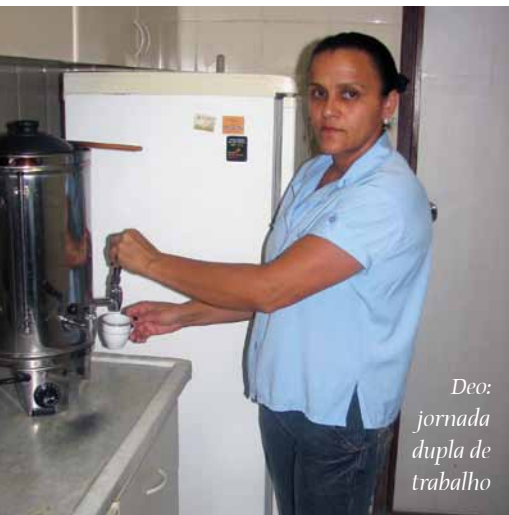


Foto: Divulgação

Deo:
jornada
dupla de
trabalho

da, trabalha há treze anos como copeira em uma empresa de comunicação. Ela sabe bem o que é acumular jornada dupla de trabalho. Com carteira assinada, sabe

que tem uma condição diferenciada da maioria das mulheres que realiza trabalhos domésticos.

Mãe de quatro filhos, ela deixa os dois mais novos, gêmeos, de seis anos com a filha mais velha, de 21 anos. No trabalho, Deo cumpre uma jornada de oito horas; em casa, a história vai longe. Quando sai do serviço, vai para casa, para o que ela chama de “segundo emprego”.

Com os filhos, Deo repete a rotina do trabalho com alguns adicionais: os filhos, a comida para cozinhar, a roupa para lavar e a casa para arrumar. “Vou dormir tarde porque tenho que deixar tudo pronto para o dia seguinte.

RANKING

- » O país com melhor índice – com a menor desigualdade de gêneros – é a Suécia (MDG de 0,925). O país possui ainda a menor diferença entre rendimento. Lá, a mulher ganha 84% do salário do homem.
- » Apesar disso, as mulheres suecas ocupam apenas 32% dos cargos legislativos, 47% dos de alto escalão.
- » Na ponta extrema está o Lêmen (MDG de 0,136), onde as mulheres ganham apenas 30% do salário dos homens, ocupam 0,7% dos cargos legislativos e têm 4% das posições de alto escalão.
- » No Brasil, elas ocupam 9,4% dos cargos legislativos, 35% dos de alto escalão, e 53% dos postos de gestão.

Fonte: IDH/PNUD

Elas vão dar a volta por cima

Durante a 10ª edição do Fórum Social Mundial, realizado em janeiro deste ano, em Porto Alegre, o presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Márcio Pochmann, disse que o mercado de trabalho no Brasil se tornará extremamente competitivo sob o ponto de vista de gênero e prevê melhores condições para as mulheres.

Pochmann é autor do livro **Desenvolvimento e Perspectivas para o Brasil (Cortez Editora)**, onde analisa as mudanças na organização do trabalho e na demografia do País. O autor lembrou das três revoluções sexuais vividas pela sociedade: a primeira separou o sexo da reprodução, por meio dos contraceptivos; a segunda separou o sexo do casamento, com o novo perfil da mulher moderna; e a terceira,

em andamento, separa a reprodução do sexo - a mulher vai escolher quando e como terá filhos.

Esses fatores somados ao aumento da escolaridade feminina farão com que as mulheres ocupem cargos melhores e com maior remuneração. A tendência, segundo ele, é que os homens participem mais do cuidado com a casa e com os filhos.

Ele aponta que a partir de 2030 a população brasileira irá reduzir, com diminuição da taxa de fecundidade e o envelhecimento da população. Nessa década, o Brasil terá 30 milhões de pessoas com mais de 80 anos. Com pouca mão de obra, é provável que o país tente suprir sua demanda com imigrantes da Bolívia, Chile, Paraguai, por exemplo. E o Estado deve ampliar

sua atuação para aumentar a proteção da velhice, trazendo mudanças no sistema previdenciário.



Foto: Divulgação

Pochmann: previsão otimista com relação à melhoria de condições das mulheres

Mulheres trabalhadoras e a luta por igualdade no trabalho

Rosane Silva

Secretária Nacional da Mulher Trabalhadora da CUT



Foto: Divulgação

A presença das mulheres no mercado de trabalho vem aumentando consideravelmente nos últimos 40 anos. Este fato é bastante difundido e certamente é uma vitória muito grande, fruto de anos de lutas e mobilizações das mulheres. Contudo, não significa que as desigualdades entre homens e mulheres foram resolvidas, inclusive porque no mercado de trabalho encontramos condições bastante desfavoráveis e discriminatórias com relação às mulheres.

Nos últimos dez anos, segundo a Pesquisa Nacional de Amostragem por Domicílio (PNAD), a participação das mulheres no mercado de trabalho passou de 42,0% para 47,2%, um total de 39,2 milhões de mulheres ocupadas. Em todas as faixas etárias, essa taxa aumentou, exceto entre as meninas de 10 a 15 anos, onde se registrou queda de 11,5% para 6,4%, resultado de políticas de redução do trabalho infanto-juvenil.

Embora a presença das mulheres no mercado de trabalho tenha aumentado, elas ocupam lugares diferentes dos homens na estrutura econômica brasileira e seus

contratos de trabalho são mais flexíveis e mais rotativos. A ocupação com maior presença das mulheres é a de trabalhadora doméstica. De cada cinco mulheres, uma é trabalhadora doméstica, ou seja, cerca de 8 milhões de domésticas que, em sua maioria, não tem garantia de direitos trabalhistas. No total das mulheres ocupadas, o setor de serviços responde por 39%, comércio e reparação 16,5% e o se-

“Em todas as ocupações o rendimento médio dos homens é maior que das mulheres.”

tor agrícola 13,9%. Já os homens estão concentrados no setor agrícola 21,5%, comércio e reparação 19%, indústria 17% e construção 11%.

A desigualdade salarial entre homens e mulheres é mais uma característica determinante do mercado de trabalho. No Brasil, as mulheres têm remuneração de trabalho média de R\$ 839, o que

representa apenas 71,6% do recebido pelos homens, que é de R\$ 1.172.

Em todas as ocupações o rendimento médio dos homens é maior que das mulheres. Mesmo nos setores de forte presença das mulheres, as desigualdades salariais existem. No conjunto dos/as trabalhadores/as domésticos/as sem carteira assinada, por exemplo, os homens apresentam uma remuneração média de R\$ 404, enquanto as mulheres recebem, em média, R\$ 298.

Esta desigualdade salarial ocorre fundamentalmente porque o trabalho das mulheres ainda hoje é visto como transitório e auxiliar ao dos homens (mesmo sendo as mulheres 35% do total de chefes de família), e também, como vimos, porque a inserção das mulheres se dá em determinadas profissões e setores de baixa remuneração. Outro fator importante é a responsabilidade culturalmente atribuída pelo trabalho de reprodução social (cuidado com as crianças, casa, família, doentes e idosos), que faz com que sua ascensão profissional seja restringida.

É importante frisar que as desigualdades não são explicadas

pela escolaridade, já que as mulheres tem mais anos de estudo e as diferenças de rendimentos são maiores entre as pessoas mais escolarizadas. Entre as pessoas com curso superior, as mulheres recebem 40% menos.

A análise destes dados faz com que a luta pela igualdade salarial se inclua num contexto mais amplo, de luta por igualdade. Por isso a CUT terá como mote neste 8 de março a questão da “Igualdade no Trabalho”.

A partir deste mote, sairemos às ruas para reivindicar avanços nos direitos das mulheres trabalhadoras e uma sociedade justa para todas/os. Mais do que nosso tema, nosso compromisso para o 8 de Março e para todo este ano será o de avançarmos na igualdade entre homens e mulheres no trabalho.

Ao longo de todo este ano, através da Campanha “Igualdade de Oportunidades na Vida, no Trabalho e no Movimento Sindical” a Secretaria Nacional da Mulher Trabalhadora da CUT irá priorizar temas e eixos fundamentais para a transformação desta dura e complexa realidade vivida pelas mulheres trabalhadoras.

O debate acerca da legalização do aborto precisa avançar. É urgente que milhares de mulheres não morram nem sejam presas por interromperem uma gravidez não desejada. Para avançarmos neste tema são necessários debates desde os sindicatos, nos Estados, nas Confederações e Federações para que todos/as estejam conscientes de que ter a opção de interromper uma gravidez é um direito

das mulheres. Quando uma mulher encontra-se nesta situação, ela deve poder escolher o que fazer, de acordo com suas crenças, valores e opiniões, sem ser obrigada a fazer nada que não queira.

E se a opção da mulher for de ter um/a filho/a, o Estado deve garantir políticas públicas para ampará-la. A creche é um direito de todas as crianças, e no caso do Brasil, está é mais uma pauta prioritária de nossa luta, uma vez que estamos longe de ter este direito assegurado. Além de ser um direito das crianças, a creche é um instrumento fundamental para que as trabalhadoras que são mães possam acessar e permanecer no mercado de trabalho.

Com a ausência do Estado na garantia das creches são as mulheres as responsabilizadas por este trabalho, tendo que, muitas vezes, conciliar o cuidado com os/as filhos/as com o trabalho realizado dentro e fora do âmbito doméstico, acumulando uma tripla jornada obrigatória. A realização dos afazeres domésticos é uma atividade de trabalho praticamente invisível na sociedade e preponderantemente realizada pelas mulheres.

Do total das mulheres ocupadas, 87,9% declararam cuidar dos afazeres e do total dos homens, 46,1%. O número médio de horas na semana dedicado a esses afazeres é de 20,9 para as mulheres e de apenas 9,2 para os homens. Esta extensa jornada de trabalho em casa faz com que elas sejam as principais vítimas do assédio moral, por recusarem aumentar suas horas de trabalho e não fazer horas extras.

Neste sentido, a Ratificação da Convenção 156 da OIT é importante instrumento no questionamento das relações de gênero em nossa sociedade na medida em que pauta o compartilhamento do trabalho doméstico e de cuidado familiar. A CUT tem um abaixo assinado nacional pela Ratificação desta Convenção e convocamos todos os nossos sindicatos, Confederações e Federações filiadas e as orgânicas a se envolverem nesta luta.

Os sindicatos tem um papel chave para introduzir o tema da igualdade de oportunidades nas agendas das negociações coletivas e na divulgação de campanhas pela igualdade no trabalho.

Além disto, é preciso que as Centrais pressionem os Governos a adotar legislação sobre igualdade de remuneração, bem como demandem políticas de valorização do Salário Mínimo.

A valorização do salário mínimo é uma medida bastante positiva para toda a classe trabalhadora, e também para diminuir as desigualdades de rendimento entre homens e mulheres, já que são elas a maioria das que recebem até um salário mínimo.

A CUT vem impulsionando essas lutas que vão no sentido de construir uma sociedade igualitária, justa e democrática, e que devem, portanto, ser parte da luta do conjunto da classe trabalhadora, não apenas das mulheres. Para a CUT se queremos transformar de fato a sociedade, precisamos transformar a vida das mulheres trabalhadoras.

Beleza não é fundamental

A garota atraente da cerveja, o dia a dia da mulher-fruta preocupada só com o corpo e as infundáveis receitas para elas ficarem magras e perfeitas. Difícil ligar a TV ou abrir uma revista e não se deparar com essas abordagens. A imagem da mulher na mídia enriquece ou atrapalha as discussões de gênero? O caso da universitária Geisy Arruda, alvo de agressões verbais de colegas por usar vestido curto em uma faculdade, pautou a imprensa nacional e mundial e reacendeu o debate.

Para a jornalista e mestre em Comunicação Social, Isabelle Anchieta, a mídia cobriu o fato com indignação e repúdio, “mostrando posicionamento crítico contra um suposto moralismo e machismo ainda presente no século XXI”, afirma. Mas ela acredita que há um elemento pouco explorado na notícia: foram as mulheres, colegas de Geisy, que começaram agressão contra a estudante.

“A magreza, a juventude e a moda alimentam essa cultura social que promove uma competição destrutiva entre as mulheres.



Uma competição emburrecedora, na medida em que é alicerçada em um pilar extremamente limitador para a emancipação feminina: a beleza enquanto única alternativa de ascensão social”, opina Isabelle.

“Desde o Renascimento, o belo passou a ser relacionado ao feminino, como se a mulher tivesse de prestar-se a um papel decorativo e passivo”, aponta. A pesquisadora critica a obrigação feminina pela busca desenfreada por um corpo perfeito, patrocinada pela publicidade, a moda e consumo. “Criou-se no País, assim como é o futebol para os meninos, a ideia de que a única via do feminino é a beleza – ora através de uma carreira como manequim, ora através de um marido afortunado”.

As consequências dessa exposição exagerada podem ser perigosas. “Acabam gerando ansiedade, depressão e frustração. Muitas adotam meios radicais, apelando para regimes cíclicos e desenvolvendo anorexia e bulimia”, alerta. Isabelle observa que o imaginário de reverência aos atributos femininos pode atrapalhar também a intervenção na vida social.



E cita Simone de Beauvoir: “Achar-se situada às margens do mundo não é uma posição favorável para recriá-lo”.

De acordo com a Associação Mundial para uma Comunicação Cristã, somente 20% das notícias dos meios de comunicação falam sobre os problemas das mulheres e seus reais interesses. Quando o assunto feminino aparece, normalmente está no final suave de notícias, em notas sobre celebridades, em temas sociais ou legais.

No ano passado, 150 feministas criaram uma rede para monitoramento e controle da imagem da mulher na mídia, durante um seminário realizado em São Paulo. Já na 1ª Conferência Nacional de Comunicação (Confecom), em dezembro de 2009, a articulação do movimento feminista teve boa representação. A Confecom reuniu representantes da sociedade, das empresas e do poder público para debater e encaminhar propostas visando à democratização da comunicação no País.

Rosane Silva, secretária Nacional da Mulher Trabalhadora da CUT e participante da Confecom, observa que, durante os debates, especificamente com relação às mulheres trabalhadoras, não houve manifestação explícita de preconceito. Entretanto, para ela, ainda há muito a avançar na questão do respeito à opinião das mulheres trabalhadoras.

“Um exemplo da diferença de tratamento é o espaço muito maior que a mídia reserva para as questões pessoais das mulheres políticas - seu relacionamento afetivo, corte de cabelo, vestimenta utilizada - em comparação aos homens políticos. É como se as mulheres precisassem, além de ser competentes, ter a aparência que agrada aos eleitores, o que não é exigido dos homens”, observa. Durante a Confecom foram apresentadas propostas específicas para as mulheres e destacados três eixos (veja box).

Comunicação comunitária: uma alternativa

Como contraponto ao oligopólio dos meios de comunicação de massa, surgem propostas para incentivar o exercício da cidadania por meio da comunicação. Um bom exemplo vem da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), em Minas Gerais.

Coordenado pela professora doutora em Comunicação, Cláudia Lahni, o Projeto *Comunicação para a Cidadania: tecnologias, identidade e ação comunitária* surgiu em 2007 para incentivar o protagonismo de jovens no processo de produção da informação e posicionamento crítico sobre o que é veiculado na mídia. Adolescentes da periferia de Juiz de Fora participam de oficinas de comunicação orientadas por professores e universitários.

“Foram estabelecidos temas como o Estatuto da Criança e do Adolescente, relações de gênero, violência e território e abordamos questões como sexualidade, a

questão dos/as negros/as e as eleições”, explica Cláudia. “Ao longo das atividades, os jovens produziram reportagens sobre o uso da internet, gravidez na adolescência, o *hip hop* e a violência doméstica”.

Apesar de enfrentar algumas dificuldades, a equipe de professores alcançou resultados animadores. “Percebemos mudanças com relação a algumas posturas iniciais frente aos telejornais, aos jornais impressos, programas de rádio comerciais, publicidades e com relação ao uso do *orkut*. Essas mudanças demonstram que foi possível estimular a leitura crítica dos/as jovens e incentivá-los/as a pensar outras formas de comunicação, a partir do momento em que eles/as próprios/as produziram textos e imagens dentro de outras linguagens”, diz.

PROPOSTAS DAS MULHERES NA CONFECOM

Controle social e participação popular

» **defende** que a imagem da mulher será veiculada com pluralidade e sem estereótipos, inclusive na promoção do combate ao racismo e à violência contra a mulher; além da fiscalização do conteúdo e punição para os abusos em todos os formatos de mídia.

Concessões públicas de rádio e TV

» **propõe** a fiscalização das emissoras de Rádios e TV e suas respectivas retransmissoras cujas concessões pertencem a políticos. O tratamento dado à imagem da mulher deve ser um dos critérios de avaliação para a renovação das concessões; defende-se também a não renovação das concessões sem avaliação dos conteúdos veiculados pelas emissoras.

Políticas Públicas

» **ficou** evidente a necessidade de se garantir o envolvimento de vários setores na questão de gênero no desenvolvimento das políticas públicas de comunicação; a incorporação da disciplina sobre as questões de gênero nos cursos de comunicação social; e a revisão dos livros didáticos para inclusão da questão de gênero.

Vigiar, intervir e protagonizar a comunicação

Alguns desafios para os movimentos feministas

Ana Cláudia Araújo

Jornalista, especialista em Políticas Públicas, militante da União Brasileira de Mulheres em Santa Catarina



Em 1928, a romancista Virgínia Wolf foi provocada a analisar a contribuição das mulheres para a literatura inglesa. Além de denunciar a escassa produção feminina, produto da falta de liberdade econômica e social das escritoras, dedicou parte do ensaio “Um teto todo seu” a listar menções masculinas sobre o desempenho das mulheres no campo das atividades intelectuais. Em suas pesquisas, deparou-se com um teatrólogo chamado Nick Greene declarando que uma mulher representando lembrava-lhe um cachorro dançando.

Embora se manifeste de maneiras diversas, a opressão feminina tem as mesmas raízes, seja no campo cultural, econômico ou político, e continua a produzir sementes um século depois. De forma semelhante e nesse mesmo sentido, a imprensa e a publicidade, que se configuram como as formas populares de disseminação da cultura, recorrem frequentemente à linguagem pejorativa do humor para ganhar simpatia e universalizar a reafirmação do ideário patriarcal e machista.

A cultura de massa sobrevive à custa das generalidades, que

se reafirmam paradigmas que, por sua vez, perpetuam preconceitos. Essa fórmula é recorrente na mídia desde os anúncios publicitários até os instrumentos de entretenimento que chegam às residências pela televisão e pelo rádio, como as telenovelas e as produções musicais. O mundo feminino é coisificado e tratado com verdadeiro deboche. A cobertura política da grande imprensa é um exemplo emblemático. Ela tende a reverberar e reforçar a discriminação das mulheres nesse campo ao tratá-las como agentes estritamente privados, e não públicos, anulando ou relegando a atuação executiva ou parlamentar a um plano secundário. Assim, a alteração de estado civil, o novo corte de cabelo, a marca do sapato de deputadas, vereadoras, prefeitas e ministras são assuntos amplamente explorados, gerando manchetes para as editorias políticas dos jornais mais conceituados.

Discutir a atuação da mídia e o seu papel social é um desafio que há poucos anos deixou de ser tema restrito aos “comunicólogos” para chegar aos movimentos sociais e à população. A tecnologia atropelou as comunicações das últimas gerações e estivemos tão ocupadas

em assimilar mídias e conteúdos que não havia tempo nem estímulo para debetê-los criticamente.

Somente no último ano, com o processo preparatório à primeira Conferência Nacional de Comunicação (Confecom), é que o assunto deixou de gerar apenas comentários generalistas para ganhar a atenção crítica da sociedade. Foi quando se despertou para o fato de que pensar a comunicação é papel de todo cidadão e cidadã que se reconheça portador de direitos. Assim, fica fácil compreender que, mesmo com a flagrante condição de desigualdade das mulheres nesse aspecto social, o debate acerca da comunicação chegou tardiamente aos movimentos feministas e de mulheres, do movimento sindical, salvo pela insistência de algumas organizações e militantes.

Envolvidas com nossos embates históricos, por vezes não nos apercebemos de espaços onde podemos fazer avançar as nossas lutas pelo fim da violência doméstica, da criminalização do aborto, da equidade salarial, entre outros produtos da desigualdade. Ora, se é ponto comum que a exploração capitalista, o patriarcalismo e o conservadorismo, manifestados

também no espaço midiático, é que fundamentalmente vitimam as mulheres, é indiscutível a importância de nos envolvermos nesse debate.

Em agosto de 2007, a II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres incluiu o eixo “Cultura, Comunicação e uma Mídia Não Discriminatória” no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Essa iniciativa provocou desdobramentos que irradiaram para a organização do movimento em esforços capazes de intervir contra a política discriminatória com que a mídia trata as questões relacionadas às mulheres. Organizações feministas e militantes envolvidas há anos em discussões intensificaram a organização dos movimentos país a fora, oferecendo corpo e consistência à discussão e envolvendo agentes até então distantes no tema. Mulheres indígenas, ribeirinhas, lésbicas, negras, agricultoras e trabalhadoras urbanas de todos os cantos do Brasil passaram a refletir e formular propostas que, mais tarde, instrumentalizariam proposições para a Confecom, espaço onde enfrentaram o poderio empresarial e da grande mídia ombro a ombro com outros movimentos sociais.

Intervir e vigiar

Pensar a comunicação a partir da perspectiva das mulheres é contrapor a reafirmação de padrões pelos produtos midiáticos (TV, jornal, rádio e, no seu lastro, as mais recentes formas de mídia interativa). Nossa missão é problematizar

os papéis pré-concebidos pela sociedade e reafirmados cotidianamente pela comunicação de massa. É negar a mercantilização do nosso corpo e das nossas vidas e contrapor a banalização do sexo e da violência. Romper com a desconstrução histórica das lutas dos movimentos sociais – campanha promovida incessantemente pela mídia conservadora – e discutir o sistema de concessão para emissoras de televisão e rádio, defendendo uma alternativa que garanta a multiplicidade das vozes e maior espaço para os temas populares.

“O mundo feminino é coisificado e tratado com verdadeiro deboche.”

Se a sociedade patriarcal e de classes historicamente nos imputa a tarefa de “cuidadoras” dos seus filhos e filhas – mais um paradigma a ser superado – interessa-nos ainda a vigília sobre a programação televisiva destinada ao público infantil. Temos direito a conteúdos que não abusem da relação de consumo, que não reproduzam estereótipos de gênero, nem incentivem a erotização precoce e a adultização dos nossos filhos e filhas.

Protagonizar

Os mecanismos de informação utilizados pelos movimentos sociais e feministas, em especial, não perderam valor e continuam

desempenhando um papel mobilizatório, mas não encontram o mesmo espaço numa sociedade que é muito mais dinâmica e adaptada à linguagem publicitária. Com a ascensão dos diversos mecanismos interativos (*sites, blogs, redes de relacionamento, grupos de discussão, rádios e TVs online*) a internet passa a conduzir o processo histórico e é uma nova forma de poder. Nesse contexto, veículos e profissionais deixam de protagonizar o processo comunicativo, o que abre brechas para a informação de opinião. É preciso ocupar cada vez mais esses espaços, colocando nosso ponto de vista de maneira clara, direta e pedagógica, criando estratégias criativas capazes de dar visibilidade e chamar a atenção da população.

É necessário ainda lançarmos ao desafio de sensibilizar os profissionais da mídia que, afinal, também foram formados em uma sociedade capitalista, sexista e machista. Por isso, a enormidade de lacunas na cobertura dos assuntos que nos dizem respeito e a manutenção da reprodução de um modelo eurocêntrico (alto, branco e magro) mesmo que as mulheres sejam maioria nas redações de jornal, rádio e TV.

Herdeiras de uma luta secular, sabemos quanto chão há pela frente até que nossos sonhos de igualdade vigorem. Mas abrir amplamente o debate acerca da comunicação dentro dos movimentos feministas e de mulheres, no movimento sindical e junto à sociedade significa escancarar mais uma porta fundamental para fazer avançar os nossos objetivos.

À saúde de nossas mães



Às 8h15 da manhã do dia 1º de janeiro de 2010, Marta (nome fictício) veio a óbito no Hospital Regional da Asa Sul do Distrito Federal (HRAS). O motivo? Complicações no parto. Marta é o típico exemplo do que é preciso evitar no sistema de saúde pública do Brasil. Ela, uma mulher de 28 anos, teve seu filho na cidade de Unaí, a 120km de Brasília. Lá, teve problemas no parto que desencadearam uma hemorragia.

A situação se agravou e Marta foi transferida, quase uma semana depois do nascimento da criança, para o Distrito Federal. “Esse caso demonstra um custo social, emocional e financeiro muito grande para todos os envolvidos. É a criança que perde a mãe, o marido que perde a mulher e gasto financeiro para tratar uma mulher que entrou em um quadro irreversível”, avaliou a médica Sílvia Kenj, Coordenadora do Programa de Atenção Integral da Mulher (PAISM), na Regional Sul de Brasília.

O HRAS é referência no atendimento integral à mulher e sofre as consequências de uma prática que já virou rotina não só no DF e suas cidades do entorno, mas na maior parte do Brasil. A transferência de doentes para as cidades centro. A morte dessa mãe “não é nosso padrão”, garante a vice-diretora do Hospital, a pediatra Eunice de Oliveira Pereira.

No Brasil, o último dado do Ministério da Saúde indica que a taxa de mortalidade materna é de 70

O drama do presidente

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva conhece bem o drama da mortalidade materna. Em 1971, ele viu falecer a sua primeira mulher, Maria de Lourdes Ribeiro da Silva, na época com 22 anos, no Hospital e Maternidade Modelo, em São Paulo, quinze minutos depois de dar a luz um menino.

“Foi o pior momento de toda a minha vida. Ninguém me tira da cabeça que ela morreu por negligência da rede hospitalar do Brasil, por problema de relaxamento médico. Como ela, morrem milhões sem atendimento neste País”, disse o presidente Luiz Inácio Lula da Silva à historiadora Denise Paraná, autora da biografia *Lula, o Filho do Brasil*.



Dr. Luciano Goes:
“É preciso planejar”

mortes de mulheres para cada 100 mil nascidos vivos. “É uma taxa que a OMS e a ONU consideram de país de taxa mediana de mortalidade materna, mas que ainda é muito alta para nós”, lamenta Lena Peres, coordenadora da área de Saúde da Mulher do Ministério da Saúde.

Ela explica que a mortalidade materna “tem importância enorme para nós” porque, hoje, no Brasil, 80% dos óbitos que ocorrem são casos evitáveis por um melhor pré-natal em termos de qualidade. “Em quantidade, já temos seis a oito consultas em 98% dos municípios do País. Falta melhorar bastante a qualidade”, admite.

Pacto – A redução da mortalidade materna é um dos pilares do Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher. Em 2004, o governo federal lançou o Pacto Nacional pela Redução da Mortalidade Materna e Neonatal, iniciativa que já recebeu prêmio da ONU, co-

mo exemplo de mobilização para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM).

Na época, o Brasil fixou como meta estratégica a redução da mortalidade materna e neonatal em 15% até o fim de 2006, e em 75%, até 2015. O País não conseguiu alcançar o primeiro. Três anos depois de lançado o Pacto, os óbitos maternos caíram apenas 7,3%. Já a mortalidade neonatal, caiu 14,1%.

Lena Peres destaca, entretanto, que é preciso levar em conta que apenas a partir de 2008 é que o Brasil começou a fazer uma vigilância obrigatória do óbito materno. “Antes, eu podia notificar, mas investigar, ainda não tinha um termo para isso”, explica e defende: “quando a gente faz isso há um aumento nas estatísticas. É o que chamamos de Epidemia de Achado”.

Melhor prevenir... – As regiões do País com maiores índices de mortalidade materna são Norte e Nordeste. Por isso, o Ministério da Saúde intensificou a qualificação de profissionais da atenção obstétrica e da atenção básica numa ação discriminada por região.

A atenção à mulher e o combate à mortalidade materna é um caso típico para ilustrar o ditado popular que diz: “é melhor prevenir do que remediar”. Especialistas, médicos, consultores na área de saúde, e agora até mesmo os pacientes, descobriram que as ações de prevenção salvam vidas, orçamentos e sofrimentos.

“Onde se implantou o *Saúde da Família*, os indicadores de saúde melhoraram drasticamente”, constata o médico Luciano Góis, chefe

do Núcleo de Saúde Integral à Família no DF. Segundo ele, é preciso que a saúde no Brasil aprenda a planejar ao invés de apenas executar.

Brasília reflete uma realidade nacional: não existem hospitais suficientes para toda a população que adocece. “Daí, a necessidade de eles serem tratados perto de casa”, constata.

“O carro-chefe são as unidades básicas de saúde. Nelas dá-se qualquer tipo de atendimento. Em 2009, nas unidades (30 mil em todo o País), 80% dos atendimentos foram de mulheres”, esclarece Lena.

“A gente vê a mulher como um todo e sabe que a prevenção é sempre o melhor caminho. Ao fazer um bom atendimento e o acompanhamento no pré-natal, certamente temos uma redução na mortalidade materna”, anima-se a médica Silvia Kenj. Embora reconheça que “se tivéssemos as condições ideais, faríamos muito mais”.



Dra. Silvia Kenj: programa vê a mulher como um todo

Saúde, questão de gênero, cidadania e direitos humanos



Têlia Negrão

Jornalista, Mestre em Ciência Política, Secretária Executiva da Rede Feminista de Saúde Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos

No Brasil, desde a década de 1980 a saúde das mulheres brasileiras é considerada, do ponto de vista das políticas públicas, numa dimensão de integralidade, vindo a substituir uma concepção focada no binômio materno-infantil prevalente no século passado. Essa visão situava as mulheres a partir da função reprodutiva e não como sujeita plena do direito à saúde. A ampliação do conceito de saúde da mulher ocorreu no Brasil primeiramente no processo da reforma sanitária e a criação do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (Paism) em 1984, como demanda do movimento de mulheres e foi reafirmada internacionalmente pela OMS, que considera a saúde como um estado de completo bem-estar físico, psíquico e social e não mera ausência de doença. Em 1994, na Conferência de População e Desenvolvimento do Cairo, a sexualidade passa a ser tratada como uma vivência de saúde com múltiplas dimensões, afirmando-a pela primeira vez como parte dos direitos. A partir de 2005, com aportes da Rede Feminista de Saúde, a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (Pnaism, 2005) incorporou-se o conceito de relações de gênero,

diversidade e transversalidade nas políticas já orientadas pela equidade e universalidade.

Esses avanços propõem uma agenda reivindicada pelo movimento feminista, que implica em políticas públicas integrais e de qualidade, e, mais do que isto, acessíveis e disponíveis a todas as mulheres, vistas na sua diversidade de raça e etnia, idade, orientação sexual, con-

“Na realidade, o impacto da falta de garantia desses direitos recai, sobretudo, nas mulheres.”

dição social e econômica. Pois, à compreensão de integralidade e respeito à diversidade, incorpora-se a ideia de que a saúde resulta também da interação das condicionantes sociais, conhecidas como “determinantes sociais da saúde”. Isso coloca a luta pela saúde das mulheres numa dimensão política e exige transformações profundas da sociedade. E reconhece que as políticas

de reestruturação produtiva e redução do papel do estado caminham lado a lado com tendências moralistas e conservadoras, como ocorridas na era Bush, em que de um lado sistemas de saúde sofreram fortes abalos enquanto os direitos sexuais e reprodutivos foram ameaçados e violados. Neste período, em parceria com o Vaticano, uma onda fundamentalista se espalhou pelo mundo, prejudicando esforços para a redução da mortalidade materna, prevenção do HIV e ampliação dos direitos sexuais e reprodutivos.

É importante analisar os fatores que determinam a saúde das mulheres, como não ser vítimas de violência, ter acesso à educação, profissionalização e trabalho digno, desfrutar de respeito e participação cidadã – e as razões pelas quais adoecem e morrem. Verificar, além dos fatores objetivos, como a pobreza e a desigualdade, se fatores culturais e de poder na sociedade afetam o exercício da saúde, dos direitos sexuais e reprodutivos. Embora esses sejam concernentes a homens e mulheres, na realidade, o impacto da falta de garantia desses direitos recai, sobretudo, nas mulheres, já que a sexualidade, como uma vivência humana de múltiplas dimensões está intimamente ligada à

reprodução, ainda nos dias de hoje.

O Brasil passa por um período de transição demográfica, com a redução da fecundidade para padrões de reposição populacional (PNDAS, 2006). São os frutos da urbanização, da elevação da escolaridade, ingresso das mulheres no mercado de trabalho, da utilização de métodos contraceptivos, do aumento das perspectivas de consumo por famílias menores. No entanto, contribuem para isso as elevadas taxas de interrupção da gestação (cerca de 1 milhão ao ano) com a utilização de medicamentos adquiridos clandestinamente ou por métodos mais inseguros, que levam à realização de 250 mil procedimentos ao ano nos hospitais públicos para atendimento de abortos iniciados (MS, 2009).

De tal modo demonstra-se que as dificuldades de acesso às ações de saúde, que podem separar sexualidade de reprodução, acabam resultando em problemas de saúde preveníveis, como a mortalidade materna e abortos inseguros (RFS, 2006). Para tanto, seriam necessárias leis menos restritivas e a descriminalização do aborto, políticas efetivas de prevenção da violência sexual e de atenção às mulheres que passam por essa experiência; educação sexual, acesso à informação, aos métodos de planejamento familiar, à liberação do misoprostol para venda em farmácias e entrega pelo SUS, entre outras medidas. A atenção de qualidade às gestantes é um fator essencial para o exercício dos direitos reprodutivos, assim como políticas sociais de apoio à maternidade e paternidade.

A lógica perversa imposta pela proibição do aborto produz não só agravos à saúde das adolescentes, jovens e adultas, mas as coloca na condição de criminosas, como ocorre em todo o Brasil com as mulheres denunciadas por abortar; e na condição de vítimas, já que acabam entrando nas urgências sob o risco de morrer de infecções, hemorragias ou sofrer efeitos colaterais de procedimentos mal realizados.

Numa dimensão mais ampla da saúde das mulheres brasileiras, a Rede Feminista de Saúde vem apontando a importância de assegurar os recursos para financiamento da saúde integral das mulheres, em patamares de qualidade: o enfrentamento da feminização da epidemia do HIV e da Aids, cuja tendência se direciona às adolescentes e jovens, assim como para as mulheres mais velhas; o câncer cérvico-uterino que vitima 19 mil mulheres ao ano; o câncer de mama que apresenta cerca de 40 mil novos casos ao ano; a prevenção ao tabagismo, causa principal do câncer de pulmão; a saúde mental das mulheres, com elevado uso abusivo de psicofármacos e álcool. Com maior expectativa de vida da população brasileira, tanto a sexualidade na faixa geracional, como as doenças do envelhecimento devem ocupar um espaço nas políticas públicas.

Falar, portanto, da saúde da população feminina nos obriga a reafirmar que apesar dos avanços internacionais e dos esforços do movimento de mulheres e feministas no sentido de adequar a legislação e as políticas públicas nacionais aos acordos internacionais, e do

reconhecimento das conquistas nos últimos anos com a elaboração de documentos governamentais e novos mecanismos de defesa dos direitos das mulheres, as brasileiras continuam sofrendo discriminações, violações e são vítimas de processos de exclusão em todos os níveis.

As recorrentes ameaças ao caráter laico do estado brasileiro colocam em risco políticas públicas, que devem ser pautadas pela acessibilidade, disponibilidade, qualidade, transparência e impessoalidade, respeitando os direitos dos cidadãos e cidadãs ao seu usufruto (RFS, 2009). Isso nos remete também à defesa do Sistema Único de Saúde com seu caráter público e universal, como parte das políticas de seguridade social, e o controle social como instrumento da democracia participativa.

A persistência de índices de desenvolvimento desiguais entre os sexos se apresenta, por conseguinte, frente ao direito a uma saúde integral de qualidade, assim como à segurança pessoal e autonomia, colocando a questão como parte da grande agenda nacional, política e de direitos humanos – uma agenda da democracia brasileira.

Fontes:

- Rede Feminista da Saúde – Marcos de Saúde das Mulheres, dos direitos sexuais e direitos reprodutivos – ferramentas para a ação política das mulheres. Disponível em: www.redesaude.org.br/trilhas
- _____. Informativo Comunicarede. Porto Alegre, out. 2009. Folheto
- _____. Dossiê Morte Preveníveis e Evitáveis. Belo Horizonte, 2006.
- Ministério da Saúde. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher, 2005. Disponível em: www.saude.gov.br/cidadao/mulher; www.redesaude.org.br/trilhas
- _____. Pesquisa Nacional de Saúde da Mulher e da Criança, 2006. www.saude.gov.br/bbvs

Dois pais ou duas mães também formam uma família

Texto: Ana Paula Domingues



Theodora foi a primeira criança a ser adotada por um casal homossexual no Brasil

Adriana, Munira e seus dois filhos gêmeos gerados por inseminação artificial

Enquanto casais homoafetivos enfrentam obstáculos na Justiça e na sociedade para formar sua família com filhos, cresce o abandono de crianças em orfanatos. Adotar uma criança não é só uma alternativa para casais formados por um homem e uma mulher que gostariam de ter filhos biológicos e não conseguem.

Em países como a Holanda já é possível a adoção de filhos por casais homossexuais desde 2000. No período de um ano, o Uruguai aprovou o casamento e permitiu a adoção por homossexuais.

Mas no Brasil essa realidade acontece a passos lentos. Mesmo quando contam com um parceiro, os homossexuais que sonham com a paternidade têm optado por enfrentar sozinhos o processo de adoção. Assim, evitam as dificuldades legais para registrar uma criança com dois pais ou duas mães.

O Movimento Gay Leões do Norte desenvolveu um estudo e contabilizou 78 direitos civis negados aos homossexuais. A relação elaborada pelo grupo pernambucano leva em conta as consequências da negação a uma das lutas de grupos LGBTs (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) no País: o direito ao casamento. Se a permissão para construir uma família é negada ao homossexual brasileiro, evoluir em muitas outras questões é mais difícil ainda. É o caso do direito à adoção. Em agosto de 2009, entrou em vigor no país a nova Lei Nacional de Adoção (12.010/09). A medida revelou avanços em relação à questão, mas não cita os casais do mesmo sexo. Embora não faça qualquer restrição, a não definição legal obriga os interessados a pedirem na Justiça o direito de

adotar uma criança.

Para Cláudio Nascimento, Superintendente de Direitos Individuais, Coletivos e Difusos da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos do Rio de Janeiro, o assunto tem que deixar de ser tratado individualmente para se transformar num direito coletivo. “A lei, por critérios subjetivos, acaba excluindo os homossexuais, mas o que se deve levar em conta são as condições econômicas, a estabilidade emocional e um espaço em casa bem estruturado para garantir bem-estar social da criança. Isso é o que já está na lei e tem que ser garantido na avaliação de qualquer um – defende Nascimento, que é também secretário-geral da Associação de GLBTs do Brasil e coordena o processo de implantação do Programa Estadual Rio Sem Homofobia e ações de combate à intolerância religiosa e à discriminação por estado de saúde.

Em maio de 2009, foi lançado em Brasília, pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da

Presidência da República, o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. O documento contém as 50 diretrizes e ações necessárias, a serem implementadas pelo poder público, para garantir igualdade de direitos e exercício pleno da cidadania do segmento LGBT da população brasileira.

A principal bandeira do projeto é o reconhecimento dos direitos civis de casais homossexuais, equiparando-os aos direitos já garantidos aos heterossexuais. Entre esses está o tão sonhado benefício da adoção. Outras metas são: o fim da perseguição e criminalização de militares homossexuais; a produção de material didático sobre os temas que envolvem a questão para orientar professores; a articulação de uma rede nacional de combate à homofobia, lesbofobia e transfobia; o estímulo ao turismo LGBT e o encaminhamento de mulheres transexuais e travestis condenadas para presídios femininos.

Iniciativa inédita no mundo, o plano nasceu das propostas apresentadas na 1ª Conferência Nacional LGBT, convocada a partir de um decreto do presidente Lula, ocorrida em junho de 2008, e foi elaborado por uma Comissão Técnica Interministerial, formada por representantes de 12 pastas. É resultado dos esforços conjuntos do governo federal e sociedade civil. Vale ressaltar, também, o 3º Programa Nacional de Direitos Humanos. Um dos aspectos abordados pelo programa é a defesa do projeto de lei do casamento gay, que permite a união civil entre pessoas do mesmo sexo. Apesar de ter ameaçado retirar os pontos por causa de pressões da Igreja Católica, Lula manteve o plano inicial, mesmo depois de uma crise no governo.

A primeira vitória

Mesmo não havendo prescrições na lei, casos diversos de concessões são contabilizados. O ex-juiz titular da 1ª Vara da Infância e Juventude da Comarca do Rio de Janeiro, Siro Darlan de Oliveira, tem um caso de pioneirismo em suas decisões. Em 1996, decidiu pelo que ficou conhecida como a primeira adoção individual feita por um homossexual no Brasil.

Foi o caso do psicanalista Ângelo Barbosa Pereira, que há 12 anos conseguiu adotar Pedro Paulo, hoje com 13. A história de pai e filho tem um outro lado de quebra de preconceitos: ele é branco e o menino é negro. Ângelo conta a trajetória da adoção no livro “Retrato em Branco e Preto: manual



Cláudio Nascimento: tema da adoção por casais gays deve ser tratado como um direito coletivo

prático para pais solteiros” (Editora Edições GLS, 2002). Além de todo o processo regular para adoção, ele teve que passar pelo crivo do hoje desembargador Siro Darlan. “Ele se apresentou já assumindo a sua preferência sexual e isso não foi nenhum problema porque não se pode decidir nenhuma questão judicial com base no preconceito. A orientação sexual de cada um é assegurada pela Constituição”, defende Siro Darlan.

Após a decisão favorável para o pai solteiro, o desembargador soma, no mínimo, outras 40 liminares de adoção para homossexuais. A justificativa vai além de haver uma possibilidade de discriminação: em todo o País, há uma estimativa de 80 mil crianças vivendo em abrigo, fora do convívio familiar. “Hoje, esse menino estuda em um belo colégio, tem acompanhamento psicológico, desenvolvimento saudável e vive com esse pai, feliz da vida! O que seria dessa criança se a gente tivesse impedido essa adoção? Viveria eternamente em uma instituição, até a maioridade. Quando completasse 18 anos, a instituiçãoalaria ‘Vai embora!’, e que família? Que referência? Foi uma criança salva por esse senhor que adotou, e que, por acaso, é homossexual”, ressalta Siro Darlan.

“Queremos construir nossas famílias”

Exemplo da dificuldade enfrentada nos processos de adoção, Toni Reis, presidente da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis (ABGLT), tenta há

cinco anos adotar uma criança. Ele, professor de Português e Inglês, doutorando em Educação, e o tradutor britânico David Hadad estão juntos há 20 anos e têm o reconhecimento de sua união estável desde 2003. A primeira batalha do casal foi em 1996, quando o visto de turista vencido de Hadad foi descoberto pela Polícia Federal. Ele foi levado até à delegacia e notificado a deixar o País. Após tornar o caso público, tiveram o apoio da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados e conseguiram, em 2005, o visto permanente, já que os reconheceram como uma “reunião familiar”.

A atual briga tinha sido aparentemente vencida quando, em março de 2009, o casal foi habilitado a adotar duas crianças. O pedido de que uma delas fosse soropositivo ou portadora de qualquer outro problema de saúde tinha sido atendido. No entanto, a Vara da Infância e Juventude de Curitiba liberou a adoção desde que a criança tivesse mais de 10 anos. A decisão imediata foi a de recorrer da decisão. “A questão da paternidade e maternidade é um direito humano. Para uma pessoa adotar uma criança ou adolescente, precisa reunir três requisitos: tempo, recursos financeiros e equilíbrio emocional, independente da orientação sexual. Hoje, há diversas configurações familiares e a família não mais se restringe à família nuclear, composta por pai, mãe e seus filhos. Acredito que um dos maiores entraves para a regulamentação da união homossexual no Brasil são os setores



Siro Darlan:
decisão pioneira

religiosos”, diz Toni, que, ao lado de Hadad, espera os tão sonhados filhos.

Apesar das barreiras, as famílias homoafetivas começam a aparecer publicamente em variados formatos. Adriana Maciel e Munira Kalivive já estão juntas há dois anos e, desde então, sonhavam ter filhos. Em abril do ano passado, em São Paulo, nasceram os gêmeos Eduardo e Ana Luiza, gerados na barriga de Adriana por meio de inseminação artificial, com óvulo cedido por Munira. Ambas iniciaram uma batalha para registrar os gêmeos com os nomes das duas mães. A ação que pede a dupla maternidade ainda não foi analisada pelo juiz. Por envolver menores de idade, o caso corre em segredo de Justiça. Ainda não há previsão de quando a Justiça deve decidir.

Uma decisão da Justiça de Porto Alegre garantiu a um casal de mulheres lésbicas, de Blumenau, interior de Santa Catarina, o direito de registrar como filhos de ambas os gêmeos nascidos por inseminação artificial há dois anos e gerados por uma delas. Considerada rara no País, a sentença do juiz da 8ª Vara de Família de Porto Alegre, Cairo Ma-

druga, pode abrir novos caminhos a um assunto polêmico. Apesar do parecer contrário do Ministério Público, o processo, que tramitou por um ano, chegou ao fim com a vitória da psicanalista Michele Kammers e da professora universitária Carla Regina Cumiotto. Juntas há 11 anos, Michele e Carla resolveram ter filhos por inseminação artificial. Carla deu à luz um menino e uma menina em 2007. Desde então, surgiu o impasse do registro das crianças. O caminho mais comum seria que Michele encaminhasse a adoção. Desconfortável com tal posição, ela decidiu ir à Justiça e garantir a filiação deles.



Foto: Mateus Mondim / G1

Adriana e Munira: batalha judicial para garantir a dupla maternidade de gêmeos

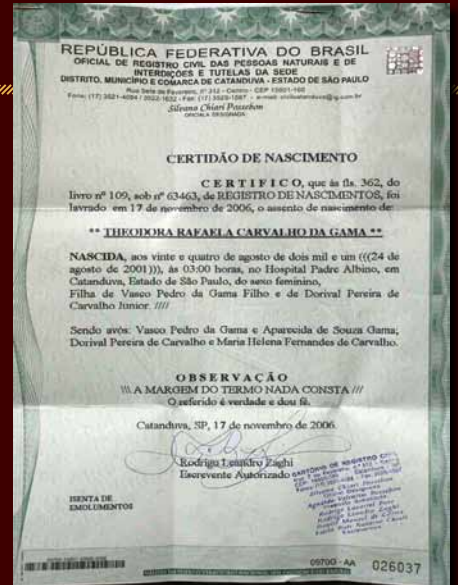
Pai Vasco e pai Ju

Fato inédito e histórico no País, Vasco Pereira da Gama Filho e Dorival Pereira de Carvalho Júnior, de Catanduva, interior de São Paulo, têm muito do que se orgulhar da conquista de uma luta tão demorada. O casal havia tentado em 1998 adotar uma criança, mas não obteve sucesso. Na época, eles não tinham casa própria e o juiz não autorizou alegando que se tratava de “um relacionamento anormal”. Eles não desanimaram e conseguiram uma dupla vitória. Em outubro de 2006, Theodora, hoje com oito anos, se tornou a primeira criança adotada oficialmente por um casal homossexual masculino no Brasil. E mais: Theodora

foi o primeiro caso de paternidade dupla reconhecido pela Justiça. “Ficou Theodora Rafaela Carvalho da Gama. Carvalho do Junior e da Gama meu”, conta Vasco. Antes, porém, eles também preferiram fazer a adoção unilateral, em nome de Gama, para só depois pedir o reconhecimento da paternidade de Carvalho. “Além de ser um reconhecimento da nossa união, a certidão com os dois nomes dá um apoio para a Theodora”, explica Vasco, preocupado com a herança que o casal deixará para a filha adotiva.

Entender e aceitar a condição de ter dois pais não foi nada complicado para a menina, que até os quatro anos morou num abrigo. “No primeiro dia, nos primeiros 15 minutos que a Theodora chegou, ela estava sozinha no quarto e falou assim: ‘nossa, eu tenho dois pais?’. O Junior ficou pai Ju e eu, o pai Vasco. Ela mesma resolveu que tinha dois pais”, conta Vasco.

A naturalidade com que lida com a família “diferente” parece que contagia quem está ao redor de Theodora. “Os amigos da



Certidão de nascimento: dois pais

escola estão descobrindo naturalmente que existem famílias com papai e mamãe, mamãe e mamãe, e papai e papai. Também nunca houve reação contrária por parte dos outros pais.

Os pais de Theodora são bem-sucedidos cabeleireiros e colunistas sociais que vivem juntos há 15 anos. Casaram, construíram uma casa, têm emprego e estabilidade financeira. Com tudo isso, os planos de aumentar a família foram inevitáveis. “Já estamos na fila da adoção novamente”, revela o pai Vasco.



Adoção tirou Theodora de um abrigo

Coletivo da Diversidade quer reduzir preconceito

Pedro (nome fictício) dava aulas em uma escola estadual de Paracatu, noroeste de Minas Gerais, e lá se sentiu constrangido com as declarações de um aluno de 14 anos. “Ele fazia insinuações, comentários impertinentes e escreveu numa prova que me amava”, conta o professor. Sem saber o que fazer, Pedro levou o caso à direção, que chamou o pai do menino. “A direção falou com o pai antes de conversar com o garoto. O pai, envergonhado, partiu pra cima do filho, deu um soco nele e disse que o filho tinha que virar homem”, relata.

Para a CNTE, a comunidade escolar – pais, alunos ou educadores – não está totalmente preparada para lidar com a homossexualidade em sala. “Queremos facilitar que esse assunto seja tratado com normalidade nas escolas e que os jovens não sofram tanto com o preconceito em sala de aula”, explica José Carlos Prado, o Zezinho, secretário adjunto de Política Sindical da CNTE e integrante do Coletivo Nacional de Diversidade Sexual da Confederação.

Esse Coletivo foi criado pela CNTE durante o I Encontro Nacional LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais), promovido pela Confederação em outubro de 2009. O grupo, que tem sua primeira reunião marcada para março de 2010, tem dois representantes de cada entidade afiliada à CNTE. Seu objetivo é fortalecer as discussões sobre esse tema entre os educadores. “Não podemos esquecer de que a escola é um local privilegiado da sociedade e deve apresentar toda a diversidade existente no País”, afirma Zezinho.

Em dia com as denominações

Durante a 1ª Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, em 2008, os participantes alteraram a sigla GLBT para LGBT, para fortalecer as reivindicações das lésbicas. “Há, também, a reivindicação de alguns/algumas pelo segmento intersexual”, afirma Carmen Luiz, da Liga Brasileira de Lésbicas. Conheça ao lado o significado dos conceitos*.

* Fonte: Carmen Luiz, Beth Fernandes e Mauro Cabral.

LÉSBICAS - Mulheres que se relacionam afetiva e sexualmente com mulheres. Algumas têm relacionamentos circunstanciais com outras mulheres: em situações prisionais, trabalhando como profissionais do sexo, buscando, entre outras coisas, segurança e conforto, mas não se assumem como lésbicas.

GAYS - Homens que se relacionam afetiva e sexualmente com homens. Também entre homens acontecem relacionamentos circunstanciais onde alguém ou ambos não assumem uma identidade gay, como entre homens encarcerados, michês (homens profissionais do sexo) e, com muita frequência, em episódios de violência sexual.

BISSEXUAIS - **Bissexuais masculinos:** homens que se relacionam afetivo-sexualmente com homens e com mulheres. **Bissexuais femininas:** mulheres que se relacionam afetivo-sexualmente com homens e com mulheres

TRAVESTIS - **Travestis femininas:** homens que se identificam com a imagem e o estilo feminino, que desejam e se apropriam de indumentárias e adereços da estética feminina, podem transformar seus corpos por meio da ingestão de hormônios, aplicação de silicone industrial ou por cirurgias de correção estética e do implante de próteses. **Travestis masculinos:** mulheres que se identificam com a imagem e o estilo masculino, que desejam e se apropriam de indumentárias e adereços da estética masculina, e realizam com frequência a transformação de seus corpos através da ingestão de hormônios.

TRANSEXUAIS - **Transexuais femininas:** homens que não se identificam com seus genitais biológicos nem com suas atribuições socioculturais, podendo, por meio da cirurgia de transgenitalização, exercer sua identidade de gênero em consonância com seu bem-estar bio-psico-social. **Transexuais masculinos:** mulheres que não se identificam com seus genitais biológicos nem com suas atribuições socioculturais, podendo, por meio do processo transexualizador (que, entre outras ações, inclui a cirurgia de transgenitalização), exercer sua identidade de gênero em consonância com seu bem-estar.

INTERSEXUAIS - Homens e mulheres biológicos (alguns/algumas com genitália ambígua), que não se identificam nem com o gênero masculino nem com o feminino e não querem passar nem por homens nem por mulheres.

A educação saindo do armário

Fios e Tramas do Arco-Íris

Silvana Conti

Lésbica-feminista, Educadora da Rede Municipal de Educação de Porto Alegre, Coordenadora do Fórum de Mulheres de Porto Alegre e Articuladora Nacional da Liga Brasileira de Lésbicas



...“Alguém é homo, lés, bi, trans, travesti ou heterossexual à revelia de qualquer pré-determinação? Mas podemos dizer que somos bichas, sapos, travas e/ou porque ao sermos interpeladas no lugar de abjeto (ignóbeis, bizarras, desprezíveis, inumanas) nos vimos diante de uma possibilidade: sermos assujeitadas e/ou de ressignificarmos nossas vidas.”

1. A educação como ferramenta de emancipação

Acredito que a educação é uma das ferramentas de transformação dessa sociedade que exige um padrão de “normalidade” que acaba privilegiando quem é homem... branco... heterossexual... quem tem dinheiro... quem tem um padrão estético de beleza exigido pelas passarelas da moda vigente.

Para a construção do sujeito político, conhecer e agir são dimensões inseparáveis. A produção do conhecimento é também uma esfera da dominação masculina, dominação simbólica, diretamente voltada para reprodução da dominação e da exploração material, patriarcal e capitalista.

2. A Educação como aparato ideológico do Estado

Precisamos definir qual é o nosso papel como educadoras(es) comprometidas(os) com a

transformação dessa sociedade burguesa, homofóbica, lesbofóbica, racista, machista, onde o valor do capital é o elemento considerado essencial. Essa preocupação também está explícita nas palavras de Paulo Freire, citado em Mello (2008, p. 44):

“Quando eu me pergunto, por exemplo, a favor de quem eu conheço, contra quem eu conheço, e, portanto, a favor de quem e contra quem eu trabalho em educação, eu estou, obviamente, no campo político. Eu preciso explicitar, são perguntas que eu não posso deixar entre parênteses, e elas todas têm que ver com meu sonho como educador(a). O meu sonho não é só pedagógico, ele é substantivamente político e adjetivamente pedagógico. É impossível admitir que a educação seja um que fazer neutro ou tecnicamente neutro, precisamente porque a educação se apresenta à luz das perguntas radicadas na própria prática, e não nos livros”(...).

Se a escola reflete o modelo social no qual está inserida, isso significa que nela também estão presentes as práticas das desigualdades sociais, culturais e

econômicas entre mulheres e homens, negros(as) e não negros(as), lésbicas, *gays*, travestis, transexuais, e outros segmentos da sociedade.

A escola, como aparato ideológico conectada com o Estado, está profundamente comprometida com a reprodução das relações de dominação e exploração, consolidando, assim, não somente a marginalização da identidade da classe trabalhadora, mas também das “minorias” no currículo escolar. A escola é um importante agente de difusão de visões discriminatórias e práticas racistas; todavia, também pode vir a ser um espaço de resistência ao racismo e ao preconceito, espaço de contestação, de crítica, de debate, de socialização de visões progressistas, humanistas, abertas às diferenças, mas intolerante para com a desigualdade de oportunidades e qualquer tipo de violência e opressão. Nessa perspectiva, acredito que a escola deve tratar das relações de

gênero, raça/etnia, orientação sexual em todos os níveis e modalidades de ensino, desde a educação infantil.

3. A Educação saindo do armário

Fios e Tramas do Arco-Íris

Uma das alternativas possíveis para modificarmos este cenário opressor, discriminatório e preconceituoso da sociedade, é investirmos em uma educação de qualidade, que se comprometa com o acesso e a permanência das(os) estudantes, respeitando suas histórias, suas culturas, suas especificidades, na busca de ser uma ferramenta importante para termos uma sociedade mais solidária, mais justa, e em que todos os sujeitos tenham a possibilidade de exercer sua cidadania.

A sociedade brasileira precisa conhecer e respeitar as pessoas que estão atrás das “letrinhas” do arco-íris, pois essas, como quaisquer outras, necessitam de políticas públicas a fim de poderem ter uma vida digna com educação, saúde, justiça e segurança pública, cultura, trabalho e geração de renda, turismo, comunicação, esportes, igualdade racial, assistência social, habitação, dentre outras.

Queremos um Brasil forte, soberano, democrático, com um novo projeto nacional de desenvolvimento e justiça social. Que consolide um Sistema Nacional de Educação, com prioridade para a educação pública e gratuita,

garantindo sua qualidade e seu caráter científico, crítico e laico.

4. A Educação rumo à I Conferência Nacional de Educação (Conae)

No ano de 2009, de norte a sul do Brasil, aconteceram as etapas municipais e estaduais da Conae.

O objetivo da I Conferência Nacional de Educação, que acontecerá em Brasília no final do mês de março de 2010, é construir diretrizes para a política nacional de educação, pautada na inclusão, na igualdade e na diversidade.

A Conae será um momento ímpar na história da educação no Brasil, onde a sociedade civil, agentes públicos, entidades de classe, estudantes, profissionais da educação, mães, pais ou responsáveis de estudantes se reunirão para discutir e definir o Sistema Nacional Articulado de Educação e o Plano Nacional de Educação, Diretrizes e Estratégias de Ação.

A Liga Brasileira de Lésbicas participou do processo municipal e estadual da Conae, e colocamos no debate que a Educação deve ser laica, de qualidade e ter como referência os saberes populares e científicos na intenção de valorizar a participação e bagagem cultural do povo brasileiro.

Os currículos escolares em todos os níveis e modalidades de ensino devem pautar-se nas questões de classe, gênero, raça/etnia, orientação sexual, geracional, pessoas com deficiências, enfim, trabalhar com a realidade brasileira, buscando contribuir para a

formação de pessoas que lutem por seus direitos sociais e políticos.

Acredito que chegará o dia em que todas as pessoas serão livres, terão trabalho, casa e comida; acesso à educação, à saúde, à cultura e a tudo mais que desejarem. Pessoas que terão direito de viver, amar, sonhar. Pessoas que terão direito de sorrir e ser feliz. Nessa sociedade, não teremos classes sociais, não teremos racismo; mulheres e homens terão os mesmos direitos e oportunidades e todas as pessoas poderão apenas “SER”: sem letzinhas, sem caixinhas, sem rótulos. Apenas ser. Nestes novos tempos, os fios e as tramas do arco-íris serão muito mais coloridos, já que o sol vai brilhar para todas as pessoas.

Temos que avançar “para além” da solidariedade. As questões da livre orientação e expressão sexual precisam deixar de ser um debate só nosso, e se tornarem uma bandeira de toda a sociedade brasileira.

Referências

CONTI, Silvana B. Fios e Tramas do Arco-Íris. *Revista Princípios*, nº 96, julho/2008.

CONTI, Silvana B. Educação e lesbianidades: educando para a diversidade. In: PASINI, Elisiane (org.). *Educando para a diversidade*. Porto Alegre: Nuances, 2007.

POCAHI, Fernando. **Um mundo de injúrias e outras violações:** reflexões sobre a violência heterossexista e homofóbica a partir da experiência do Centro de Referência em Direitos Humanos. *Rompendo o silêncio*. Nuances, 2007.

MELLO, Marco. **Paulo Freire e a educação popular:** reafirmando o compromisso com a emancipação das classes populares. Porto Alegre: Ippoa; Atempa, 2008.

PARO, Henrique Vitor. **A teoria do valor em Marx e a educação**. São Paulo. 2006.

Gracias a La vida

A voz potente de contralto, o tom da maioria silenciosa, uma das mais importantes vozes de protesto da América Latina, que acalentou sonhos de luta, liberdade e resistência, pertencia a uma mulher que nunca se deixou limitar por fronteiras ou preconceitos: Mercedes Sosa.

Uma das fotos incluídas no catálogo do disco "Cantora", 2009.

Nascida na cidade de San Miguel de Tucumán em 9 de julho de 1935, a cantora argentina Mercedes Sosa representava “o ideal de integração do continente que hoje está virando realidade e foi uma lutadora pelos direitos humanos, pela democracia. Além de símbolo de uma geração de presos políticos muito sofrida”, definiu o deputado federal José Genoíno (PT-SP), ex-presos político durante a ditadura militar brasileira. Sosa nasceu no seio de uma família de trabalhadores. “La Negra”, como era conhecida por seu cabelo escuro e sua tez morena, representou para a região um legado forte de integração e democracia.

Ao falar de sua família, dizia: “eu tive a sorte de ter pais maravilhosos e isso fazia com que não tivéssemos nada além da angústia que a fome nos produzia. Minha mãe nos levava ao parque 9 de Julho, para não sentirmos cheiro de comida porque morríamos de fome de noite”, recordava-se Sosa.

Origens – do seu nome dizia: “Meu pai ia me dar o nome de Haydée Mercedes, que é meu nome verdadeiro e minha mãe queria Marta. Ele não concordou e me deu o nome de minha avó, Mercedes, e de minha priminha, Haydée, que era muito querida por todos os tios. Então, minha mãe ficou brava e disse: ‘Vou chamá-la de Marta a vida toda, e sempre me chamou assim”, contou. Para ajudar os pais, ela dava aulas em escolas de folclore.

O seu primeiro contato com a fama aconteceu aos 15 anos de idade, quando ganhou um concurso de talentos promovido por uma rádio local. Durante a sua carreira, recebeu uma série de prêmios que lhe reconheceram a luta em prol dos direitos humanos, incluindo um *Grammy Latino* e um prêmio da Unesco.

Em sua vida pessoal, Sosa explicava que tinha deixado “o rapaz com o qual iria me casar”, porque se apaixonou pelas músicas “do pai de Fabian”. Sosa e Manuel Óscar Matus, o primeiro marido, com quem teve um filho, são peças-chave no movimento musical *Nueva Canción*.”

Com modo de pensar simples e que refletia as canções *folk*, nas décadas de 1960 e 1970, Sosa foi um dos expoentes máximos

do politizado movimento *Nuevo Cancionero*, que quis levar a música *folk* de regresso às suas origens. E as origens eram o que ela mais exaltava e defendia.

“Eu acho que é importante frisar que ela era cantora de música folclórica e tradicional, mas que, por causa dos vínculos políticos com a esquerda peronista, acabou se vinculando à nova canção latino-americana”, avalia Claudia Wasserman, professora de pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Especialista em interpretar as palavras de escritores, Sosa abraçou a poesia dos grandes autores argentinos e latino-americanos. Apesar de, nos últimos anos de vida, ter feito algumas experiências com o *rock* e com o tango,



Foto de Mercedes Sosa, capa do álbum “Hasta la victoria”, editado na Argentina em 1972.

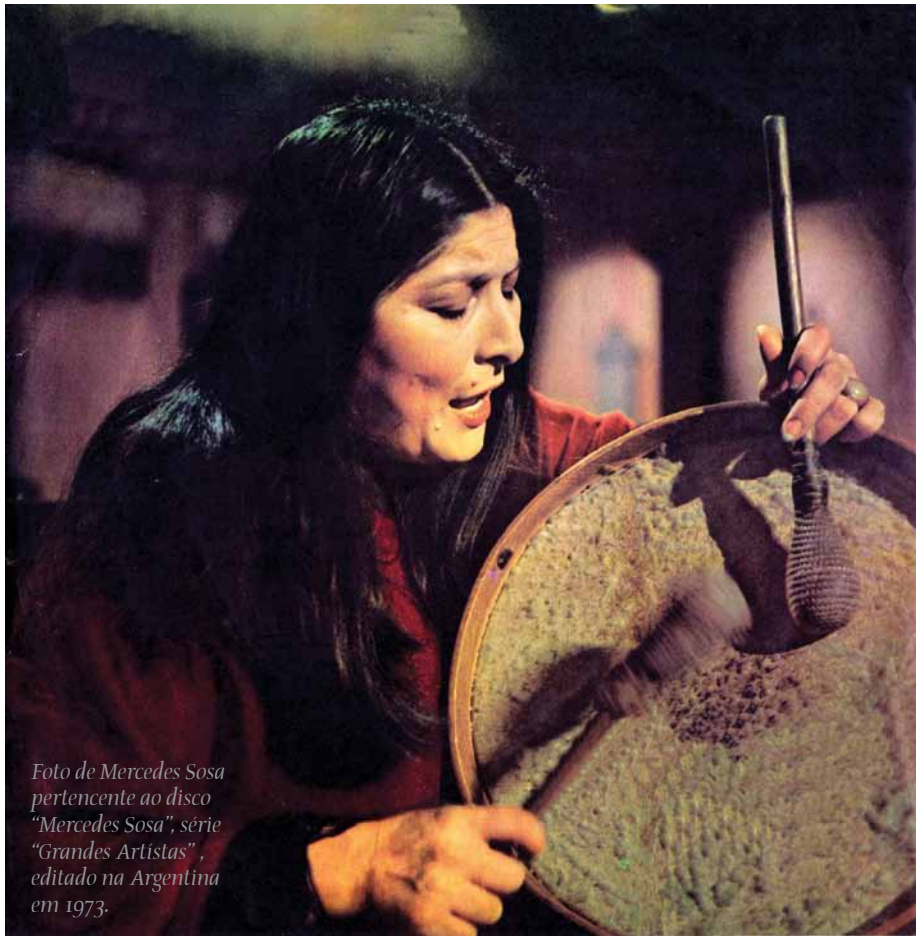


Foto de Mercedes Sosa pertencente ao disco "Mercedes Sosa", série "Grandes Artistas", editado na Argentina em 1973.

a sua raiz era mesmo o *folk* e era a esse estilo que voltava sempre.

"O folk era uma canção de protesto e ela interpretava os cantores de esquerda vinculados a partidos de esquerda. Ela escolheu um repertório. Não era compositora", explica Claudia Wasserman. A historiadora relembra que Mercedes Sosa gravou com Milton Nascimento "Graças a La Vida", e "o fato de gravar com os brasileiros, com Pablo Milanez e com Silvio Rodrigues, cubanos e também engajados socialistas, ela demonstrava não só defendia uma integração latino-americana, como era contrária ao imperialismo norte-americano", afirma.

De acordo com Wasserman, "Em todas as manifestações,

Mercedes Sosa fazia com que essa unidade acontecesse por meio de sua arte. O fato de ela procurar esses cantores e compositores fez dela mesma defensora e promotora do que ela defendia", avalia.

Na década de 1970 foi censurada e perseguida, e seus discos carregados de conteúdo social transformaram-se em referência contra o regime militar. Sosa chegou a ser apontada como "a voz da maioria silenciosa", por sua defesa aos pobres e sua luta pela liberdade.

A luta e a arte – o começo da carreira de seis décadas, ligado à música folclórica argentina, transformou-se em interpretações arrebatadoras de canções com forte conteúdo político. Sosa teve

uma atuação marcante durante a ditadura militar argentina, entre 1976 e 1983, e acabou exilada na Europa. Politicamente, Mercedes Sosa foi membro do Partido Comunista e chegou a viver no exílio depois de ter sido presa – bem como toda a sua audiência – durante um concerto na cidade universitária de La Plata.

"Ela e o público presente foram presos pelos militares argentinos em 1979, enquanto Sosa fazia um espetáculo", destaca Claudia Wasserman. Segundo ela, esse "é um dado interessante da biografia dela, já que a ditadura argentina começa em 1976 e nessa época, ela já era importante. Quando fazia o *show*, os militares invadiram o teatro e a prenderam", conta.

A marca de "La Negra" eram o cabelo comprido e os ponchos que usava durante os espetáculos ao vivo, fazendo ouvir a sua voz poderosa. Frequentemente, ela dizia ser uma mulher de esquerda, mas que a sua única vocação era a música. "Eu nasci para cantar", afirmou numa entrevista em 2005. "A minha vida é dedicada a cantar, a encontrar canções e a cantá-las (...) Se eu me envolvesse na política, teria que negligenciar aquilo que é mais importante para mim: a canção *folk*".

Ao falar do movimento *Nuevo Cancionero*, Sosa disse em seu último documentário: "Era necessário não roubar do povo, fazer uma nova poesia e que cantassem essas músicas que falam dos problemas do homem, da pobreza dos homens, da ingratidão que algumas pessoas têm com os homens,

gente trabalhadora. Então isso, algumas pessoas maldosas disseram que eram manifestos comunistas. E não eram nada comunistas, eu juro que eram musical e literário”, garantia.

Exílio – a sua versão da música “Gracias a la Vida”, de Violeta Parra, tornou-se um hino para os esquerdistas de todo o mundo, nas décadas de 1970 e 1980, quando foi forçada a exilar-se na Europa, e os seus discos foram banidos. “O artista tem todo o direito do mundo como qualquer pessoa, de ter ideologia”, dizia.

Sobre o exílio, Sosa falava com melancolia. Segundo ela, a saída forçada de seu país provocou nela muita solidão, principalmente durante o período em que esteve em Paris. “Andei voando como um pássaro de um lado a outro. Tinha o senhor Pierre, que era o meu empresário e meu violonista Omar Espinosa, uruguaio. E só, não tinha mais ninguém. Foi muito duro. Foi a época mais dura de minha vida, animicamente, e eu acho que foi isso que me custou o problema mais grave que tive de “depressão mascarada”, lamentava.

Mercedes Sosa recordava-se da música do cantor cubano Pablo Milanez que dizia, segundo ela, que “a solidão é um pássaro grande e colorido como a música que ele fez para mim. Essa música, ele dedicou a mim. Era verdade. Eu vivi a solidão bem de perto.”

Brasil – Mercedes estreitou sua relação com artistas brasileiros no período do exílio e se transformou também em ícone

“É toda uma maneira de pensar minha que foi premiada. Porque tudo não são prêmios somente porque eu canto, mas, porque penso. Penso nos seres humanos, penso na injustiça; penso que se eu não tivesse pensado dessa forma, meu destino teria sido outro. Teria sido uma cantora comum. Então, é isso que me faz pensar que não estou errada, nem errei quando comecei a pensar ideologicamente.”



Foto: Kerim Oktem / EFE

da resistência contra a ditadura militar aqui no país. No seu repertório, foram incluídas canções como “Gente humilde”, de Garoto, Chico Buarque e Vinicius de Moraes, e “Coração de estudante”, de Milton Nascimento e Wagner Tiso.

A cantora se apresentou em terras brasileiras ao lado de Fagner, Chico Buarque, Gal Costa, Caetano Veloso, Milton Nascimento e Beth Carvalho. “O Brasil me ajudou muito. Nenhum país teve comigo tanta atenção, amor e carinho. Foi um país que me protegeu como ninguém. Amo esse País”, declarou à plateia do último *show* feito em Brasília.

“La Negra” teve ainda um papel importante no resgate dos poetas argentinos e latino-americanos como os chilenos Victor Jara e Plabo Neruda, a peruana Alicia e o Cubano Ignacio Villa.

Incomparável – Mercedes Sosa morreu aos 74 anos, em decorrência de uma disfunção renal que afetou também o coração e os pulmões. O seu último álbum, *Cantora* (volumes 1 e 2) – uma colaboração com artistas como Shakira, Caetano Veloso, Joan Manuel Serrat e Jorge Drexler – foi um dos dez mais vendidos de 2009 e ganhou várias nomeações para os *Grammys Latinos*.

O jornal londrino *The Daily Telegraph*, no obituario de Sosa, afirmou que ela foi “uma intérprete incomparável de obras de seu compatriota, o argentino Atahualpa Yupanqui, e da chilena Violeta Parra”. Helen Poopper, da agência Reuters, anunciou sua morte dizendo que ela “lutou contra os ditadores da América do Sul com sua voz e se tornou um gigante da música latino-americana contemporânea”.

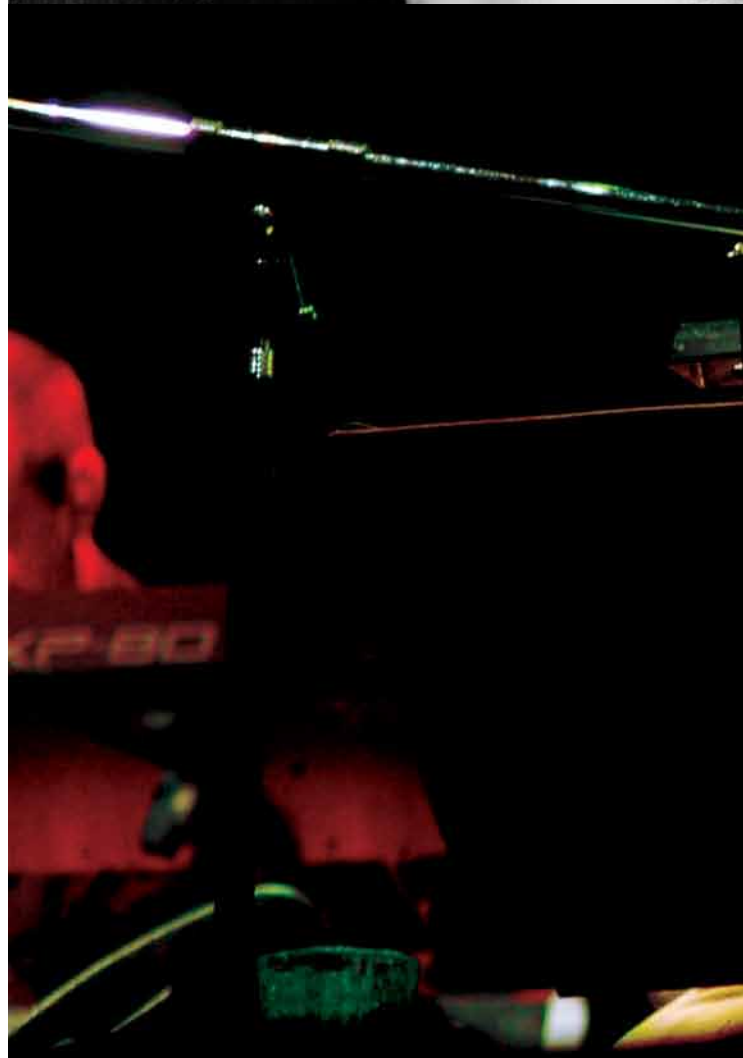
O Ministério da Cultura brasileiro, em artigo por ocasião da morte de Mercedes Sosa, publicado nos principais jornais do País afirmou que “A barreira da língua não impediu que brasileiros se apaixonassem pelo marcante timbre de contralto de Mercedes Sosa e por seu repertório, que incluía desde canções folclóricas a músicas de conteúdo político e social”.

“A pobreza sempre nos seguiu, mas não nos destruiu. Só serviu para nos ajudar a ser livres.

Escolher nossa forma de pensar.”



Capa do disco “Cantora”, 2009.





Caetano Veloso, Chico Buarque de Hollanda, Milton Nascimento e Mercedes Sosa, no programa "Chico e Caetano".

"Quando eu canto, eu canto porque gosto de cantar. Não porque acho que vão me condecorar. Canto porque amo cantar."



O protagonismo das mulheres nos Pontos de Cultura

Juana Nunes

Mestre em História da Arte pela Universidade do estado do Rio de Janeiro e é Coordenadora- Geral de Mobilização e Articulação em Rede da Secretaria da Cidadania Cultural do Ministério da Cultura.



Nos últimos anos, no Brasil, acontece um movimento de transformação nas políticas públicas de cultura; milhares de organizações culturais que nunca receberam apoio do Estado brasileiro passaram a ter suas manifestações culturais reconhecidas e apoiadas pelo Ministério da Cultura por meio do programa *Cultura Viva*.

O programa *Cultura Viva* é concebido como uma rede orgânica de criação e gestão cultural, protagonizada pelos Pontos de Cultura, sua principal ação. A implantação do programa prevê um processo contínuo e dinâmico, e seu desenvolvimento é semelhante ao de um organismo vivo, que se articula com atores pré-existentes. Em lugar de determinar (ou impor) ações e condutas locais, o programa estimula a criatividade, potencializando desejos e criando um ambiente propício ao resgate da cidadania pelo reconhecimento da importância da cultura produzida em cada localidade. “*Aqui se faz cultura*” pode ser um dos lemas dos Pontos de Cultura, que, ao serem reconhecidos como sujeitos, também reconhecem os outros, intensificando a troca entre si.

O papel do Ministério da Cultura é o de agregar recursos e

novas capacidades a projetos e instalações já existentes, oferecendo equipamentos que amplifiquem as possibilidades do fazer artístico e recursos para uma ação contínua junto às comunidades. O Ponto de Cultura funciona como um mediador na relação entre Estado e sociedade, agregando agentes culturais que articulam e impulsionam um conjunto de ações em suas comunidades, e destas entre si.

“Um Ponto de Cultura não se faz sem a sustentação e a força das mulheres.”

O Ponto de Cultura não tem um modelo único, nem de instalações físicas, nem de programação ou atividade. Um aspecto comum a todos é a transversalidade da cultura e a gestão compartilhada entre Poder Público e comunidade. Por comunidade entendemos não somente os agentes estritamente ligados à produção artística, como também usuários e agentes sociais em um sentido amplo.

A adesão à rede de Pontos de Cultura é voluntária e dá-se a partir de chamamento público, por edital. O Ponto pode ser instalado em uma pequena casa, ou barracão, em um grande centro cultural, ou museu... Basta que os agentes da cultura viva se apresentem e se ofereçam. A partir do Ponto, desencadeia-se um processo orgânico agregando novos agentes e parceiros e identificando novos pontos de apoio: a escola mais próxima que mantém suas instalações e recursos fechados à comunidade do entorno, o salão da igreja, a sede da sociedade amigos do bairro, a garagem de algum voluntário que sonhou com (e fez) uma biblioteca comunitária. Até – por que não? – a sombra de uma árvore.

A maioria das organizações culturais que tem respondido de forma original e imediata aos apelos do *Cultura Viva*, são vinculadas ao chamados “novos” movimentos sociais, cuja referência pode ser encontrada no movimento *hip hop*, nas rádios comunitárias, nas cooperativas; e nos de caráter identitário, como os movimentos de gênero e às comunidades tradicionais, como aquelas organizações das comunidades quilombolas, indígenas, de ritmos e danças tradicionais da cultura popular.

Um Ponto de Cultura não se faz sem a sustentação e a força das mulheres. Lá estão elas, na ponta do Ponto, prontas para compartilhar sua sabedoria e mostrar seu poder transformador. Em Pontos de variadas temáticas, inclusive nos que trabalham sob a perspectiva de gênero, elas encarnam a filosofia do Programa *Cultura Viva* e defendem a brasilidade de um país que se desesconde. Seja à frente ou nos bastidores, as mulheres mostram que a cultura é hoje um dos principais vetores de transformação social no Brasil.

Em “Super-Homem”, o ministro Gil já dizia que “um dia, vivi a ilusão de que ser homem bastaria, que o mundo masculino tudo me daria”. Mas descobriu que “minha porção mulher que até então se resguardara, é a porção melhor que trago em mim agora”. Na letra, Gil ainda diz que sua “porção mulher” era o que o fazia viver. Referia-se ao misto de sensibilidade e poder aglutinador das mulheres. Muitas delas mães, conselheiras, amigas e referência de amor e luta em suas comunidades.

Na ponta dos Pontos, as mulheres vão guiando os diversos corpos sociais do País, onde os esforços, desejos e atitudes se concentram, criando vozes, discursos e apelos às responsabilidades que têm com os outros seres. Elas representam a força propulsora de mudanças, que propõe desafios e traz novos paradigmas às relações entre os diversos grupos e seu diálogo cada vez mais próximo com o Estado.

Parteiras, benzedoras, rendeiras, bruxas, contadoras de histórias, prostitutas, educadoras, lavadeiras,

atrizas, quebradeiras de coco, feministas. Do *hip hop*, do maracatu, das congadas, do coco de umbigada, dos cineclubes, das comunidades indígenas, ciganas ou quilombolas. Lia, Lúcia, Beth, Suely, Edna, Maria, Catarina, Lilian e tantas outras. Em Pontos de Cultura de inúmeras vertentes, as mulheres são a representação máxima da cultura brasileira e se entranham na identidade de seus Pontos, revelando um país que clama por seu espaço.

Nas ações promovidas pelo *Cultura Viva*, muitas mulheres são a principal fonte de conhecimento e experiência de vida. Na ação Griô,

“Na ponta dos Pontos, as mulheres vão guiando os diversos corpos sociais do País.”

elas são referência de tradição e legado cultural transmitidos às novas gerações. Na *Cultura Digital*, não há como acessar os novos recursos comunicacionais sem antes beber da fonte da história, das raízes, da ancestralidade, em que as mulheres também são protagonistas e detentoras do saber. Na *Escola Viva*, muitas estão por trás de uma política educacional voltada para a cultura e o respeito às diferenças desde a infância.

Durante a Teia Brasília, em 2008, foi promovido, em caráter inédito, o Seminário Pontos de Cultura – uma perspectiva de gênero,

parceria entre o Ministério da Cultura e a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República. Participaram Pontos de Cultura que trabalham com direitos humanos, sexuais, de combate à discriminação, arte e cidadania.

O encontro foi um momento para a troca de ideias e experiências, além de fortalecer a visão de gênero que tem conquistado espaços cada vez mais importantes. As discussões mostraram que é essencial que o tema seja transversal a todos os Pontos de Cultura. Ações como essas fortalecem os grupos e colocam na agenda da cultura a importância das discussões e o reconhecimento explícito da participação da mulher na vida política brasileira.

Com a intrínseca influência da cultura negra no Brasil, as mulheres afrodescendentes deixam sua marca em festas religiosas e pagãs em Pontos de Cultura espalhados pelo País. Seja na cadência de seu batuque, na alegria de seu canto ou na fé de suas crenças, elas pedem passagem e deixam um rastro de encantamento e esperança.

Os Pontos são espaços legítimos de promoção dos direitos humanos, da liberdade sexual e da igualdade de direitos e possibilitam o exercício pleno da cidadania pelas mulheres, tornando-as parte fundamental das grandes mudanças da sociedade.

Potencializando as atividades dos Pontos e colaborando para o crescimento em rede, as mulheres são o reflexo do empoderamento de coletivos que hoje detêm a devida visibilidade no cenário cultural brasileiro.

Operárias do campo



Maria Rosária: papel da mulher no campo é insubstituível

As cinco horas da manhã, o dia de Maria Rosária já começou faz tempo. A essa hora, ela está a postos no curral de sua “terrinha”, como ela gosta de dizer, para fazer a ordenha das “vaquinhas” que possui. Rosária mora em um dos mais antigos assentamentos do entorno da cidade mineira de Paracatu, a 488km de Belo Horizonte. Ali se fixou, constituiu família e enfrentou os obstáculos de ser mulher no campo. Assumiu a luta da trabalhadora rural com bandeira pessoal.

Rosária é uma daquelas trabalhadoras que não se conforma com as dificuldades e as enfrenta para tentar melhorar não só a sua condição de vida, mas a de outras “companheiras” que, como ela, vivem da terra e tiram dela o seu sustento.

“A situação da trabalhadora rural melhorou, mas ainda há muita insegurança em relação aos nossos direitos. Muitas mulheres desconhecem os benefícios que podem ter e até têm medo de procurar por eles. Acho que



Maria Rosária: a ordenha começa às cinco horas

elas ainda não se libertaram dessa condição de viver à sombra do homem da casa”, avalia Rosária.

Rosária é presidente do Sindicato das Trabalhadoras Rurais do Assentamento Aliança e Progresso, do município de Lagoa Grande, há 15 anos, e faz parte de uma rede de trabalhadores e trabalhadoras rurais que fornecem leite para uma Cooperativa da região, a Coopatos. Diariamente, retiram 6 mil litros de leite. Ao todo, são 50 famílias, que desde 1996, se mudaram para o assentamento. Os lotes têm em média 50 hectares e, além do leite, plantam milho e sorgo. Produtos usados para alimentar o gado.

As mulheres, segundo Rosária, são uma força no assentamento “insubstituível”. Ela que conhece bem a luta pelos direitos da mulher do campo destaca, porém, que além do desconhecimento, “muitas vezes falta também à trabalhadora rural, a vontade de mudar a situação”, lamenta.

Minoria forte - No Brasil, a presença feminina na área rural difere da situação urbana. No campo, as mulheres representam menos da metade da população, correspondendo a 47,8%, enquanto os homens equivalem a 52,2%. A mão de obra feminina, conforme a População Economicamente Ativa (PEA) da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio (PNAD) soma 5,3 milhões de ocupados com a atividade agrícola, enquanto os homens respondem por 10,9 milhões.

Inferiores em números, mas não menos importantes. Num Brasil em que apenas 16,7% moram no campo, as mulheres se destacam

pela sua força e determinação. “Se é verdade que no meio urbano a gente ainda convive com desigualdades entre homens e mulheres, isso é ainda mais grave no meio rural”, avaliou o ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, ao falar do acesso das trabalhadoras rurais às políticas públicas de apoio à produção e à comercialização.



Maria Aparecida Correa é presidente da Associação de Mulheres Rurais de Paracatu. Ela reconhece que houve avanços na política voltada para a trabalhadora rural no Brasil, mas reclama que é preciso mais. “A aposentadoria, por exemplo. Ainda é complicado conseguí-la. A gente tem que comprovar que é trabalhadora rural de 1990 para cá e muitas vezes não é fácil”, afirma.

De acordo com ela, as mulheres muitas vezes não querem que se coloque no documento que ela é “trabalhadora rural, porque ela mesma não se reconhece assim”, lamenta.

O receio das mulheres em se assumir como trabalhadoras rurais “tem muito a ver com a cultura que temos na zona rural e que há anos rodeia a presença da mão de obra

feminina”, diz Maria Aparecida.

O ministro Cassel defende que “as mulheres do campo produzem, e muito”. Segundo ele, as mulheres foram, durante muito tempo, “condenadas a uma invisibilidade. O trabalho da mulher sempre foi muito presente no meio rural, mas nunca foi considerado”, afirmou.

Atuantes - A situação aos poucos vai se invertendo e apresentando avanços. O último Censo Agropecuário, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Ibge), revelou que apesar de dois terços do total de ocupados no campo serem homens, 4,1 milhões de trabalhadoras no campo estão na agricultura familiar. As mulheres também são responsáveis pela direção de cerca de 600 mil estabelecimentos de agricultura familiar.

O valor econômico do trabalho desenvolvido pelas trabalhadoras rurais é fundamental para a sobrevivência das famílias no campo. O Produto Interno Bruto (PIB) da agricultura familiar responde por 11% do valor total do PIB brasileiro.



Trabalhadoras do campo e da floresta na luta por direitos

Carmen Foro

Secretária Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais da Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura – Contag e Secretária Nacional de Meio Ambiente da Central Única dos Trabalhadores (CUT) (www.contag.org.br / www.cut.org.br / carmen@contag.org.br)



Agricultoras familiares, extrativistas, seringueiras, quebradeiras de coco, pescadoras, sem-terra, assalariadas, acampadas e as assentadas da reforma agrária formam a imensa multidão das mulheres trabalhadoras rurais, que, com suas identidades, vivem e trabalham no meio rural, Brasil afora.

As trabalhadoras rurais são mulheres agricultoras que defendem a terra como seu principal meio de sustento e de produção. O lugar em que a maior parte dessas mulheres mora tem enorme carência de infraestrutura e de políticas públicas e sociais. O Censo Agropecuário de 2006 apontou que a maioria delas não é escolarizada.

Entretanto, as trabalhadoras rurais têm uma longa trajetória de lutas no movimento sindical, que vem desde a época das ligas camponesas. Por muito tempo batalharam e ainda lutam pelo acesso a terra, reforma agrária, direitos previdenciários, participação política e o fim da violência. Elas representam a saga de um povo, mulheres e homens, que alimentam o sonho de construir um modelo de desenvolvimento sustentável, que garanta qualidade de vida para as pessoas que residem na área rural,

sem perder de vista possibilidade de um projeto maior para a sociedade.

Nesse caminhar em defesa dos direitos humanos das mulheres, enfrentaram os desmandos da ditadura militar. Fazem resistência ao poder dos latifundiários, seus jagunços e a repressão do Estado, sempre com a convicção de que outra sociedade mais justa, democrática e igualitária é possível.

“Seguiremos em marcha até que todas sejamos livres.”

Muitas estão organizadas em federações, sindicatos, cooperativas, associações de mulheres e participam de outras mobilizações sociais que implementam ações voltadas para a valorização da agricultura familiar e para a conquista de direitos e de cidadania.

O espírito de luta das guerreiras, do campo e da floresta, se fortalece na história de vida política de muitas mulheres que foram mortas por defenderem os direitos da população rural. A líder sindi-

cal Margarida Alves, covardemente assassinada por latifundiários na Paraíba é um desses exemplos. Margarida se foi. Mas seus sonhos e utopias permanecem vivos entre as camponesas.

Essa força, ousadia e organização das trabalhadoras rurais são demonstradas com a realização da Marcha das Margaridas, a maior mobilização pública de mulheres que se tem notícia neste País. Mobilizou em 2007 cerca de 50 mil manifestantes em Brasília, contra a fome, a pobreza e a violência sexista.

A Marcha das Margaridas resultou em um grande processo político promovido pelo Movimento Sindical das Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais (MSTTR) e organizações parceiras. E consolida-se como uma agenda permanente de debate, construção e reivindicação de uma plataforma de ações e políticas públicas que garantam cidadania, vida digna e um país verdadeiramente democrático e soberano.

Ao longo dos anos, a mobilização e ação das trabalhadoras rurais da Contag, por meio da Marcha das Margaridas garantiram conquistas que caminham no sentido de construir um país com mais igualdade no campo e na floresta. No governo de Luiz Inácio da Silva,

políticas importantes foram consolidadas. Entre elas, a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf/Pronaf Mulher); Programa Nacional de Documentação das Trabalhadoras Rurais (PNDTR); Assistência Técnica e Extensão Rural para Mulheres (ATer Mulheres); Programa Nacional de Organização Produtiva das Mulheres Rurais (POPMR); obrigatoriedade da titulação conjunta e a criação do Fórum Permanente de Elaboração de Políticas de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres - que propôs a elaboração da campanha de mídia Mulheres Donas da Própria Vida, entre outras políticas em processo de permanente construção.

Essas conquistas são importantes, mas estão longe de assegurar as condições de vida e de trabalho dignas para trabalhadoras e trabalhadores rurais, que é o ob-

“A violência é a mais cruel realidade vivenciada também pelas mulheres no campo.”

jetivo maior da luta sindical. Persistem problemas graves, alguns estruturais, que devem ser enfrentados e solucionados.

Nesse sentido ainda há um grande caminho a ser percorrido, no que tange à visibilidade da trabalhadora rural e sua participação nos espaços públicos.

As políticas públicas não suficientes para superar as desigualdades de gênero, geração, raça e etnia. O acesso a terra ainda é sonho para milhares de trabalhadoras rurais. Já a violência é a mais cruel reali-

dade vivenciada também pelas mulheres no campo. É preciso, portanto, que essas questões referentes às mulheres perpassem todas as políticas e ações governamentais, permitindo que o potencial organizativo e as habilidades produtivas do conjunto da população rural, sejam plenamente manifestados em prol do desenvolvimento do País.

As trabalhadoras rurais querem um projeto de desenvolvimento rural sustentável e solidário, que promova a inclusão social e econômica das pessoas, numa sociedade igualitária, solidária e justa e que leve em conta as especificidades de mulheres, jovens, terceira idade, indígenas e quilombolas.

Por isso, as margaridas continuam sua marcha. Sonham e lutam por um mundo sem violência, pela autonomia econômica e por um meio ambiente sustentável para todas as mulheres do planeta.



Marcha das Margaridas 2009

Aborto: uma discussão pela vida

Enquanto a descriminalização é debatida, brasileiras testam a saúde ao interromper uma gestação em clínicas clandestinas

Texto: Ana Paula Domingues

Fotos: Gil Rodrigues

“**N**a hora em que saí, foi horrível. Estava muito tonta, ainda sentindo os efeitos do sedativo e chorava o tempo todo”. Apoiada pelo namorado, J. A., na época com 22 anos, passava pelas consequências físicas e psicológicas de quem acabara de fazer um aborto ilegal.

Bastou preencher uma ficha, combinar o pagamento e assinar um termo de responsabilidade para a analista de sistemas entrar para as estatísticas das mulheres brasileiras que encontram

na ilegalidade o meio de interromper uma gestação indesejada.

O aborto é considerado crime pela legislação brasileira e a mulher que o pratica pode ficar presa de um a dez anos. O médico sanitariano Eduardo Jorge apresentou, em 1991, quando era deputado federal, o Projeto de Lei nº 1.135, que prevê que o aborto não seja considerado crime no País. Quase 20 anos depois, a proposta ainda se arrasta no Congresso Nacional.

“Em todo o mundo há resistência à descriminalização da prática por questões religiosas

e filosóficas. No entanto, temos que levar em consideração que há consequências graves para a saúde das mulheres que procuram a clandestinidade”, relata.

Hoje, as únicas exceções da lei são quando há risco de vida para a mulher e gravidez por causa de estupro. Uma terceira tentativa de brecha no Código Penal circula pela Câmara (PL nº 4.630/2004), para os casos de feto anencéfalo – problemas de formação cerebral que aumentam muito as chances de o bebê nascer morto. Mas o projeto está arquivado.

Questão de saúde pública

O repasse de recursos públicos envolvendo o aborto no País seria outro se fossem contabilizados os atendimentos feitos em mulheres que procuraram as unidades de saúde com complicações de um aborto induzido mal-sucedido. O Ministério da Saúde revela que em 2007 ocorreram 220 internações dessa natureza pelo SUS.

O ministro da Saúde, José Gomes Temporão, defende um amplo debate sobre o tema em todo o país e que a questão seja encarada como assunto de saúde pública.

“Como sanitarista e como ministro, estou lutando para que a sociedade discuta de maneira aberta”, defende.

A doutora em Saúde Coletiva e professora-adjunta de Ginecologia da Faculdade de Medicina da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FCM/Uerj), Renata Aranha, explica que “dependendo do método usado, a mulher pode ficar até estéril. As consequências mais comuns são hemorragia e infecção. Se a perda de sangue for muito grande, ela pode entrar em estado de choque”.

A favor da descriminalização, a recepcionista M. A. R., um

dia depois de fazer um aborto teve uma intensa hemorragia. “Perdi tanto sangue que tive que fazer uma transfusão e ficar internada por seis dias”, conta.

Hoje, com 41 anos, ela lamenta a falta de apoio para muitas jovens que acabam procurando lugares despreparados, colocando suas vidas em risco.

“Sou contra fazer aborto, mas sou mais contra ainda a não legalização. Será que se fosse legalizado eu teria passado pelo que passei?”, questiona M.A.R.P. Médicos defendem que a questão seja tratada como assunto de saúde pública e tentam desvincular o apoio à legalização da ideia de ser favorável à prática.

Para a Dra. Renata, “proibir o aborto legalmente não muda o número de procedimentos realizados. Mas, poderíamos estabelecer políticas por meio de um levantamento quantitativo e qualitativo da questão. Tudo está nas mãos das clínicas ilegais”, lamenta.

A discussão ganha proporções preocupantes quando são levados em consideração os procedimentos usados por grávidas e supostos médicos para a interrupção de uma gravidez.

Bastou um telefonema para a contadora J. M. fazer o pedido em uma drogaria de uma pílula supostamente abortiva. Ela ficou sabendo do medicamento pela Internet, recebeu a droga em casa, mas ficou com medo de tomá-la e resolveu ir a uma clínica clandestina.

As informações disponíveis na rede mundial de computadores revelam o quanto o assunto é facilmente divulgado ilegalmente. Na página virtual, as primeiras linhas dizem: “Este é um serviço de ajuda ao aborto medicinal *online* que te direcionará a um médico que poderá te fornecer o aborto medicinal”.

Com perguntas e respostas em oito idiomas, o *site* funciona como um guia para mulheres interessadas em abortar.

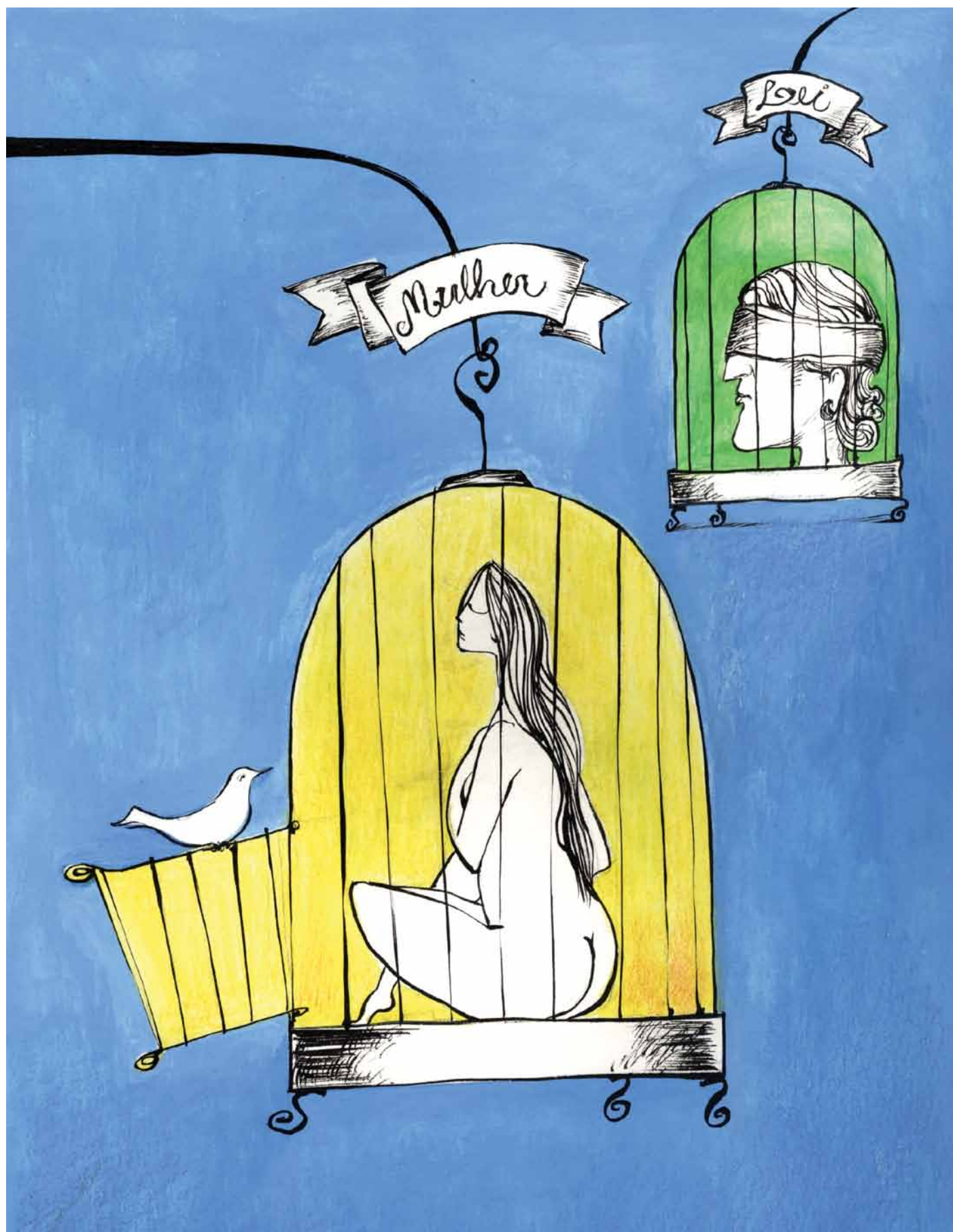
“Os procedimentos chegam a ser grotescos. Há gestantes que dão socos na barriga e até inserem objetos cortantes na cavidade vaginal. Muitas vezes, preferem não ir a um hospital por medo de serem julgadas pelos médicos”, relata a Dra. Renata.

A especialista acredita que a mudança da legislação resolveria um pouco essa mentalidade, já que a lei atual trata a mulher como uma criminosa em caso de aborto.

Em terras estrangeiras, a maioria dos países onde o aborto é totalmente permitido está no Hemisfério Norte, como os Estados Unidos, Rússia, China, Itália e França. Portugal foi um dos últimos países da União Europeia a legalizar a prática, em 2007. Já no Japão, a legislação é permissiva desde 1948. Na América do Sul, apenas Guiana e Guiana Francesa têm leis liberais para o tema.



Dra. Renata Aranha: mulheres em risco



“A mulher não precisa ser julgada”, avalia a ginecologista.

Proteção e religião

Se, por um lado comparações envolvendo aborto tornaram-se inevitáveis, por outro, o envolvimento de grupos religiosos fez com que se tornassem figuras constantes nos debates pelo País. Grande parte deles é de católicos e segue a orientação do Papa Bento XVI. O chefe da Igreja Católica já comparou o aborto com o terrorismo.

No entanto, o que mais deu pano para manga na discussão da questão aqui no Brasil e que refletiu no mundo inteiro, foi a excomunhão de médicos e parentes de uma menina de nove anos que teve o direito legal de abortar após ser estuprada pelo padrasto e ficar grávida de gêmeos. Ela se enquadrava nas duas condições previstas na Constituição: havia risco de vida e tinha sido vítima de abuso sexual.

Assim que soube da notícia, o arcebispo de Olinda e Recife, Dom José Cardoso Sobrinho, disse que, aos olhos da Igreja, o aborto foi um crime e que a lei dos homens não está acima das leis de Deus.

O caso provocou reações até do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que defendeu a postura dos médicos. Lula classificou as críticas da Igreja como “absurdas” e disse que o governo é quem tem que tratar dessas questões.

“Não é possível permitir que uma menina estuprada pelo padrasto tenha esse filho, até porque ela corria risco de vida. Acho que, nesse aspecto, a Medicina está

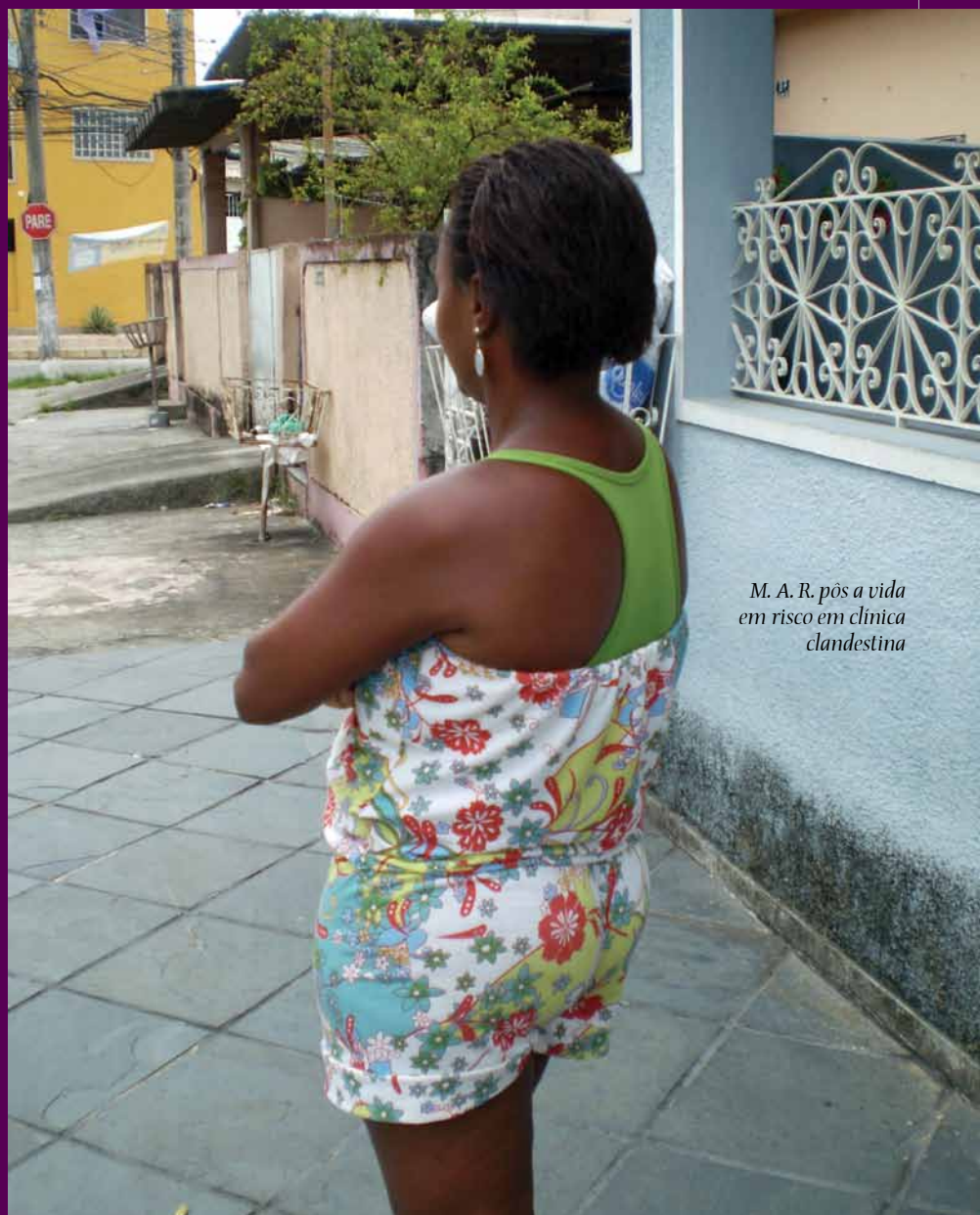
mais correta do que a Igreja”, defendeu Lula na época.

Movimentos feministas defendem legalização

Mas, nem todos os grupos ligados à religião católica seguem as suas recomendações. É o caso da entidade feminista Católicas pelo Direito de Decidir (CDD). O movimento apoia a autonomia das mulheres na tomada de decisão sobre sua vida reprodutiva.

A organização recebe críticas da própria Igreja. “No entanto, temos o apoio daqueles que, como nós, trabalham pela plena cidadania das mulheres”, contrapõe Rosângela Aparecida Talib, uma das coordenadoras da CDD.

Rosângela coordenou o desenvolvimento do “Programa de Abortamento Legal nos Hospitais Públicos Brasileiros”. No levantamento realizado a pedido da CDD pelo Ibope, 56% das mulheres não



M. A. R. pôs a vida em risco em clínica clandestina

sabiam da existência da legislação permissiva sobre a questão e quase a sua totalidade (95%) dos serviços disponíveis na rede pública de saúde para esse tipo de atendimento.

Outras duas instituições dos direitos humanos se destacam quando o assunto é aborto. Uma delas é a Cepia (Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação), organização sem fins lucrativos e qualquer ligação com algum grupo religioso, que recebe apoio de grandes instituições mundiais como o Unicef e a Fundação Ford, e o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), vinculado à Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM). O CNDM tem representantes da sociedade civil e do governo para o estabelecimento de projetos contra

a discriminação contra a mulher em todo o País.

As duas instituições uniram-se em setembro de 2009 numa campanha para pressionar o Congresso Nacional em favor da terceira brecha que se tenta na lei para permissão do aborto. Com os dizeres “quando o parto é de um anencéfalo, o resultado não é uma certidão de nascimento. É um atestado de óbito”. Muitas mulheres têm conseguido na Justiça a autorização para interromper a gravidez nessa situação. O caso mais emblemático aconteceu em Pernambuco. Severina Maria Leôncio Ferreira estava hospitalizada para a realização de um aborto de feto anencéfalo, em 20 de outubro de 2004.

Na ocasião, as gestantes brasileiras tinham o amparo de uma

liminar expedida pelo ministro Marco Aurélio de Mello que reconhecia, desde 1º de julho, o direito constitucional a aborto em casos de anencefalia.

Horas antes da intervenção, a Corte Suprema de Justiça cassou a liminar do ministro Marco Aurélio e em janeiro de 2005, Severina deu a luz ao bebê morto.

A saga de Severina foi documentada pela antropóloga Débora Diniz e pela jornalista Eliane Brum. O curta-metragem de 20 minutos “Uma História Severina”, ganhador de mais de 20 prêmios nacionais e internacionais, relata o drama da nordestina.

“Severina suportou mais de 30 horas de dores de parto consciente de que, ao final, teria não um berço, mas um caixão”, lamenta Eliane.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) estima que uma em cada três gestações no Brasil é interrompida intencionalmente. Ou seja, anualmente, ocorrem cerca de 1 milhão de abortos provocados. Por outro lado, os permitidos por lei somaram apenas 1.556 de janeiro a outubro de 2009, segundo o Ministério da Saúde. O valor usado para esses atendimentos no Serviço Único de Saúde (SUS) ultrapassou os R\$ 300 mil.



A defesa da vida no pensamento católico

Regina Soares Jurkewicz

Socióloga da Religião pela Universidade Metodista de São Paulo, Doutora em Ciências da Religião pela PUC-SP, professora do Instituto Superior de Teologia da Diocese de Santo André, pesquisadora e coordenadora da ONG Católicas pelo Direito de Decidir



O objetivo deste texto é o de refletir sobre o significado de defender a vida e pensar em que vida estamos falando, vida de quem.

O objetivo deste texto é o de refletir sobre as concepções da teologia católica na defesa da vida. A primeira afirmação que me parece fundamental é a necessidade de defender a vida do planeta. Isso significa defender o ecossistema, defender a vida animal, e também defender a vida humana. Ou seja, essa consciência horizontal e circular do lugar humano no mundo nos tira do centro e nos abre possibilidades éticas interessantes. O ser humano é parte do planeta, e tem com as outras formas de vida uma forte interdependência. É com esse olhar que para mim antecede qualquer discurso sobre a vida, que eu gostaria de refletir e apresentar algumas ideias sobre a defesa da vida humana e o discurso da hierarquia Católica.

Um dos temas mais complexos e sobre o qual há pouco consenso é o tema do início da vida humana. A posição oficial da IC assume como dado definitivo que desde a concepção há uma vida humana em gestação. O termo vida humana é utilizado de forma ambígua, para significar pessoa. Dessa definição da existência

de uma pessoa humana, desde o primeiro momento da fecundação decorre que toda interrupção de gravidez seja considerada como um homicídio. A ciência é invocada para justificar a natureza totalmente humana e pessoal do embrião. Há duas tendências no uso dos dados científicos. Ambas

“O ser humano é parte do Planeta, e tem com as outras formas de vida uma forte interdependência.”

partem do reconhecimento pelos cientistas de que desde o momento da fecundação existe uma realidade celular distinta do óvulo e do espermatozóide, o zigoto, que dispõe de código genético próprio e é, indiscutivelmente, vida humana.

Uma primeira tendência deduz daí que o zigoto é pessoa humana, gozando de todos os direitos inerentes a ela. Isso porque,

possuindo um código genético completo, o desenvolvimento do zigoto dá-se em um processo contínuo, sem interrupção e por autogestão, culminando na pessoa humana, mesmo ainda no ventre materno.

Uma outra corrente desenvolve uma argumentação de caráter mais filosófico. Considera o zigoto como pessoa humana em potência, equivalente, no entanto, - com o mesmo valor e os mesmos direitos - à pessoa humana em ato, isto é, o indivíduo nascido.

Para ambas as tendências acima, a interrupção de um processo gestacional é considerada um ato homicida, seja porque tira a vida de uma pessoa humana - o zigoto - seja porque eliminar uma vida potencial equivale à eliminação de uma vida em ato. O princípio moral que deve prevalecer é o de deixar agir a natureza, seguindo seu curso normal, isto é, conduzindo, em um processo unívoco e contínuo, ao desenvolvimento de uma pessoa humana.

Entretanto, há uma contra-argumentação desenvolvida pelo próprio pensamento católico que não se impõe de forma dogmática,

se estrutura de forma mais dialógica e oferece elementos de compreensão sobre o início da vida humana.

Esta contra-argumentação recorre também aos dados científicos e indica que estes mesmos dados não permitem afirmar com certeza a existência de uma pessoa humana, desde os primeiros momentos de fecundação. Critica a visão biologicista do discurso oficial católico.

Levanta questões tais como:

- segundo a ciência, a individuação se dá na segunda semana da gestação, no momento em que ocorre a nidificação, ou fixação na matriz. Se filosoficamente o que constitui a pessoa é o fato de que se trata de um indivíduo, uno e único, a fixação da individualidade não pode ocorrer antes da nidificação. Tanto é que no caso da geração de gêmeos, a divisão do embrião em dois indivíduos ocorre somente após esse processo.

- outra questão está relacionada à perda imensa de zigotos, que ocorre antes da fixação do óvulo fecundado. Calcula-se que em torno de 75% dos zigotos são eliminados antes de se implantarem na matriz. Esse dado genético leva muitos estudiosos a se perguntarem se de fato, a natureza eliminaria tantas “PESSOAS”, ou se esse processo não estaria indicando, ao contrário, que não existem elementos estruturais no zigoto que permitam reconhecê-lo como tal.

- a consideração do desenvolvimento da consciência

humana como critério para o estabelecimento da existência de uma pessoa humana. Não há possibilidade de consciência sem vida cerebral. A célula geradora do córtex cerebral inicia seu desenvolvimento no 15º dia após a concepção e somente em torno da 8ª semana está suficientemente desenvolvido para que se possa detectar a atividade cerebral. O córtex cerebral é uma condição indispensável para que haja consciência humana, portanto para que haja uma pessoa.

Se procurarmos ver o que diz a tradição católica sobre este tema também encontraremos muitas contradições, por exemplo, Sto Tomás de Aquino (1225-1274) admitia um desenvolvimento progressivo do embrião, através de etapas sucessivas. Para ele a alma (entendida como princípio vital, forma substancial do corpo) só pode estar presente em uma matéria capaz de recebê-la, e o óvulo fertilizado ou o embrião não podem ter uma alma humana porque não estão prontos para isso. Ou seja, para ele há uma hominização tardia – a alma racional só existiria após 40 dias da concepção no caso de um feto do sexo masculino e 80 dias, no caso de um feto do sexo feminino. Essa ideia levou-o a não qualificar o aborto como um homicídio, quando ocorrido no início da gestação.

Há teólogos da atualidade como Paul Ladrière que discute o fato de que processos naturais se transformem em leis morais. A chamada lei natural é apresentada como expressão da vontade

divina, perdendo-se de vista sua dimensão histórica. Ladrière critica o que ele chama de postura hipermaterialista da Igreja, ao qualificar como humano, o simples encontro do óvulo e do espermatozóide, fundando o direito à vida sobre um dado estritamente biológico. Evidencia que esse dado é insuficiente, pois é também necessário que um embrião seja “destinado a viver”. Por outro lado, propõe um outro horizonte interpretativo, trazendo para o debate a afirmação de Y.F. Jacob – biólogo: Não há solução para o problema do início da vida, pois esta “*não começa nunca, mas continua há cerca de 3 milhões de anos. Um espermatozóide isolado ou um óvulo não é menos vivo que um óvulo fecundado*”.

Concluindo: penso que a discussão sobre o início da vida humana requer um acordo ético, racional e interdisciplinar, que vá além da biologia ou do que é ou não natural.

Penso também que deve ser feita em um contexto amplo que considere todas as possibilidades de vida existentes no planeta. O julgamento ético não pode ser feito *à priori*, ignorando as relações humanas, os contextos de toda natureza e as histórias individuais.

Para mais informações,
visite o site:
<http://catolicasonline.org.br>

Educação cidadã: além do currículo escolar

A Conferência Nacional de Educação (Conae) já tem data e local marcados: de 28 de março a 1º abril de 2010, em Brasília. Governo, gestores, sindicatos – cerca de 3 mil delegados – e a sociedade, em geral, vão discutir a construção de um Sistema Nacional Articulado de Educação, composto pelo Plano Nacional de Educação (PNE) e outras ações. Dentre os tópicos da pauta da Conae, cuja esfera abranja da educação infantil à pós-graduação, estão questões relativas às desigualdades sociais na escola, onde deve ser fomentada uma cultura de respeito às diversidades de gênero, raça, etnia e orientação sexual, e às pessoas com necessidades especiais e altas habilidades, como a superdotação.

Atualmente, mais de 50 universidades públicas e privadas já implantaram alguma forma de ação afirmativa. Estas iniciativas são alternativas para minimizar os danos causados historicamente a alguns grupos: mulheres, negros e homossexuais, por exemplo. A partir da necessidade de garantir os direitos dessas pessoas surgem alguns movimentos sociais, que agem para que sejam implantadas políticas voltadas para esses grupos.

Esses movimentos buscarão fazer da Conae um meio para estabelecer parcerias e abrirem canais de diálogo efetivos para a



Conferência Nacional de Educação abre espaço de discussão sobre políticas públicas que promovam a inclusão social

consolidação de políticas públicas voltadas para a inclusão social e o exercício da cidadania, indo além da discussão sobre planos e diretrizes curriculares. Coletivos políticos como o movimento negro, o feminista, o LGBT, o indígena, o quilombola, o das pessoas com necessidades especiais problematizarão a questão na Conae.

“O eixo VI da Conae, que trata da diversidade, foi o mais discu-

tido nas conferências estaduais. A maioria das emendas apresentadas foram para esse eixo. Acredito que esse fato aconteceu devido à grande mobilização dos movimentos sociais e à preocupação deles de contemplar no texto as questões de financiamento, formação inicial e continuada dos profissionais da educação, gestão democrática da escola e dos sistemas de ensino”, diz Heleno Araújo Filho,



Heleno Araújo:
"Eixo VI foi o mais debatido"

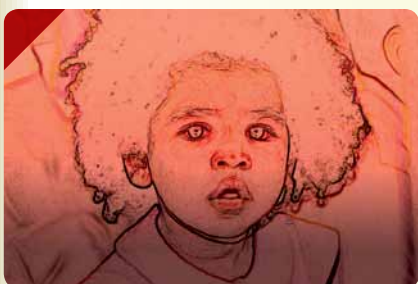
Secretário de Assuntos Educacionais da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE).

O documento-referência da Conae defende a necessidade da criação de linhas de pesquisa, nos cursos de pós-graduação brasileiros, voltadas ao estudo dessas questões e que elaborem material didático na perspectiva da diversidade. O documento-base que vai orientar a Conae incorpora as propostas feitas por diversos seguimentos sociais

nas conferências municipais, estaduais e regionais, ao longo de 2009 – foram mais de 5 mil propostas.

Coordenada pelo Secretário Executivo Adjunto Francisco das Chagas, a Comissão Organizadora Nacional da Conae é composta por representantes das secretarias do Ministério da Educação, da Câmara, do Senado, do Conselho Nacional de Educação e de entidades que atuam direta ou indiretamente na área da educação.

VEJA ALGUNS DOS TÓPICOS PARA DEBATE RELACIONADOS NO DOCUMENTO-REFERÊNCIA DA CONAE:



I. RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

» Desenvolver políticas e ações, especialmente na educação básica e superior, que contribuam para o enfrentamento do racismo institucional, esclarecendo sobre as leis que visam ao combate do assédio moral, sexual e demais atos de preconceito e desrespeito à dignidade humana.



II. EDUCAÇÃO ESPECIAL

» Incluir crianças, adolescentes e jovens com necessidades educacionais especiais no ensino regular;

» Implantar serviços de atendimento educacional especializado, por meio de recursos multifuncionais dentro de sala de aula, direcionados ao atendimento de alunos com necessidades especiais, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades – superdotação – nas escolas públicas, com a atuação de profissionais qualificados;

» Incluir a Língua Brasileira de Sinais (Libras) no currículo da educação básica e garantir políticas públicas para o ensino de Libras para os profissionais servidores;

» Fortalecer parcerias com órgãos governamentais e não-governamentais para promover acessibilidades arquitetônicas, serviços de saúde, assistência social, justiça e trabalho.



III. EDUCAÇÃO INDÍGENA

» Garantir a utilização da(s) língua(s) indígena(s) como língua(s) de construção e transmissão de conhecimentos, e não somente como mecanismo de tradução, nas escolas indígenas que assim o desejarem, sem a exclusão do ensino da língua portuguesa, possibilitando estratégias de manutenção, fortalecimento e ampliação do uso dessas línguas;

» Ampliar o programa específico para elaboração de material didático e paradidático em língua materna indígena, sob responsabilidade das secretarias estaduais de educação, em parceria com outros órgãos governamentais e da sociedade civil que desempenhem atividades junto às comunidades indígenas.



IV. GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL

» Inserir, no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), de maneira explícita, a orientação para análise de estereótipos de gênero e orientação sexual;

» Inserir os estudos de gênero e diversidade sexual no currículo das licenciaturas;

» Desenvolver e ampliar programas de formação inicial e continuada em sexualidade e diversidade, visando à superação de preconceitos, discriminação, violência sexista e homofóbica no ambiente escolar, e assegurar que a escola seja um espaço pedagógico livre e seguro para todos, garantindo a inclusão e a qualidade de vida.

Para pensar em gênero no cotidiano da sua escola

- » **Fernando**, 8 anos, não gosta de cor de rosa porque “isso é coisa de menina”.
- » **Alice**, 12 anos, adora jogar futebol, mas o professor de educação física não a deixa participar dos times da escola porque “futebol é coisa de menino”.
- » **Ana Lúcia**, professora de matemática, disse que nesses vários anos de docência chegou à conclusão de que “os meninos têm melhor desempenho na sua disciplina” e “as meninas são mais comportadas”.

As situações descritas acima são fictícias, mas não irreais. Possivelmente, situações semelhantes já aconteceram na sua escola. Elas refletem, de forma genérica, o modo como aprendemos (e ensinamos) que algumas coisas são permitidas apenas aos homens e outras apenas às mulheres.

Aprendemos (e ensinamos) que as mulheres são “naturalmente” mais dóceis e sensíveis e que os homens são mais corajosos e mais fortes. Aprendemos que o que é feminino pertence às mulheres e o que é masculino pertence aos homens. Mas, será que o feminino pertence apenas às mulheres e o masculino apenas aos homens? O que nos ensinou que futebol não é esporte para as meninas e que a cor rosa não combina com os meninos? Você já parou para pensar em porque a cor rosa é associada às meninas e o azul a meninos? É provável que muitos/as de nós nunca tenha se feito essa pergunta, simplesmente porque as diferenças entre homens e mulheres parecem ser “naturais”.

Outras questões poderiam ser pensadas a partir das situações que descrevemos no início desse texto. Contudo, o que queremos aqui é pensar sobre como essas questões se refletem no cotidiano das nossas escolas e de que modo podemos desconstruir (ou reforçar) esses estereótipos nas nossas práticas pedagógicas. Assim, pensemos nas cenas descritas acima:

- » o fato de Fernando acreditar que a cor rosa é “cor de menina” faz com ele perca diversas possibilidades no uso dessa cor (vestir-se, pintar, portar objetos etc.), cria também uma ideia errônea de que “o que é de menina” não pode ser usado por meninos e vice-versa. Ensina-se, de forma sutil, que homens e mulheres exercem papéis diferentes na sociedade, utilizam coisas diferentes, são diferentes;
- » quando o professor de educação física não permite que Alice participe dos jogos de futebol da escola porque “isso é coisa de menino”, ele está retirando dela a possibilidade de praticar uma atividade física que ela gosta e com a qual ela pode ter muito prazer. Ele está afirmando que, na nossa sociedade, mulheres e homens exercem papéis diferenciados. Alice poderá resistir e encontrar outras possibilidades para participar dos jogos de futebol na escola ou em outros lugares. Mas, essa resistência poderá gerar dois fatos: a) ensiná-la que, como mulher, ela tem limites



Jeane Félix

Pedagoga, doutoranda em educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul



Rosilea Maria Roldi Wille

Coordenadora-geral de Direitos Humanos da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - SECAD/MEC

De acordo com a Sinopse 2003, realizada pelo Inep/MEC, quanto à Segregação de Gênero nas Disciplinas e Carreiras – Nível Superior, nos cursos de Engenharia, Produção e Construção, apenas 27% são mulheres, enquanto nos cursos na área de educação esse percentual sobe para 76%.

Gênero é o conceito que se refere à construção social da masculinidade e da feminilidade e aos modos pelos quais aprendemos (e ensinamos), na nossa cultura e ao longo da vida, a ser homem e mulher, masculino e feminino.

e terá que disputar a ocupação de lugares “masculinos”; b) levá-la a se conformar com o fato de que, como menina, terá que escolher um esporte “feminino”. Será que isso seria bom?

- » o que estaria nas entrelinhas da fala de Ana Lúcia quando diz que “os meninos têm melhor desempenho na sua disciplina” e “as meninas são mais comportadas”? O que essa fala pode ensinar aos alunos/as de Ana Lúcia? Será essa fala repetida inúmeras vezes pelas salas de aulas do país contribui de alguma forma para que apenas cerca de 30% das mulheres sigam as carreiras tecnológicas?

Mais do que tentar responder a essas questões, parece-nos pertinente pensar sobre o que elas podem ensinar e os efeitos que têm para a educação dos nossos alunos e alunas. É fundamental refletir sobre como nossas práticas docentes e pedagógicas podem reforçar ou desconstruir estigmas, preconceitos e estereótipos que situações como essas trazem.

A escola é o espaço mais legítimo de ensino e aprendizagens na nossa cultura. É na escola que passamos a maior parte do nosso tempo depois da família. Na escola estruturamos muito do que somos. Por isso, a escola deve ser um local onde se ensina, se aprende e se vivencia direitos humanos, em especial no reconhecimento da alteridade, ressaltando que as diferenças que nos consti-

tuem como sujeitos e nos enriquecem como sociedade não podem ser transformadas em desigualdades.

As cenas que citamos são marcadas por estereótipos de gênero, isto é, por situações que mostram uma evidente dicotomia entre homens e mulheres, onde o que “é de menino” e “é masculino” não pode ser “de menina”, “feminino”. Nas escolas, muitas situações demarcam cotidianamente essas perspectivas. É preciso romper com isso e trabalhar com a pluralidade, a diversidade e as múltiplas possibilidades de ser homem e ser mulher. É importante mostrar aos alunos/as que, embora existam diferenças biológicas entre homens e mulheres, homens e homens, mulheres e mulheres, elas não podem - em razão de sexo ou gênero - se constituir em desigualdades. Para isso, é preciso incluir nos currículos escolares, nos livros didáticos e na formação dos profissionais da educação conteúdos que abordem temas gênero e sexualidade. É necessário ensinar aos Fernandos que usar rosa não

os tornará menos meninos; às Alices que futebol, voleibol, balé ou qualquer outra atividade física é também para elas; à Ana Lúcia que há meninas tão boas em matemática quanto meninos comportados e que isso apenas os/as faz diferentes.

Há, em todo o País, várias experiências de escolas que trabalham com os temas de direitos humanos, entre eles as relações de gênero, identidade de gênero e orientação sexual. O Ministério da Educação tem desenvolvido atividades no intuito de fortalecer o debate sobre esses temas nas escolas (ver quadro com alguns exemplos). O fundamental é assumir o desafio de abordar estes temas nas nossas práticas educativas. Essas questões podem ser trabalhadas em qualquer disciplina, por qualquer professor ou professora. Trabalhar no campo dos direitos humanos, do respeito e valorização das diferenças é abrir as possibilidades para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária para todos/as os/as brasileiros/as.

ALGUMAS AÇÕES DA SECAD/ MEC

- » Pesquisa Nacional de Diversidade na Escola
- » Pesquisa Caleidoscópio dos Estudos sobre Violência nas Escolas no Brasil: 1980 -2009
- » Apoio a projetos de formação de profissionais da educação e elaboração de materiais didáticos e projetos de intervenção para gênero e diversidade sexual
- » Curso Gênero e Diversidade na Escola – GDE
- » Curso de Gestão em Políticas Públicas em Gênero e Raça
- » Projeto “Escola sem Homofobia”

Para saber mais:

ALENCAR, V. e CARVALHO, M.E.P. Por uma Educação Escolar Não-Sexista (Cartilha Ilustrada). João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. Gênero e Diversidade Sexual na Escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos. Caderno Temático. Brasília, 2007.

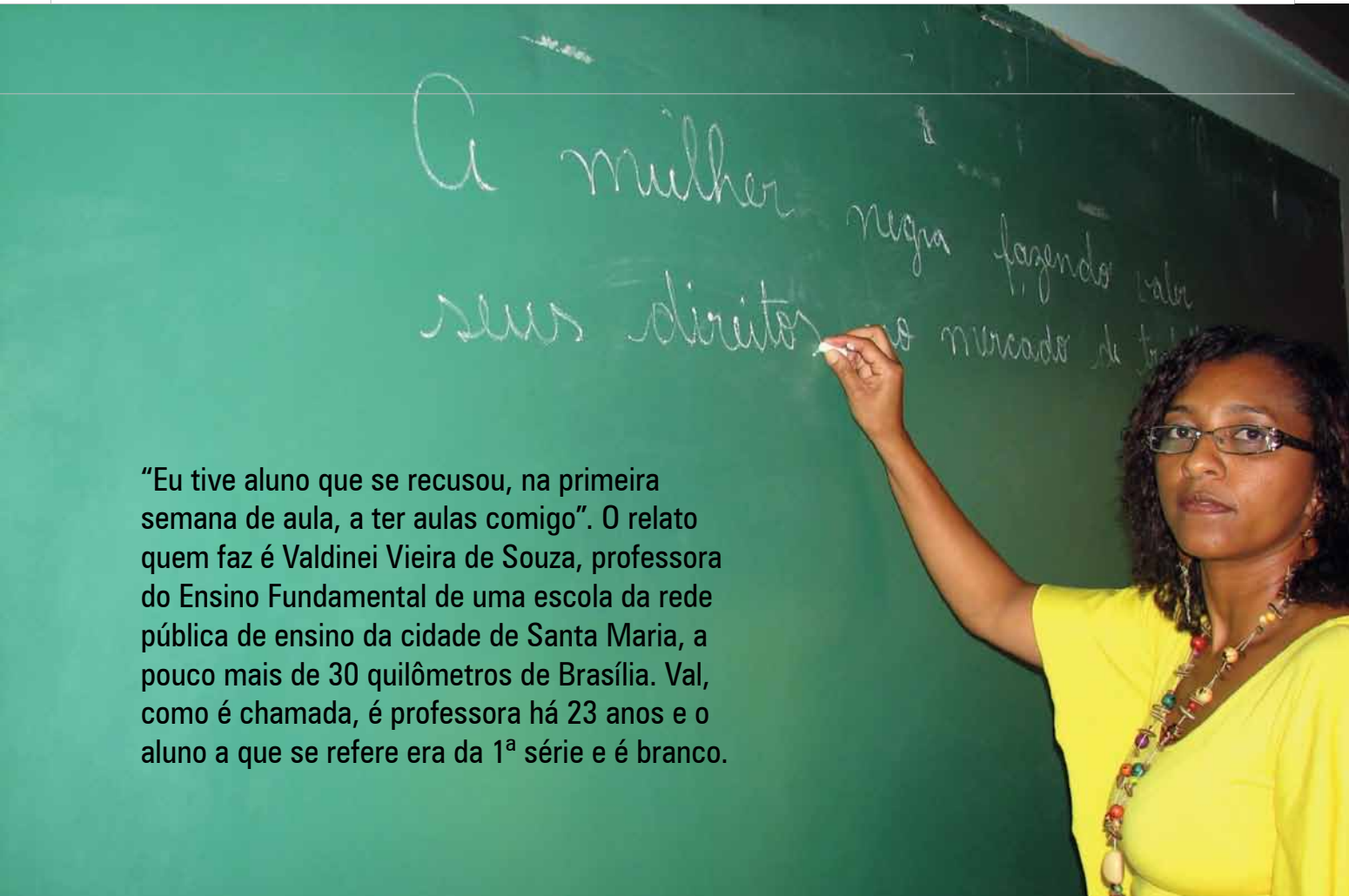
BRASIL. Ministério da Saúde. Saúde e prevenção nas escolas: guia para a formação de profissionais de saúde e de educação. Brasília, 2006.

LOURO, G.L. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MEYER, D. Gênero e educação: teoria e política. In: LOURO, G.L.; FELIPE, J. e GOELLNER, S. Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

Brasil em preto e branco

Texto: Katia Maia



“Eu tive aluno que se recusou, na primeira semana de aula, a ter aulas comigo”. O relato quem faz é Valdinei Vieira de Souza, professora do Ensino Fundamental de uma escola da rede pública de ensino da cidade de Santa Maria, a pouco mais de 30 quilômetros de Brasília. Val, como é chamada, é professora há 23 anos e o aluno a que se refere era da 1ª série e é branco.

O Brasil avançou muito no debate e nas ações afirmativas para combater o preconceito e a discriminação racial, mas os números, as atitudes e os fatos revelam que “ainda há muito a se avançar”, como constata a professora Val. Ela própria desenvolve em sua escola uma série de atividades para contribuir para a redução do preconceito racial.

Em 2009, promoveu, durante a semana em que se comemora o Dia da Consciência Negra (20 de

novembro), um grande evento envolvendo os alunos e o debate racial. “Fizemos um grande desfile com a participação das mães negras e foi muito interessante que chegou um momento em que as mães brancas queriam participar e me disseram: se estamos falando de igualdade, por que só a beleza negra participa?”, recorda-se.

A verdade é que o preconceito racial, em maior ou menor intensidade, ainda é uma constante entre homens e mulheres negras no Brasil. Se não pelo cotidiano de

milhares de afro-descendentes, os números revelam que o país precisa eliminar essa mancha que se arrasta desde o início da colonização, quando os primeiros africanos foram trazidos como escravos para as terras brasileiras.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em sua Pesquisa Mensal de Emprego (PME), as seis maiores Regiões Metropolitanas (RMs) brasileiras, em conjunto, possuíam, em setembro de 2009, uma População Economicamente Ativa (PEA)



Basília Rodrigues: “Ter negros em postos de destaque não deveria ser encarado com exceção”

de cerca de 23,3 milhões de pessoas. Dessas, 54,3%, eram de cor ou raça branca e, 44,8%, de cor ou raça preta e parda.

“Portanto, é importante observar que do ponto de vista da composição de cor ou raça, a PME não acompanha os dados nacionais, quando de acordo com a PNAD 2008, os brancos (48,4%) apresentavam peso relativo no seio da população residente inferior aos pretos e pardos (50,6%)”. A Avaliação é do Laboratório de Análises Estatísticas Econômicas e Sociais das Relações Raciais (Laeser) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

A disparidade entre brancos e negros no mercado de trabalho, em número de empregados e oportunidades se agrava quando o olhar fica mais acurado e se volta

para as diferenças de gênero. E sob esse ponto de vista os dados revelam que “quando os indicadores são lidos pelos grupos de sexo, observa-se que no conjunto das seis maiores RMs os homens brancos correspondiam a 28,8%; as mulheres brancas, a 25,6%; os homens pretos e pardos, a 24,5%, e as mulheres pretas e pardas, a 20,3%”, diz o relatório Tempo em Curso do Laeser.

Domésticas – Segundo Marcelo Paixão, pesquisador do Laeser, “a pior situação” de gênero e raça acontece no mercado de trabalho. “Onde a discriminação se agrava”, avalia. Ele destaca que, “uma em cada cinco mulheres negras empregadas é doméstica e a maioria sem garantias”. Estatísticas revelam que as mulheres pretas e pardas formavam a maioria absoluta

na modalidade de empregadas domésticas, seja com carteira assinada (59,2%), seja sem carteira assinada (58,3%).

Ele acrescenta que a realidade pode ser ainda pior se levarmos em conta que “a taxa de desemprego das mulheres negras é mais do que o dobro da dos brancos: 12% contra 5%, e a diferença salarial de mulheres negras é de 160%”, lamenta.

“A gente sabe que a mulher negra tem um salário menor e, até mesmo quando ocupa um cargo um pouco melhor, a diferença ainda permanece”, constata a professora Val. Ela conta que, no seu caso, funcionária pública, essa disparidade não acontece e a situação entre profissionais brancas e negras tende a não existir. Mas, ela se recorda bem de quando entrou no mercado

de trabalho e teve seu primeiro emprego numa escola particular. “Eu tinha 18 anos e lembro da discriminação que sofri”, diz.

Mídia – Basília Rodrigues, 21 anos, jornalista, repórter da rádio CBN Brasília, está no começo da sua vida profissional e conhece bem de perto o peso do preconceito. Na avaliação dela, o dia a dia gera situações de preconceito, que “mesmo que implicitamente, acabam aparecendo”.

Segundo Basília, ainda há uma longa estrada a se percorrer para que “o preconceito racial seja realmente superado no Brasil”, mas, na sua avaliação, há muitas outras medidas sendo tomadas que ajudam a minimizar o racismo no País.

“A própria mídia tem tido um papel importante nesse trabalho. Quando a gente passa a ver atrizes e atores negros protagonizando papéis em novelas, seriados etc., a gente percebe que está havendo uma mudança de postura”, acredita.

Pela primeira vez, uma novela de horário nobre da principal emissora do País traz como protagonista uma atriz negra – Taís Araujo. Basília pontua, porém, que “ter negros em postos de destaque não deveria ser encarado como algo diferente ou uma exceção”.

A mulher negra, completa Marcelo Paixão, “deixou de ser a empregada, a escrava. Isso é que é a novidade. Taís, Camila Pitanga, Lázaro Ramos, são exemplos que hoje têm destaque por protagonizarem essa mudança. É positivo que a sociedade consiga se ver nelas”, analisa.

Mas, contrapõe o pesquisador: “venhamos e contemos que os problemas sociais continuam existindo”. Essa é uma verdade que ainda levará anos para ser superada. Estudos revelam que a escolaridade entre brancos e negros também é um item que coloca os afro-descendentes em desvantagem.

Educação – Marcelo Paixão destaca que existe, hoje, uma diferença de escolaridade em termos de média de anos de estudos entre brancos e negros. “É verdade que já ocorreu certa redução, caindo de dois anos para 1,7 ano de estudos. Mas, essa diferença, considerando o ritmo de queda da desigualdade, demandaria 17 anos para que o nível se iguale entre as raças”, diz.

A política de cotas tem sido um instrumento que o governo federal encontrou para mitigar os efeitos

danosos que a colonização produziu sobre a trajetória de ascensão dos negros no Brasil.

Marcelo Paixão destaca que “por definição, o sistema de cotas vai ajudar”. Ele explica que se existe um grupo com maior situação de discriminação, “é claro que o programa ajuda”. Mas, pontua: “essas medidas são muito recentes”. A primeira universidade a adotar o sistema de cotas para afro-descendentes foi a UERJ, ainda nos anos noventa. Há pouco mais de 15 anos. Ele lembra que o Programa Universidade para Todos (Prouni) é outra “ação afirmativa, embora ainda muito recente”.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) defende o sistema de cotas. Segundo o presidente da entidade, Roberto Leão, trata-se de a reparação de uma dívida histórica com grande parcela da sociedade desassistida. “Muita gente critica o sistema de cotas, mas se considerarmos que durante 400 anos todas as oportunidades, empregos, benefícios e serviços sociais foram orientados para a população branca, e se considerarmos ainda que 95% dos negros são pobres e muitas vezes são obrigados a abandonar a escola para trabalhar, veremos que o sistema de cotas é justo e inicia o resgate do que é devido aos negros pelo séculos de escravidão a que foram submetidos”, diz. Leão avalia, também, que é preciso valorizar a mulher negra em todos os postos de trabalho, principalmente na educação porque elas podem ajudar na conscientização contra o preconceito.

Para a professora Val, tudo é uma questão de tempo e “na medida em que as pessoas forem convivendo com médicas, advogadas, arquitetas, profissionais negras em todas as categorias de trabalho e emprego – da mais alta à mais básica – aí, sim, o mundo vai perceber que não há por que haver diferença”, conclui.



Roberto Leão:
educadoras negras têm
papel importante na
conscientização

Política e trabalho: desafios de sexo e cor

Olivia Santana

Pedagoga e Vereadora— Presidente da Comissão de Educação da Câmara Municipal de Salvador. É militante da União de Negros pela Igualdade (Unegro)



O Estado brasileiro foi forjado em uma cultura patriarcal e racialmente discriminatória. Quer seja na política ou no mundo do trabalho, as desigualdades de gênero e de raça se impõem como uma tradução de processos estruturais de exclusão. Quando aboliu o trabalho escravo em 1888, perdeu-se a oportunidade de dar passos mais significativos em favor da sua emancipação. Não houve a definição de uma política de inserção dos ex-escravos no mundo do trabalho livre, investimento em educação e formação de mão de obra, indenização pecuniária e divisão da terra. A abolição manteve milhões de pessoas concedendo sua força de trabalho em troca de casa e comida ou de míseros tostões. As mulheres negras foram à luta pela sobrevivência fazendo o que já faziam nas casas dos antigos senhores. Ocupações como: ama seca, ama de leite, cozinheira, lavadeira foram atualizadas sob o título de emprego doméstico. Até hoje encontramos empregadas domésticas trabalhando em condições análogas à escravidão, sem jornada de trabalho definida na legislação, salário adequado e sem carteira assinada. Das 6,7 milhões de pessoas que estão no emprego doméstico a

maioria (cerca de 4,9 milhões) não goza dos direitos já conquistados (PNAD, 2001). As ganhadeiras conhecidas na época colonial como mercandijas, tornaram-se as feirantes e ambulantes de hoje e os milhões que compõem o trabalho informal.

Temos um mercado de trabalho ainda muito desvantajoso para negros e mulheres. Uma pesquisa realizada pelo Dieese – *Mulher Negra: dupla discriminação nos mercados de trabalho metropolitano* –, em 2003, revela as assimetrias de sexo e cor que desenham o mundo do trabalho. Ao analisar as regiões metropolitanas de Belo Horizonte, São Paulo, Porto Alegre, Recife, Salvador e o Distrito Federal concluiu-se que os ganhos das negras eram em média 60% menores que os dos homens não-negros. Em Salvador, maior cidade negra brasileira, as disparidades chegaram a 69%. Na capital baiana o rendimento médio dos ocupados era de R\$1.405,00 para homens brancos, R\$ 933, 00 para mulheres brancas, R\$668 para homens negros e 435,00 para mulheres negras (Dieese, 2003).

Mesmo no setor público, onde os critérios de seleção são mais democráticos, o histórico desigual de oportunidades de formação entre

negros e não negros, reduz as chances dos primeiros. Analisando os dados do gráfico, constatamos que no Distrito Federal as taxas de ocupação dos postos públicos foram de 22,9% para as mulheres negras e 32,4%, para as não negras, ou seja, a diferença chega a quase 10%. As cidades de Salvador e Recife também se destacam com diferenças de 7,2% e 6,5%, respectivamente.

Tais desigualdades só podem ser enfrentadas e superadas por meio da organização das mulheres e homens negros, ativando a luta política. Ao longo da história as mulheres negras assumiram as mais variadas formas de resistência, participando de revoltas, organizando quilombos e adotando até o suicídio como ato de renúncia à vida para não viverem submetidas ao tenebroso regime da escravidão. Muitas delas mantidas no anonimato, pela historiografia oficial, fizeram o cotidiano da reação ao regime de exploração de classes marcado pela cor.

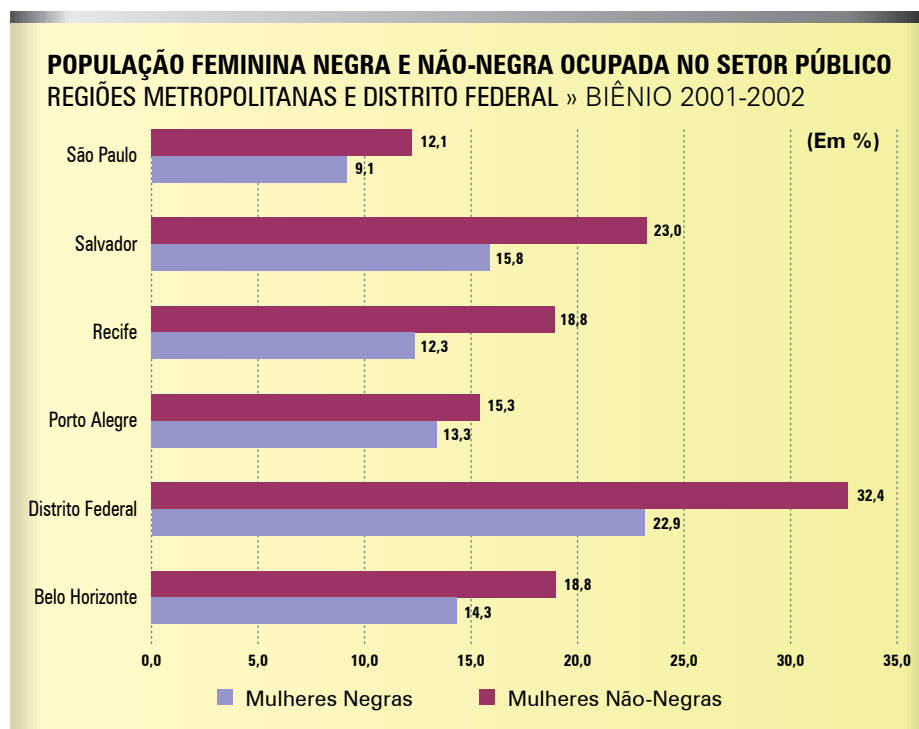
A República, em 1889, sepultou o Império, mas se fez sob a liderança dos militares e foi apropriada pelos coronéis, que mantiveram o povo afastado dos processos de formação política e dos centros de decisão. O direito ao voto, ainda que restrito às mulheres casadas e às

solteiras e viúvas que tivessem renda própria, foi uma importante conquista, em 1932. Em 1934 o Código foi alterado derrubando as restrições aqui citadas. Mas com a ditadura do Estado Novo de 1937, nem as mulheres e nem o povo puderam exercer o sufrágio (Ferreira, 2004).

Somente em 1945, o voto feminino passou a ser obrigatório. Mas até aqui os analfabetos continuavam excluídos, pois a Lei Saraiwa de 1881, que os proibia de votar, havia sido mantida. Se a maioria dos iletrados, dos pobres e dos arranjos familiares não formalizados pelo casamento era negra, podemos afirmar que a cidadania das mulheres negras foi sempre garroteada por critérios de exclusão.

A forte cultura do voto de cabresto e do curral eleitoral dominou grande parte da vida política nacional e subtraiu o sentido de cidadania, essencial em uma República democrática. Há 25 anos conquistamos com luta, suor e sangue, a redemocratização do Brasil, retirando o país do obscurantismo imposto pela ditadura militar, que apagou as luzes da razão e da liberdade no período de 1964 a 1986.

A Constituição de 1988 trouxe o voto universal, incorporando as mulheres e os analfabetos. Consolidamos o regime democrático, conquistamos eleições livres, vivenciamos processos de grandes disputas entre forças políticas conservadoras e forças avançadas que levaram à eleição de um operário para a presidência da República: Luiz Inácio Lula da Silva. Mas ainda é inexpressiva a ocupação de espaços de poder político por mulheres,



especialmente por negras. Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário são estruturas que retratam uma hegemonia masculina e branca.

Se em geral as mulheres são minorias nas casas Legislativas e nos Executivos, as negras são ainda mais invisíveis. Há um forte paradigma de negação da imagem dessas mulheres como sujeito político capazes de exercerem poder sobre os demais membros da sociedade.

Há que se realizar políticas específicas que permitam às mulheres exercerem a vida pública, sem o preço da dupla e tripla jornadas.

Mecanismos como o financiamento público de campanha, em contraposição ao atual modelo de contribuições de fontes privadas, seriam essenciais para que as mulheres negras pudessem ser candidatas com melhores chances de se viabilizarem nas urnas.

Referências

SOARES, Cecília Moreira – “As Ganhadeiras, mulher e resistência negra em Salvador” Revista Afro-Ásia, Salvador, edufba, 1996, p.59.

SCHUMACHER, Schuma e BRASIL Érico Vital. Mulheres Negras do Brasil, Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2007, p. 94-95.

DIEESE. Mulher Negra: dupla discriminação nos mercados de trabalho metropolitanos. Edição Especial. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos, nov., 2003, p.38.

HEILBORN, Maria Luiza. “Gênero e Condição Feminina: uma abordagem antropológica”. Revista Mulher e Políticas Públicas, Rio de Janeiro: IBAM/UNICEF, Rio de Janeiro, 1991, p.34.

FERREIRA, Mary. “Do Voto Feminino a Lei das Cotas: a difícil inserção das Mulheres na democracia representativa”, Revista Espaço Acadêmico, nº 37, jun., 2004. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br>>. Acesso em 4 de fevereiro de 2009,03:00.

FAORO, Raymundo. A República Inacabada, Ed. Globo, São Paulo, 2007.



Infância interrompida

Texto: Marcionila Teixeira

Fotos: Otávio de Souza

Economicamente e socialmente vulneráveis, meninas são drogadas, prostituídas e vendidas como mercadorias. Impunidade colocou o Brasil na rota do tráfico de pessoas

O corpo de Rosa* é escultural. Aos 16 anos, chama naturalmente a atenção dos homens. No bairro onde mora, na periferia de Olinda, em Pernambuco, a beleza de Rosa atraiu a cobiça de uma rede de exploração sexual. A adolescente sai com homens em troca de dinheiro. De uma das relações, nasceu um filho.

A história da garota bonita que virou alvo de adultos inescrupulosos se repete principalmente

nos bolsões de pobreza do Nordeste e pode acabar muito pior em países onde atuam quadrilhas de traficantes de pessoas. São apenas meninas, por isso não podem mostrar a face, assumir suas verdadeiras identidades. Ainda não alcançaram a maturidade para saber o que fazem com o próprio corpo, com a própria vida. Mas essa é uma longa história, que nem todo mundo compreende ou não deseja compreender ainda. É a triste saga de

milhares de meninas com a infância interrompida.

Mas o que leva garotas a se arriscarem nesse submundo e adultos a “comprarem” sexo com meninas? Para Eleonora Pereira, da Casa de Passagem, ONG do Recife, em Pernambuco, que atua junto a crianças e adolescentes em situação de exploração sexual ou em risco, esse crime ainda se propaga livremente no Nordeste também por questões culturais. “Diferentemente

de outras formas de abuso sexual, que já são mais combatidas pela sociedade, a exploração sexual é mais aceita no Nordeste onde culturalmente há o machismo, onde a menina é vista como objeto de desejo. Ao mesmo tempo, a garota vai crescendo e achando que já pode fazer sexo. Por isso acredita-se que ela não é vítima e sim culpada de sua situação”, destaca. Eleonora Pereira ressalta a necessidade de uma reflexão sobre a venda do corpo e suas consequências físicas, psicológicas e econômicas para as crianças e adolescentes envolvidos.

Na Casa de Passagem, onde Rosa e outras meninas são atendidas, o roteiro da vida delas é semelhante. Em geral, são garotas com famílias desestruturadas, usuárias de álcool e outras drogas, que foram abusadas sexualmente dentro de casa ou no bairro onde moram e fazem parte de uma camada da população mais vulnerável economicamente. “Quando há envolvimento de meninas em melhores

condições financeiras na exploração sexual, percebemos que desejam manter o alto padrão de vida”, reflete Eleonora.

Tráfico humano – Essa última, no entanto, não é a regra geral do “jogo”. O coordenador do Grupo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas da Secretaria Nacional de Justiça, Ricardo Lins, também entende que a vulnerabilidade social das mulheres é o impulso maior para a entrada no mundo da exploração e do tráfico para fins de exploração sexual. “Muitos acreditam que os traficados são culpados porque se vendem. Mas é preciso perceber que essas pessoas são estimuladas pela situação de pobreza em que vivem”, defende.

A Organização das Nações Unidas (ONU) aponta que o tráfico de seres humanos é o terceiro crime mais rentável do mundo. Perde apenas para o tráfico de drogas e de armas. As mulheres são atraídas com promessas de casamento e de melhores oportunidades de vida,

mas acabam nas mãos de aliciadores em cativeiros na Ásia e na Europa, onde são forçadas a se prostituírem. Na maioria das vezes, são aliciadas nas comunidades onde vivem. Segundo Ricardo Lins, 60% das rotas de tráfico que utilizam o Brasil como ponto de origem ou de passagem cruzam estados do Norte e do Nordeste. “Isso acontece principalmente em Fortaleza, no Recife, em Natal e em Salvador. Muitos criminosos preferem ser traficantes de pessoas a ser traficantes de drogas. É muito mais fácil de ficar impune”, diz Lins.

Pacto Nacional – Lançado em agosto de 2007, o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres reúne um conjunto de ações a serem executadas entre 2008 e 2011 para prevenir e enfrentar todas as formas de violência contra elas. Entre os eixos prioritários da política pública está o combate à exploração sexual de meninas e adolescentes e ao tráfico de mulheres.



Eleonora Pereira, do Centro Brasileiro da criança e adolescente - Casa de Passagem

METAS DO PACTO NACIONAL ATÉ 2011

- » Ampliação dos serviços de atendimento à mulher em situação de violência
- » Capacitação dos agentes de centros de referência de assistência social (Cras) e centros especializados de Assistência Social (Creas)
- » Ampliação dos investimentos na central de atendimento à mulher, Ligue 180
- » Capacitação de profissionais nas áreas de educação, assistência social, segurança, saúde e justiça
- » Construção e reforma de estabelecimentos prisionais femininos
- » Desenvolvimento de projetos inovadores que contemplem a geração de renda para as mulheres em situação de prisão, prevenção da violência contra as mulheres por meio de iniciativas nas áreas de educação e cultura, e o enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes
- » Inclusão do tema violência contra mulheres nas atividades dos pontos de cultura
- » Implementação do projeto para levar informações sobre o tema violência contra as mulheres aos caminhoneiros
- » Incentivo à inserção de disciplina sobre a violência contra as mulheres nos cursos de pós-graduação e desenvolvimento de pesquisas sobre o tema
- » Implementação do projeto Mulheres da Paz, no âmbito do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci)

LEIS QUE GARANTEM OS DIREITOS DAS MULHERES

» Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006

(Maria da Penha)

» Lei nº 11.106, de 28 de março de 2005

(discriminação de gênero)

» Lei nº 10.886, de 17 de junho de 2004

(tipifica a violência doméstica)

» Lei nº 10.778, de 24 de setembro de 2003

(notificação compulsória pelos serviços de saúde)

» Lei nº 10.714, de 13 de agosto de 2003

(telefone para denúncias de violência)

» Lei nº 10.455, de 13 de maio de 2002

(afastamento do agressor)

» Lei nº 10.224, de 15 de maio de 2001

(assédio sexual no trabalho)

» Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995

(juizado especial criminal)

» Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989

(racismo)

Fonte: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres

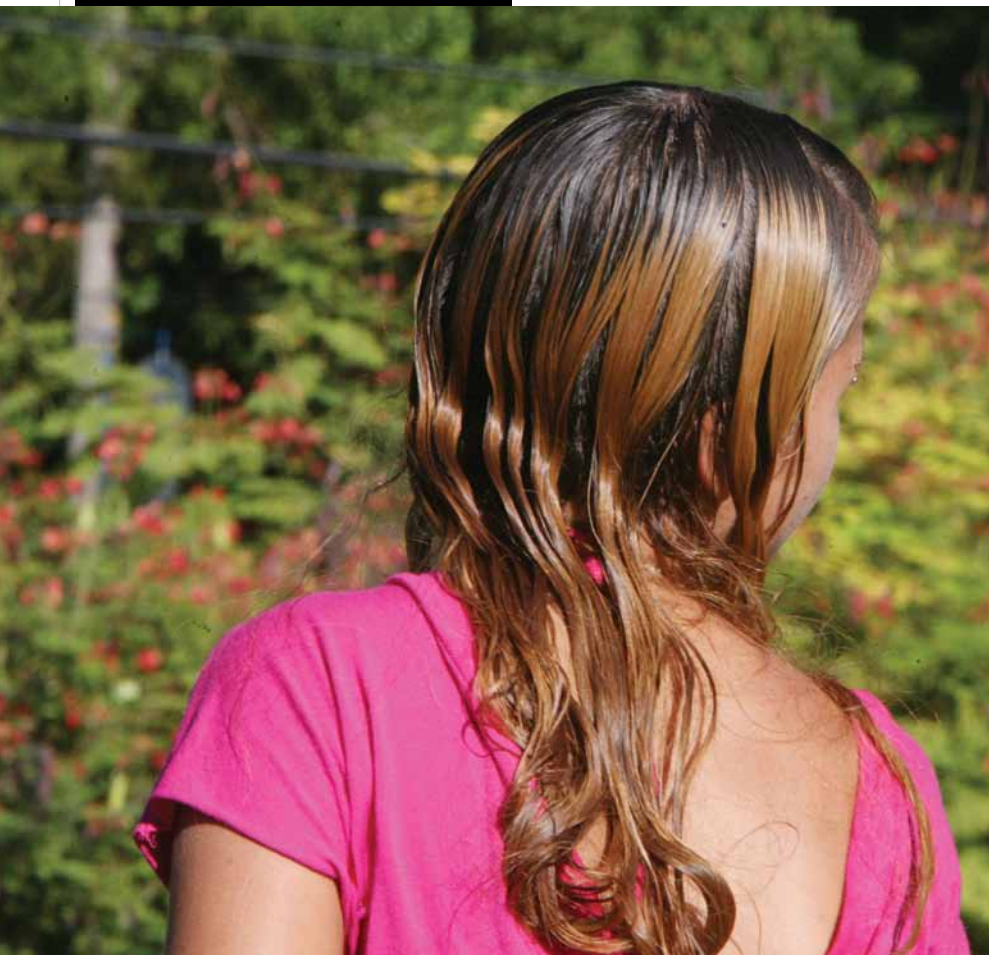
Na opinião da subsecretária nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, Aparecida Gonçalves, o pacto tem registrado avanços, mas ainda precisa ser aperfeiçoado. “No Nordeste, por exemplo, conseguimos que ele fosse assinado por todos os governadores. A grande vantagem da assinatura do pacto é fazer com que os governos institucionalizem as políticas de combate à violência contra a mulher, levando a discussão a várias áreas da gestão”, destaca.

A grande batalha de Aparecida Gonçalves, no entanto, é garantir a liberação de recursos para o combate à violência contra a mulher mesmo para os estados que estão com pendências nas

prestações de conta. “Em se tratando desse tema, defendo uma legislação que garanta esse repasse mesmo em caso de estados inadimplentes. É uma questão de saúde, de segurança e de violência. No Nordeste, a terra de Lampião, do cabra macho, onde o machismo ainda está impregnado na cultura, a situação é urgente”, analisa.

Segundo a subsecretária nacional, Pernambuco é um bom exemplo na região de aplicação do pacto. “Naquele estado, ainda são assassinadas muitas mulheres, mas é preciso observar que o governo estadual notifica bem essas mortes, ao contrário de outros estados. Além disso, desenvolvem desde 2006 uma campanha no carnaval que combate todo tipo de violência contra a mulher, inclusive a exploração e o tráfico delas para outros Países”, destaca. Aparecida Gonçalves afirma que o pacto não encerrará a violência contra a mulher no País, mas é otimista. “Queremos que ele seja permanente e cada vez mais aperfeiçoado, ganhando outras forças”.

* Rosa é um nome fictício



Crack x exploração sexual

Uma pesquisa da ONG Centro de Prevenção às Dependências revelou que a exploração sexual de jovens para fins comerciais na Região Metropolitana do Recife, em Pernambuco, ganhou novo contorno. Os dados apontam que o uso do crack entre as pessoas que fazem programas no Recife ultrapassou o de maconha e já é a droga ilícita mais consumida por eles. O estudo foi realizado ao longo de um ano no Recife, em Olinda e no Cabo de Santo Agostinho junto a 142 jovens (de 10 a 24 anos), sendo 97 meninas e 45 meninos (todos travestis). A pesquisa, encomendada pelo Ministério do Turismo, servirá para embasar políticas públicas junto a esses jovens.

Segundo Denise Maia, da ONG, se antes as meninas e meninos usavam a droga para atuarem em programas, agora já são registrados casos de jovens que fazem o caminho inverso: topam saídas em troca de dinheiro para bancarem o consumo de crack.

Nos três municípios visitados, o álcool ainda é a droga lícita mais usada. No Recife, 80% dos entrevistados disseram usar álcool, 71%, tabaco e 38,5%, maconha. Mas 41,2% já estão dependentes do crack. Em Olinda, o uso de crack (32,2%) já se aproxima do uso de tabaco (41,9%). No Cabo, o uso de crack ainda é tímido, com um registro de 26,9% de jovens consumindo a droga. “Os serviços de saúde, de assistência e de segurança muitas vezes não protegem esse

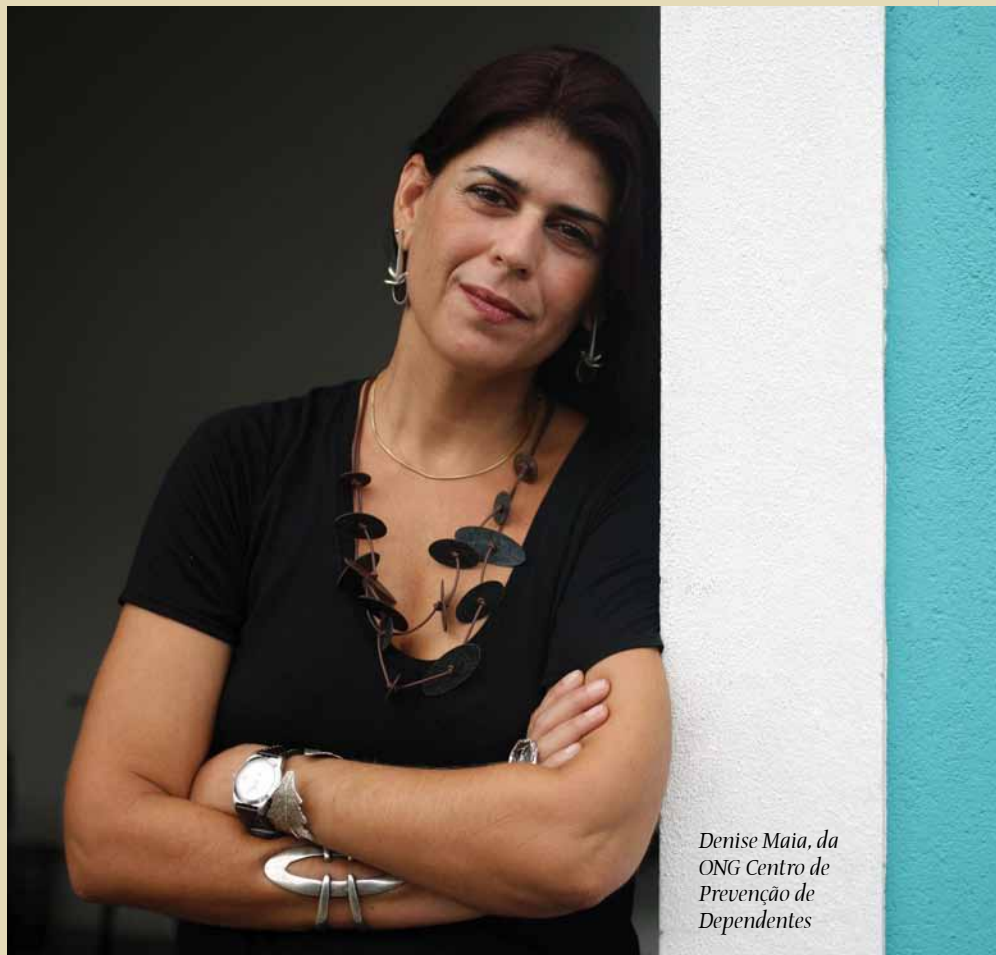
jovem, que não tem conhecimento da realidade deles”, destacou Denise Maia.

Iniciação precoce – A pesquisa apontou também que, do total de entrevistados, 25% afirmaram ter tido a primeira experiência sexual com menos de 10 anos; 15% disseram ter tido a primeira relação sexual com menos de 10 anos e 5% afirmaram ter iniciado a vida na exploração sexual com menos de 10 anos.

A pesquisa revelou também que muitas se consideram insatisfeitas com a própria vida e até revelam o desejo de viajar. Muitas

apenas para acompanhar o turista ou mesmo para morar com ele. Quanto à preferência por clientes, 65% disseram que gostam mais de sair com estrangeiros porque pagam mais (41%) e porque tratam melhor (28%).

“As campanhas de sensibilização são importantes, além da divulgação do serviço de denúncia Disque 100, que recebe ligações de todo o país que contenham informações sobre exploração de crianças e adolescentes”, destacou Elizabeth Bahia, coordenadora de Turismo Sustentável e Infância do Ministério do Turismo.



Denise Maia, da ONG Centro de Prevenção de Dependentes

Laço Branco – envolvendo homens pelo fim da violência contra as mulheres

Texto: Ricardo Castro, Benedito Medrado e Hemerson Moura
Educadores do Instituto PAPAÍ e da Rede de Homens pela Equidade de Gênero (RHEG)



Parade of the ONG Instituto PAPAÍ
for the end of violence against women

No dia 6 de dezembro de 1989, um rapaz de 25 anos, chamado Marc Lépine, invadiu uma sala de aula no prédio da Escola Politécnica da Universidade de Montreal carregando um rifle semiautomático. Ele ordenou que os homens (aproximadamente 48) se retirassem da sala, permanecendo apenas as mulheres, gritando: “Vocês são todas feministas!”, esse homem começou a atirar enfurecida-

mente e assassinou 14 mulheres, à queima roupa, e deixou 13 pessoas feridas (9 mulheres e 4 homens). Em seguida, suicidou-se. O rapaz deixou uma carta na qual afirmava que havia feito aquilo porque não suportava a ideia de ver mulheres estudando Engenharia, um curso tradicionalmente dirigido ao público masculino.

Essas 14 mulheres tornaram-se, tragicamente, símbolos da injustiça contra as mulheres. O cri-

me mobilizou a opinião pública, gerando amplo debate sobre as desigualdades entre homens e mulheres e a violência gerada por esse desequilíbrio social. Grupos de mulheres no Canadá organizaram vigílias, marchas e memoriais. Houve aumento significativo no apoio a programas educativos e recursos para redução da violência contra as mulheres. Tanto o governo federal quanto governos locais fizeram compromissos nesse sen-

tido. Em 1991, o governo canadense proclamou o dia 6 de dezembro como o Dia Nacional para Memória e Ação contra a Violência contra as Mulheres. Desde então, diversas atividades e iniciativas foram realizadas para alertar a população e os governantes sobre essa questão.

Os homens se mobilizam

Um grupo de homens do Canadá se organizou para dizer que existem homens que cometem a violência contra a mulher, mas também há aqueles que repudiam essa atitude. Eles elegeram o laço branco como símbolo e adotaram como lema: jamais cometer um ato violento contra as mulheres e não fechar os olhos frente a essa violência.

Lançaram, assim, a primeira **Campanha do Laço Branco** (*White Ribbon Campaign*): homens pelo fim da violência contra a mulher. Durante o primeiro ano da campanha, foram distribuídos cerca de 100.000 laços entre os homens canadenses, entre os dias 25 de novembro e 6 de dezembro, semana que concentra um conjunto de ações e manifestações públicas em favor dos direitos das mulheres e pelo fim da violência. O dia 25 de novembro foi proclamado pelo Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (Unifem), órgão das Nações Unidas, como Dia Internacional de Erradicação da Violência contra a Mulher. O dia 6 de dezembro foi escolhido para que a morte daquelas mulheres (e o machismo que a gerou) não fosse esquecida.

Trabalhando junto a diversos órgãos das Nações Unidas, particularmente o Unifem, e em parceria com organizações de mulheres, essa campanha foi implementada ao longo das duas últimas décadas nos cinco continentes, em diversos Países, entre os quais Japão Alemanha, África do Sul, Israel Austrália e Estados Unidos.

A Campanha do Laço Branco no Brasil

Um dos principais objetivos do Instituto PAPAI e das demais organizações que compõem a Rede de Homens pela Equidade de Gênero é trabalhar a ideia de que os homens não são “naturalmente violentos”, que a violência é aprendida e que os homens podem adotar posturas diferentes com suas parceiras.

Por isso, desde 1999 a Campanha do Laço Branco no Brasil, promove em parceria com organizações do Movimento de Mulheres, diferentes atividades, entre elas: distribuição de laços brancos, camisetas e folhetos informativos, realização de eventos públicos, caminhadas, debates, oficinas temáticas, entrevistas para jornais e revistas, coleta de assinaturas e termos de adesão à campanha etc.

Homens e a Lei Maria da Penha

As ações que envolvem informação e educação são as melhores estratégias de envolver os homens e diminuir os números de violência contra as mulheres. A lei Maria da Penha é uma grande conquista. Nos últimos dois anos, pro-

curamos demonstrar para outros homens que a Lei não é contra os homens, ela é contra a violência contra a mulher. A lei é aliada dos homens na conquista de uma sociedade sem violência.

Perspectivas da Campanha para 2010

Os lemas de “Jamais cometer um ato de violência contra uma mulher” e de “não se calar quando presenciar um ato de violência” acompanham sempre a Campanha do Laço Branco. No ano de 2010, ano de Copa do Mundo na África do Sul, aproveitaremos o espaço e as atenções voltadas para o futebol para chamar a atenção dos homens e convidá-los a entrar no time daqueles que dizem não à violência contra as mulheres.

Ao desenvolvermos a Campanha do Laço Branco, defendemos a ideia de que não conseguiremos transformações efetivas se encarmos os homens apenas no lugar de autores da violência. O nosso esforço é para envolvermos os homens na construção de outras formas de relações, que possam ser vividas de forma conciliadora. Essas ações se articulam em oposição à ideia vigente de que os homens possuem uma natureza mais violenta que a das mulheres e que as violências de gênero são temas importantes apenas para as vítimas.

Para mais informações,
visite o site:
www.lacobranco.org.br

A violência persiste

O ano de 2010 começou com a trágica história de uma mulher que pediu socorro e só foi ouvida após ser assassinada pelo marido com sete tiros à queima roupa. O crime anunciado aconteceu em Belo Horizonte. Maria Islândia da Silva, 31 anos, chegou a pedir proteção à polícia, baseada na Lei Maria da Penha. Ela tinha feito pelo menos oito boletins de ocorrência atestando que era ameaçada de morte pelo marido. Não adiantou, foi morta em plena luz do dia, às 8h30, no seu salão de beleza.

A Lei Maria da Penha está em vigor desde 2006 e o caso de Maria Islândia revela que, se for possível tirar algo de bom da tragédia, pode-se dizer que a Lei tem levado as mulheres a pedir mais ajuda e denunciar seus agressores. Em entrevista à Revista Matria, a Ministra da Secretaria Especial das Mulheres, Nilcea Freire, faz um balanço da Lei e das ações que têm sido tomadas para minimizar o problema.

A Lei Maria da Penha já faz parte da cultura do brasileiro?

Sim. Mas a cultura machista que autoriza culturalmente a violência doméstica infelizmente ainda existe. É por isso que apesar de todas as conquistas e avanços que obtivemos ainda há muito a ser feito.

Com a sua popularização, a procura por ajuda e as denúncias aumentam a cada ano e a Secretaria de Políticas para as Mulheres tem trabalhado com afinco para que essa lei se popularize ainda mais. Nosso maior desafio de agora é fazer com que as mulheres não tenham medo de denunciar e procurar ajuda quando necessário.

Qual a estrutura que existe hoje para atender às mulheres vítimas de violência?

Existe a *Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência* que inclui Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres - DEAMs, Casas Abrigo, Serviços de Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência Sexual, Serviços de Saúde de Atendimento à Violência Doméstica e Familiar, Juizados

Especiais de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Ministério Público, Defensorias Públicas, Corregedoria da Polícia Militar e ONGs que atuam para garantir os direitos da mulher e a própria.

O que é a Campanha institucional “Uma vida sem violência é um direito de todas as mulheres”?

A campanha foi lançada em 25 de novembro de 2009, no Dia Internacional da Não Violência Contra a Mulher. De âmbito nacional, ela busca quebrar as barreiras do medo de falar sobre a violência, incentivando as vítimas a ligarem para a Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180.

Qual o balanço dos quatro anos de funcionamento da Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180?

A Central registrou 401.729 atendimentos, de janeiro a dezembro de 2009 – um aumento de 49% em relação ao ano de 2008 (269.977). Parte significativa desse total deve-se à busca por informações sobre a Lei Maria da Penha, que registrou, 171.714 atendimentos, contra 117.546, em 2008.



Nilcea Freire

Dos 40.857 relatos de violência, a maioria dos agressores são os próprios companheiros. Do total desses relatos, 22.001 foram de violência física; 13.547 de violência psicológica; 3.595 de violência moral; 817 de violência patrimonial; 576 de violência sexual; 120 de cárcere privado; 34 de tráfico de mulheres; 8 de negligência; e 154 outros. Na maioria das denúncias/relatos de violência registrados no Ligue 180, as usuárias do serviço declaram sofrer agressões diariamente (70%).

Em 2009, ao completar quatro anos foi implementado o sistema de “chamada ativa”, para a geração de chamadas a partir da Central, viabilizando o acompanhamento das denúncias junto aos órgãos a que estas foram encaminhadas, bem como o monitoramento da Rede Especializada de Atenção à Mulher Vítima de Violência.

Mulheres em movimento: em direção à equidade



Juçara Maria Dutra Vieira

Secretária de Finanças da CNTE e Vice-Presidente da Internacional da Educação

A Internacional da Educação (IE) é, conceitualmente, uma organização que defende os interesses da educação - e de seus trabalhadores - em todo o mundo. Nesse sentido, sua agenda compreende os mais diversos temas, que se articulam em torno de alguns conceitos básicos. Além da educação propriamente dita, a IE se ocupa do trabalho infantil, do combate à violência, da preservação do meio ambiente, dos impactos sociais dos processos migratórios, das doenças endêmicas (como a AIDS), das questões de gênero, entre outros assuntos relevantes. Toda essa temática é abordada a partir de referências conceituais e empíricas que, por sua vez, vinculam-se às perspectivas do processo civilizatório que a entidade vislumbra.

Nesse contexto, a realização da primeira Conferência da Mulher da Internacional da Educação¹ é uma decorrência das finalidades que originaram a organização e que se consolidam no percurso de sua construção. A política de gênero nasceu com a própria IE, em 1993². A educação, como ensinava Paulo Freire, é instrumento de libertação e, portanto, permeável a todos os esforços voltados para a promoção da emancipação

humana, da solidariedade e da justiça social. Essa política ganhou forma e substância em várias frentes de atuação, que incluem projetos, programas e ações permanentes.

Como desafio cotidiano, a IE procura assegurar o direito à educação das mulheres e das meninas, em condições de igualdade. Persiste

“A 1ª Conferência da Mulher é uma decorrência das finalidades que originaram a organização e que se consolidam no percurso de sua construção.”

tem, em vários países, particularmente em regiões da Ásia e da África, políticas segregadoras, que, inclusive, impedem o acesso à escola. Porém, mesmo em sociedades que já lograram democratizar o acesso, o ambiente escolar, muitas vezes, reproduz preconceitos vigentes na realidade sócio-cultural. Por isso, a

IE desenvolve investigações e apoia atividades de suas afiliadas, visando mudanças institucionais e culturais, bem como a consolidação dos avanços alcançados.

Outra linha de atuação, que se tem mostrado promissora, é a constituição de redes e de sub-redes de mulheres em todos os continentes. Na região, o ponto de partida foi uma Resolução originária da Mesa Redonda de Mulheres da América Latina, ocorrida em 2004. O documento intitulado *Marco Regulatório do Trabalho de Igualdade de Gênero na América Latina* recomendou o desenvolvimento de uma estratégia, por meio da *Rede de Mulheres Educadoras da América Latina*, dividida em três sub-regiões: América Central, Zona Andina e Mercosul.³ A dinâmica de funcionamento inclui a organização de encontros, oficinas temáticas, publicações, além do intercâmbio, que constitui sua finalidade precípua.

Na linha de construção de relações democráticas e solidárias no ambiente sindical, a IE assegura a cota de gênero em todas as instâncias da organização. É imperativo, por exemplo, garantir que, dentre as cinco vice-presidências, pelo menos duas regiões sejam representadas por mulheres. Essa orientação se reproduz

nas representações regionais, o que tem permitido a emergência de lideranças e contribuído para a coesão interna da entidade.

Dada sua atuação mundial, compete à IE pressionar os organismos internacionais pela instituição de marcos regulatórios sobre os direitos da mulher. Por isso, é constante o monitoramento das resoluções da Organização das Nações Unidas (ONU) e de seu cumprimento pelos estados-membros. A ação se intensifica no mês de março, quando a ONU realiza as sessões anuais para ratificar, introduzir ou modificar conteúdos. Como estratégia de atuação, a IE se articula com representações de trabalhadores e dialoga com governos progressistas, objetivando neutralizar os interesses reacionários, sempre presentes e poderosamente operantes.

Entre outras frentes, está a participação em espaços que promovem o debate teórico, tanto em universidades quanto em instituições de pesquisa. Elas oferecem subsídios e, muitas vezes, caminham em paralelo com atividades que mobilizam a sociedade. Entre estas, destaca-se a Marcha Mundial das Mulheres, cuja expressão e capilaridade são estratégicas para dar visibilidade às lutas pelos direitos das mulheres.

Os caminhos já trilhados e as experiências recolhidas levaram a comissão que organiza a Conferência a propor três objetivos centrais:

» Gerar uma compreensão conjunta dos avanços, limites e desafios da situação de equidade entre homens e mulheres nos sindicatos, na educação e na sociedade.

- » Fortalecer a identidade e o protagonismo das mulheres e das meninas por meio da educação.
- » Criar uma Rede Mundial voltada para a promoção da equidade.

Nesse sentido, a Conferência está estruturada em eixos temáticos, que procuram relacionar-se com a conjuntura. Um dos elementos de contextualização refere-se à chamada crise econômica, ponta do *iceberg* de uma crise civilizatória, já vivenciada pela humanidade. Os efeitos práticos dessa aventura do capitalismo atingem todos os trabalhadores, porém, com mais intensidade, as mulheres. Outro elemento fundamental que compõe o cenário deste século XXI é a segurança alimentar. Mais uma vez, são as mulheres as que enfrentam mais duramente a questão da fome, da desnutrição de suas crianças, das doenças, das endemias e de todos os seus impactos na vida e na cidadania. O terceiro fator considerado na conjuntura refere-se às mudanças climáticas. A recente Conferência de Copenhague⁴ comprovou, novamente, que o poder dos interesses do capitalismo se sobrepõe às tragédias vividas pela humanidade e às perspectivas de futuro do planeta.

Assim, os três grandes eixos temáticos e organizativos – que se propõem a contribuir para dar direção aos debates e assegurar sua transversalidade – estão descritos a seguir. A redação utiliza, intencionalmente, o gerúndio para enfatizar o movimento, que é próprio da constante busca pelos objetivos propostos.

1. Fortalecendo as redes de mulheres – Compartilhar planos e análises, di-

visar avanços e obstáculos e planejar, em conjunto, e horizontalmente.

2. Identificando, da forma mais objetiva possível, a situação da mulher no mundo atual, após 30 anos da *Convenção sobre a eliminação da discriminação e violência contra a as mulheres* – Qual é sua participação nos sindicatos? Quais são os avanços sindicais obtidos em favor das Mulheres? Como a educação pode contribuir para a equidade entre mulheres e homens, meninas e meninos?.
3. Empoderando mulheres e meninas por meio da educação – A educação de mulheres e meninas e o correspondente investimento nessa direção são as formas mais efetivas de romper o ciclo da pobreza. Que impacto produz a superação das barreiras de gênero no aumento do acesso e no aprofundamento da qualidade da educação? Que outros investimentos se fazem necessários?

A proposta da Conferência não é a realização de mais um evento o que já seria, por si mesmo, importante – entre tantos que têm ocorrido nas últimas décadas. A ideia é a de estimular um processo de debate que estabeleça vínculos, cada vez mais efetivos, entre trabalhadoras e trabalhadores em educação mediados pela ação educativa e sindical local e internacional. Em outras palavras: um caminho de mão dupla, com conteúdos extraídos da própria prática de sujeitos coletivos.

Notas

¹ A primeira Conferência da Mulher da Internacional da Educação ocorrerá em Bangkok, Tailândia, em maio de 2010.

² A Internacional da Educação resulta da fusão da Confederação Mundial das Organizações de Profissionais da Educação (Cmope) e do Secretariado Profissional Internacional de Educação (SPIE). Tem, aproximadamente, 30 milhões de filiados em suas mais de 400 organizações situadas em 172 países ou territórios.

³ Informação disponível em: <http://www.ei-ie-al.org/porta/igualdad.aspx>

⁴ A Conferência da ONU sobre mudanças climáticas (COP 15) ocorreu, em Copenhague, de 7 a 18 de dezembro de 2009 e seus resultados foram desanimadores.

Zilda Arns: a história continua...

“A construção da paz começa no coração das pessoas e tem seu fundamento no amor”, foi com essas palavras que a médica e fundadora da Pastoral da Criança se despediu da vida.

Zilda Arns foi uma referência para o trabalho voluntário no país e revelou uma face já conhecida do Brasil, mas que muitas vezes não é debatida: é preciso que existam pessoas dispostas a dedicar seu tempo, seu conhecimento, muitas vezes sua vida, para suprir uma carência da sociedade que o Estado não ampara.

Muitas Organizações Não Governamentais (ONGs) surgiram pela simples constatação de que o Estado não cumpriu com sua obrigação de atender e cuidar da população. Com a Pastoral da Criança não foi diferente.

A entidade nasceu do trabalho e da dedicação dessa médica que se tornou, sem dúvida, uma referência mundial no combate à desnutrição de milhares de crianças em todo o mundo.

A Pastoral da Criança, ligada à Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), conseguiu o apoio do Unicef – Fundo para a Infância e a Adolescência da ONU – começou seu trabalho em Florestópolis, no Paraná, onde o índice de mortalidade chegava a 127 mortes a cada mil crianças. Após um ano, o índice recuou para 28 mortes a cada mil nascimentos. O sucesso



Foto: Wálter Campanato / Abr

deu força para que a ação da Pastoral da Criança fosse estendida para todo o País.

“Um projeto como esse seria essencial para ensinar as mães a cuidar dos filhos”, definia o seu trabalho. Estima-se que cerca de 2 milhões de crianças e mais de 80 mil gestantes sejam acompanhadas todos os meses pela entidade. Para isso, conta com aproximadamente 155 mil voluntários, presentes em mais de 32 mil comunidades em bolsões de pobreza em mais de 3.500 cidades brasileiras. O trabalho de Zilda Arns

serviu de modelo para políticas públicas e sociais e ainda para vários outros países, como Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Timor Leste, Filipinas, Venezuela, Argentina, Chile e México, entre outros. Em algumas dessas nações a própria médica ministrou cursos sobre como estruturar as ações. No dia 12 de janeiro de 2010, Zilda Arns estava no Haiti onde realizaria uma palestra para falar do trabalho que a Pastoral da Criança realiza no Brasil. Zilda foi uma das mais de 200 mil vítimas do terremoto que devastou o país caribenho.

PRESIDENTA



A **Assembleia Legislativa Plurinacional da Bolívia** iniciou 2010 com uma inédita participação feminina de 28%. Um sinal do novo peso feminino foi a eleição, em janeiro, de Ana María Romero como a primeira mulher na história parlamentar do país a presidir o Senado, em uma escolha que o presidente Evo Morales destacou como um passo para a igualdade de gênero nos poderes públicos.

JORNALISMO DE GÊNERO



A **Agência IPS**, que envia informação a mais de três mil meios de comunicação pelo mundo, tem um espaço exclusivo de notícias com temas femininos. “Apenas 22% das vozes que escutam atualmente nos meios de comunicação são de mulheres. A IPS Notícias pretende corrigir esse desequilíbrio”, argumenta o site. Jornalistas de mais cem países colaboram com a IPS. Conheça: http://www.mwglob.org/ipsbrasil.net/_focus/mulher.php.

IGUALDADE NO TRABALHO



No dia 2 de dezembro de 2009, foi entregue ao presidente do Senado Federal, José Sarney (PMDB-AP), uma sugestão de projeto de lei que cria mecanismos para a garantia da igualdade entre homens e mulheres nas relações de trabalho, seja urbano ou rural. A proposta, de autoria da ministra Nilcéa Freire, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), e da bancada feminina do Senado, coordenada pela senadora Serys Slhessarenko (PT/MT), baseia-se em princípios constitucionais, normas internacionais ratificadas pelo Brasil e convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

NOBEL



O **Prêmio Nobel 2009** teve recordes femininos. A norte-americana Elinor Ostrom foi a primeira mulher a receber o Nobel de Economia. Além disso, dos 12 premiados, cinco são mulheres – um feito histórico.

EDUCADORA NO PODER



A professora e ex-representante dos Sindicatos da Educação do Cone Sul, deputada Ivone Passada, tomou posse como **presidente da Câmara de Representantes do Uruguai**. O presidente da CNTE, Roberto Leão, e a secretária de Finanças da CNTE e vice-presidente da IE, Juçara Vieira, compareceram à cerimônia.

TRAMITAÇÃO



A **Câmara dos Deputados** analisa este ano o Projeto de Lei 5701/09, do deputado Marcos Antonio (PRB-PE), que transforma o Dia da Mulher – 8 de março – em feriado nacional. Um dos objetivos é estimular a conscientização e a mobilização feminina, visando à conquista e à consolidação dos direitos das mulheres. Outro objetivo é reafirmar a importância do desenvolvimento de políticas para a população feminina.



AÇÃO INTERNACIONAL PELA PAZ



De 21 a 23 de agosto de 2010, como parte das atividades da 3ª **Ação Internacional da Marcha Mundial de Mulheres**, em parceria com a Marcha das Américas e o Movimento Social de Mulheres contra a Guerra e pela Paz, um grupo de seis mulheres brasileiras desembarcarão em Bogotá para reivindicar a paz na região.

“O objetivo é tornar pública a denúncia que as mulheres fazem do conflito armado e das bases militares americanas no continente”, afirma Maria Fernanda Marcelino, integrante da Marcha. “Nossa expectativa é que possamos fortalecer a ideia de que as saídas do conflito armado são políticas e que as mulheres podem e devem fazer parte dessa negociação”, explica.

NOME SOCIAL

Avanço na luta contra a discriminação: a Secretaria de Educação do Distrito Federal autorizou o uso do nome social por travestis e transexuais dentro da escola. O nome social deve acompanhar o nome civil - que consta na Certidão de Nascimento - em todos os registros internos, inclusive nos diários de classe, de todas as instituições educacionais do DF.

Problema de Homens

Por José Saramago

Vejo nas sondagens que a violência contra as mulheres é o assunto número catorze nas preocupações dos espanhóis, apesar de que todos os meses se contam pelos dedos, e desgraçadamente faltam dedos, as mulheres assassinadas por aqueles que creem ser seus donos. Vejo também que a sociedade, na publicidade institucional e em distintas iniciativas cívicas, assume, é certo que só pouco a pouco, que esta violência é um problema dos homens e que o homem tem que resolver.

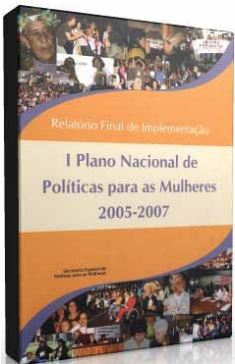
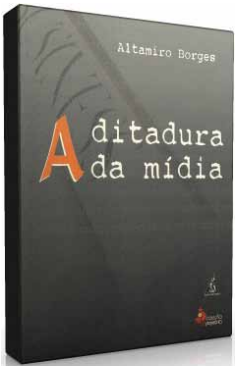
De Sevilha e da Estremadura espanhola chegaram-nos, há tempos, notícias de um bom exemplo: manifestações de homens contra a violência. Até agora eram somente as mulheres quem saía à praça pública a protestar contra os contínuos maus tratos sofridos às mãos dos maridos e companheiros (companheiros, triste ironia esta), e que, a par de em muitíssimos casos tomarem aspectos de fria e deliberada tortura, não recuam perante o assassinio, o estrangulamento, a punhalada, a degolação, o ácido, o fogo.

A violência desde sempre exercida sobre a mulher encontrou no cárcere em que se transformou o lugar de coabitação (neguemo-nos a chamar-lhe de lar) o espaço por excelência para a humilhação diária, para o espancamento habitual, para a crueldade psicológica como instrumento de domínio.

É o problema das mulheres, diz-se, e isso é verdade. O problema é dos homens, do egoísmo dos homens, do doentio sentimento possessivo dos homens, da poltronaria dos homens, essa miserável covardia que os autoriza a usar a força contra um ser fisicamente mais débil e a quem foi reduzida sistematicamente a capacidade de resistência psíquica.

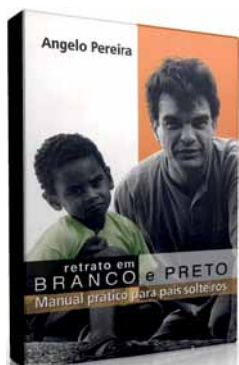
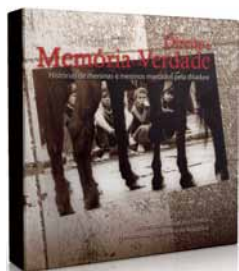
Há poucos dias, em Huelva, cumprindo as regras habituais dos mais velhos, vários adolescentes de treze e catorze anos violaram uma rapariga da mesma idade e com uma deficiência psíquica, talvez por pensarem que tinham direito ao crime e à violência. Direito de usar o que consideravam seu. Este novo ato de violência de gênero, mais os que se produziram neste fim de semana, em Madrid uma menina foi assassinada, em Toledo uma mulher de 33 anos morta diante da sua filha de seis anos, deveriam ter feito sair os homens à rua. Talvez 100 mil homens, só homens, nada mais que homens, manifestando-se nas ruas, enquanto as mulheres, nos passeios, lhes lançariam flores, este poderia ser o sinal de que a sociedade necessita para combater, desde o seu próprio interior e sem demora, esta vergonha insuportável. E para que a violência de gênero, como resultado de morte ou não, passe a ser uma das primeiras dores e preocupações dos cidadãos. É um sonho, é um dever. Pode não ser uma utopia.

Transcrito da Revista **Presença da Mulher**, ano XXII, nº 57, setembro/2009



Sugestão de Leitura

- » **Aborto e saúde pública no Brasil 20 anos** | Ministério da Saúde | Sec. de Ciências, Tecnologia e Insumos Estratégicos Série B Textos básicos de Saúde, Brasília-DF, 2009.
Disque saúde 0800-611997. Biblioteca virtual em saúde do ministério de saúde - www.saude.gov.br/bvs
- » **Convenção 156 recomendação 165 OIT** | Organização Internacional do Trabalho | Secretaria especial de políticas para as mulheres.
Sobre a igualdade de oportunidades e de tratamento para trabalhadores e trabalhadoras com responsabilidades familiares.
- » **Assédio sexual** | Ministério da saúde
Assédio violência e sofrimento no ambiente de trabalho, Brasília-DF, 2008
- » **Olhares feministas**
Organização: Adriana Piscitelli, Hildete Pereira de Melo, Sônia Weidner Maluf, Vera Lucia Puga
1ª edição Brasília-DF, 2009. Coleção educação para todos. Ministério da Educação.
- » **VI Relatório Nacional Brasileiro**
Convenção para a Eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres | CEDAW
Organização das Nações Unidas (ONU). Brasília-DF, 2008. Secretaria Especial de políticas para as Mulheres
- » **Comitê CEDAW» Experiencias e desafios**
Silvia Pimentel. Secretaria especial de políticas para mulheres. Brasília-DF, 2008.
- » **3º prêmio construindo a igualdade de gênero**
Redações e artigos científicos premiados. Programa Mulher e Ciência. Secretaria de políticas para mulheres, 2008.
- » **As mulheres ou os silêncios da história**
Michelle Perrot. Tradução Viviane Ribeiro. EDUSC.
- » **Mercado de trabalho e gênero**
Comparações internacionais. Organizadoras: Albertina de Oliveira Costa, Bila Sorj, Cristina Brusschini, Helena Hirata
FGV editora, 1ª edição, 2008.
- » **História das Mulheres no Brasil**
Mary Del Priore. Organização: Carla Bassanezi. Coordenação de textos: Editora UNESP - editora contexto, 2008.
- » **As moças de Minas**
Uma história dos anos 60. Luiz Manfredini. Editora Alfa-Omega.
- » **Estilhaços em tempos de luta contra a ditadura**
Loreta Valadares. Secretaria da cultura e turismo. Salvador Bahia.
- » **Engels**
A origem da família, da propriedade privada e do Estado. Coleção grandes obras do pensamento universal. 2 Editora Escala, 2ª edição.
- » **A libertação da Mulher**
Samora Machel, Alexandra Kollontai, J. Posadas. P. Lafargue, Vito Kapo e outros. Global editora, 3ª edição.
- » **Cadernos Pagu» 16 - 2001**
Núcleo de Estudos de Gênero. Desdobramentos do feminismo. Organizadora: Maria Lygia Quartim de Moraes.
- » **Educar para a Igualdade**
Gênero e educação escolar. Prefeitura Municipal de São Paulo. Coordenadoria Especial da Mulher, 2004.
- » **Imagens de mulher e trabalho na telenovela brasileira (1999-2001)**
Lucia Helena Rincón Afonso. Editora da UCG e Anita Garibaldi.
- » **Pelas lentes do cinema**
Bioética e ética em pesquisa. Dirce Guilhem, Débora Diniz, Fábio Zicker (Eds.). Editora UnB e Letras Livres. Brasília-DF, 2007.



» **Trabalho e Família: rumo a novas formas de conciliação com co-responsabilidade social PNUD e OIT**

Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

» **Mulher Adolescente/jovem em situação de violência**

Propostas de intervenção para o setor saúde. Módulo de autoaprendizagem. Stella R. Taquette. Organizadora: Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, 2007.

» **Convenção de Belém do Pará**

10 anos da adoção da convenção interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a Mulher. Câmara dos Deputados. Centro de documentação e informação. Coordenação de publicações. Brasília-DF, 2004.

» **Gênero e diversidade na Escola**

Formação de professoras/es em Gênero, Sexualidade, orientação sexual e relações étnico-raciais. Organização: Maria Elisabete Pereira, Fabiola Rohden, Maria Elisa Brandt, Leila Araujo, Graça Ohana, Andreia Barreto, Roerta Kacowicz. CEPESC. Rio de Janeiro, 2007.

» **II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**

Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Brasília-DF, 2008.

A libertação da Mulher. Samora Machel, Alexandra Kollontai, J. Posadas. P. Lafargue, Vito Kapo e outros. Global editora, 3ª edição.

Vídeos e Filmes

» Acorda Raimundo... Acorda!!! Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=Rd6BiFzeaSM>

» Violência, feminicídio y patriarcado. Disponível em: http://www.youtube.com/results?search_query=+Video+Violencia%2C+femicidio+y+patriarcado+&search_type=&aq=f

» 15 filhos (Brasil, 1996, 20 min) Direção: Maria Oliveira e Marta Nehring

» Aborto Legal (Brasil, 1994, 32 min)

» Preciosa - Uma História de Esperança (EUA, 2009, 110 min). Direção: Lee Daniels

Internet

- » ecos.org.br
- » papai.org.br
- » ceert.org.br
- » maismulheresnopoder.com.br
- » homenspelofimdaviolencia.com.br
- » guerrilhadoaraguaia.com.br
- » desapreciosopoliticos.org.br
- » torturanuncamais.org.br
- » geledes.org.br
- » cfemea.org.br
- » anitagaribaldi.com.br
- » soscorpo.org.br
- » cndm.gov.br
- » agende.org.br
- » vermelho.org.br
- » cut.org.br

Publicações

- » Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Disponível em: http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pnpm_compacta.pdf
- » Cartilha Mulher no mundo do trabalho. Disponível em: http://portalctb.org.br/site/images/Arquivos/cartilha_mulheres_ctb.pdf
- » A mulher no mundo do trabalho. Disponível em: http://issuu.com/interativacom/docs/mulher_trabalho?mode=embed&documentId=090115185052-9f38a4c334414b0fa62d9284f7028232&layout=wood
- » A Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW). Disponível em: http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/images/stories/PDF/docsfund/instru_inter_cedaw.pdf



SUGESTÕES DE ATIVIDADES

- **Ler e divulgar** os artigos da revista *Mátria* entre os profissionais de educação, os estudantes e os pais.
- **Realizar debates** na escola e ou no sindicato, de acordo com os temas sugeridos para cada mês, pela revista *Mátria*.
- **Trabalhar com Vídeos e filmes** de acordo com as datas apresentadas no calendário da revista *Mátria*, com a comunidade escolar e no sindicato.
- **Incluir no planejamento escolar** atividades relativas à realidade das mulheres em nível local, nacional e estadual.
- **Realizar pesquisa** com os alunos sobre a realidade das responsabilidades no âmbito doméstico e familiar.
- **Fazer uma pesquisa** sobre os partidos políticos que atuam no município e estado e a aplicação da lei 12.304/10 relativa às mulheres.
- **Fazer debates** sobre a importância da participação das mulheres na política.
- **Realizar levantamento** de casos de violência contra as mulheres e meninas no âmbito da escola, do bairro e do município.
- **Analisar revistas**, jornais e de programas de TV sobre a imagem das mulheres nestes meios de comunicação.
- **Realizar apresentação teatral** sobre temas como a violência contra as mulheres.
- **Debater o papel da Mercedes Sosa** na luta contra a ditadura na Argentina e pesquisar quais músicas cantadas por ela falam de liberdade.
- **Fazer pesquisa** sobre as mulheres no mundo do trabalho a partir da realidade das mães dos alunos.
- **Pesquisar se na escola**, entre os alunos e alunas e os profissionais de educação, existe discriminação para as meninas negras e sobre orientação sexual.
- **Assistir o vídeo** história de Severina e realizar um debate com profissionais de educação.

Estas são as datas e dias de luta das mulheres pró-igualdade de direitos

FEVEREIRO

- 1** Ratificação pelo Brasil da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW, ONU, 1984).
- 24** Dia da conquista do voto feminino no Brasil (1932).

MARÇO

- 8** Dia Internacional da Mulher.
- 21** Dia Internacional pelo Fim da Discriminação Racial.

ABRIL

- 7** Dia Mundial da Saúde.
- 27** Dia das Trabalhadoras Domésticas.
- 31** Dia Nacional da Mulher.

MAIO

- 1** Dia do Trabalhador e da Trabalhadora.
- 7** Dia Mundial das Crianças Afetadas e Infectadas pelo HIV/AIDS.
- 13** Dia de Denúncia contra o Racismo.
- 18** Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.
- 28** Dia Internacional de Ação pela Saúde da Mulher / Dia de Combate à Mortalidade Materna.
- 30** Dia de Luta pela Maior Participação Política das Trabalhadoras Rurais.

JUNHO

- 4** Dia Internacional das meninas e meninos vítimas de agressão.
- 5** Dia Mundial do Meio Ambiente.
- 15** Dia Mundial Contra a Violência em Relação à Pessoa Idosa.
- 21** Dia de Luta por uma Educação não-sexista e sem discriminação.
- 24** Fundado o Jornal Movimento Feminino, 1947.
- 28** Dia Internacional do Orgulho Gay e Lésbico.

JULHO

- 25** Dia da Mulher Afro-latino-americana e Afro-caribenha.

AGOSTO

- 7** Sanção da Lei nº 11.340/2006 que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher (Lei Maria da Penha).
- 9** Dia Internacional dos Povos Indígenas/ 9 Sob a liderança de Berta Lutz é fundada a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, 1922.
- 12** Dia de Luta contra a Violência no Campo - Marcha das Margaridas / Publicado o manifesto dos conjurados baianos da Revolta dos Alfaiates, exigindo abolição, independência e liberdade (1978).
- 19** Dia Nacional do Orgulho Lésbico.
- 29** Dia da Visibilidade Lésbica no Brasil.

SETEMBRO

- 6** Dia Internacional de Ação pela Igualdade da Mulher.
- 7** Dia dos Direitos Cívicos das Mulheres.
- 23** Dia Internacional Contra a Exploração Sexual e o Tráfico de Mulheres e Crianças.
- 28** Dia Latino-americano de Discriminização do Aborto/ Dia da Mãe Preta (Homenagem à Lei do Ventre Livre).
- 29** Aprovação da lei 9.100/1995 que garante cotas para mulheres na política.

OUTUBRO

- 1** Dia Internacional por uma Terceira Idade Digna.
- 10** Dia Nacional de Luta contra a Violência à Mulher.
- 12** Dia Internacional da Mulher Indígena/ Dia Nacional de Luta por Creches.
- 15** Dia do(a) Professor(a)/ Dia Mundial da Mulher Rural.
- 25** Dia Internacional contra a Exploração da Mulher.
- 28** Dia do(a) servidor(a) público(a).

NOVEMBRO

- 3** Instituição do Direito e Voto da Mulher (1930).
- 18** Dia Nacional de Combate ao Racismo.
- 20** Dia Nacional da Consciência Negra.
- 25** Dia Internacional da Não-violência contra a Mulher.

DEZEMBRO

- 1** Dia Mundial de Luta contra a AIDS.
- 10** Dia Mundial dos Direitos Humanos.
- 18** Adoção da CEDAW- Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (ONU, 1979).



DIREÇÃO EXECUTIVA DA CNTE - GESTÃO 2008/2011

PRESIDENTE – Roberto Franklin de Leão (SP)
Vice-Presidente – Milton Canuto de Almeida (AL)
Secretário Geral – Denílson Bento da Costa (DF)
Secretária de Finanças - Juçara Maria Dutra Vieira (RS)
Secretária de Relações Internacionais - Fátima Aparecida da Silva (MS)
Secretário de Assuntos Educacionais - Heleno Araújo Filho (PE)
Secretário de Formação - Gilmar Soares Ferreira (MT)
Secretária de Assuntos Municipais - Marta Vanelli (SC)
Secretária de Organização - Maria Inez Camargos (MG)
Secretária de Políticas Sociais - Rosana Sousa do Nascimento (AC)
Secretária de Imprensa e Divulgação - Antonia Joana da Silva (MS)
Secretária de Assuntos Jurídicos e Legislativos - Rejane Silva de Oliveira (RS)
Secretária de Relações de Gênero - Raquel Felau Guisoni (SP)
Secretário de Política Sindical - Rui Oliveira (BA)
Secretário de Saúde - Alex Santos Saratt (RS)
Secretário de Direitos Humanos - Marco Antonio Soares (SP)
Secretária de Aposentados e Assuntos Previdenciários - Maria Madalena A. Alcântara (ES)
 José Geraldo Correa Jr. (SP)

SECRETÁRIOS (AS) ADJUNTOS (AS)

Secretário Adjunto de Assuntos Educacionais - Joel de Almeida Santos (SE)
Secretária Adjunta de Assuntos Educacionais - Maria Antonieta da Trindade (PE)
Secretário Adjunto de Política Sindical - José Carlos Bueno do Prado - Zezinho (SP)
Secretário Adjunto de Política Sindical - José Valdivino de Moraes (PR)

SUPLENTES À DIREÇÃO EXECUTIVA DA CNTE

Janeayre Almeida de Souto (RN)
 Paulina Pereira Silva de Almeida (PI)
 Odisséia Pinto de Carvalho (RJ)
 Cleber Ribeiro Soares (DF)
 Isis Tavares Neves (AM)
 Silvinia Pereira de Souza Pires (TO)
 Joaquim Juscelino Linhares Cunha (CE)

MEMBROS DO CONSELHO FISCAL DA CNTE - TITULARES

Odair José Neves Santos (MA)
 Mario Sergio F. De Souza (PR)
 Miguel Salustiano de Lima (RN)
 Guilhermina Luzia da Rocha (RJ)
 Ana Íris Arrais Rolim (RO)

MEMBROS DO CONSELHO FISCAL DA CNTE - SUPLENTES

Rosália Maria Fernandes da Silva (RN)
 Selene Barbosa Michelin Rodrigues (RS)
 Marco Túlio Paolino (RJ)

CNTE » SDS » Edifício Venâncio III » Salas 101/106 » Brasília/DF » CEP: 70393-900
 Tel.: (61) 3225.1003 » Fax: 3225.2685 » cnte@cnte.org.br » www.cnte.org.br

Coordenação da Revista Mátria: Raquel Felau Guisoni » Secretária de Relações de Gênero da CNTE

Projeto Gráfico, Redação e Edição: Frisson Comunicação

Direção Executiva: Ana Paula Messeder

Jornalista Responsável: Katia Maia » Mtb: DF 1708 JP

Revisão: Maria Neves

Reportagem: Ana Paula Domingues, João Paulo Rabelo, Kátia Maia, Leandra Felipe, Leila Santos e Marcionila Teixeira

Fotografia: Júlia Salustiano, Gil Rodrigues, Otávio de Souza e Arquivo Mátria

Ilustrações: Chico Regis

Produção: João Paulo Rabelo

Editoração Eletrônica: Noel Fernández Martínez

Colaboradora: Maira Safatle

Impressão: Gráfica Coronário

Tiragem: 20 mil exemplares



GRACIAS A LA VIDA GRAÇAS À VIDA

Gracias a la vida que me ha dado tanto
me dio dos luceros que cuando los abro
perfecto distingo lo negro del blanco
y en el alto cielo su fondo estrellado
y en las multitudes el hombre que yo amo

Gracias a la vida que me ha dado tanto
me ha dado el oído que en todo su ancho
graba noche y día grillos y canarios
martillos, turbinas, ladridos, chubascos
y la voz tan tierna de mi bien amado

Gracias a la vida que me ha dado tanto
me ha dado el sonido y el abecedario
con él, las palabras que pienso y declaro
madre, amigo, hermano
y luz alumbrando la ruta del alma del que estoy amando

Gracias a la vida que me ha dado tanto
me ha dado la marcha de mis pies cansados
con ellos anduve ciudades y charcos
playas y desiertos, montañas y llanos
y la casa tuya, tu calle y tu patio

Gracias a la vida que me ha dado tanto
me dio el corazón que agita su marco
cuando miro el fruto del cerebro humano
cuando miro el bueno tan lejos del malo
cuando miro el fondo de tus ojos claros

Gracias a la vida que me ha dado tanto
me ha dado la risa y me ha dado el llanto
así yo distingo dicha de quebranto
los dos materiales que forman mi canto
y el canto de ustedes que es el mismo canto
y el canto de todos que es mi propio canto

Gracias a la vida, gracias a la vida

*Graças à vida que me deu tanto
Me deu dois luzeiros que quando os abro
Perfeito distingo o preto do branco
E no alto céu seu fundo estrelado
E nas multidões o homem que eu amo*

*Graças à vida que me deu tanto
Me deu o ouvido que em todo seu comprimento
Grava noite e dia grilos e canários
Martírios, turbinas, latidos, aguaceiros
E a voz tão terna de meu bem amado*

*Graças à vida que me deu tanto
Me deu o som e o abecedário
Com ele, as palavras que penso e declaro
Mãe, amigo, irmão
E luz iluminando a rota da alma do que estou amando*

*Graças à vida que me deu tanto
Me deu a marcha de meus pés cansados
Com eles andei cidades e charcos
Praias e desertos, montanhas e planícies
E a casa sua, sua rua e seu pátio*

*Graças à vida que me deu tanto
Me deu o coração que agita seu marco
Quando olho o fruto do cérebro humano
Quando olho o bom tão longe do mal
Quando olho o fundo de seus olhos claros*

*Graças à vida que me deu tanto
Me deu o risoe me deu o pranto
Assim eu distingo fortuna de quebranto
Os dois materiais que formam meu canto
E o canto de vocês que é o mesmo canto
E o canto de todos que é meu próprio canto*

Graças à vida, graças à vida

AUTORA VIOLETA PARRA

Violeta del Carmen Parra Sandoval foi uma compositora, cantora, artista plástica e ceramista chilena, considerada a mais importante folclorista daquele país e fundadora da música popular chilena. Pode ser considerada a mãe da canção comprometida com a luta dos oprimidos e explorados. O lirismo dos versos de suas canções embalou o ânimo de gerações de revolucionários latino-americanos em momentos em que a vida era questionada nos seus limites mais básicos.